



MINISTÉRIO DA CULTURA
Edifício Parque Cidade Corporate, 7º andar - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: (61) 2024-2562 / 2597 e Fax: - http://www.cultura.gov.br

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PRESTADOS POR INTERMÉDIO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA

PROCESSO Nº 01400.004775/2017-61

ÍNDICE

Edital
1. Disposições Iniciais
2. Recebimento das Propostas e dos Documentos de Habilitação
3. Objeto
4. Retirada do Edital
5. Esclarecimentos sobre o Edital
6. Impugnação do Edital
7. Condições de Participação
8. Credenciamento de Representantes
9. Entrega da Proposta Técnica
10. Apresentação da Proposta Técnica
11. Julgamento das Propostas Técnicas
12. Entrega da Proposta de Preços
13. Apresentação da Proposta de Preços
14. Julgamento das Propostas de Preços
15. Julgamento Final da Concorrência
16. Entrega dos Documentos de Habilitação
17. Apresentação dos Documentos de Habilitação
18. Análise dos Documentos de Habilitação
19. Comissão Especial de Licitação e Subcomissão Técnica
20. Procedimentos Licitatórios
21. Homologação e Adjudicação
22. Divulgação dos Atos Licitatórios
23. Recursos Administrativos
24. Valor Contratual e Recursos Orçamentários
25. Condições Pré-Contratuais
26. Garantia
27. Remuneração e Pagamento
28. Fiscalização
29. Sanções Administrativas
30. Disposições Finais
Anexos
Anexo I - Briefing
Anexo II - Modelo de Procuração
Anexo III - Modelo de Proposta de Preços
Anexo IV - Minuta de Contrato

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 O Ministério da Cultura, doravante denominado ANUNCIANTE, por intermédio da Assessoria de Comunicação Social, neste ato representada pela Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria 18/2018, torna público aos interessados que realizará concorrência, do tipo Melhor Técnica, para contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda.

1.2 Os serviços serão realizados na forma de execução indireta, sob a égide da Lei nº 12.232/2010, mediante a aplicação, de forma complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 8.666/1993.

1.2.1 Aplicam-se também a esta concorrência o Decreto nº 6.555/2008, o Decreto nº 57.690/1966, o Decreto nº 4.563/2002, a Instrução Normativa SECOM de referência, disponível no endereço www.secom.gov.br, a Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2010, o Decreto nº 3.722/2001 e as disposições deste Edital.

2. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

2.1 As Propostas Técnicas e de Preços e os Documentos de Habilitação das licitantes deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação em 05 (cinco) invólucros distintos e separados, conforme disposto nos itens 9, 12 e 16 deste Edital.

2.2 Os invólucros com as Propostas Técnica e de Preços serão recebidos como segue:

- Dia: 26/03/2018
- Hora: às 11:00 h
- Local: Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre B, 7º andar, Brasília-DF.

2.2.1 Se não houver expediente nessa data, os invólucros serão recebidos no primeiro dia útil subsequente.

2.3 Os invólucros com os Documentos de Habilitação serão recebidos e abertos em dia, local e horário a serem designados pela Comissão Especial de Licitação.

2.4 Os horários mencionados neste Edital referem-se ao horário de Brasília.

2.5 O recebimento e a abertura dos invólucros, bem como os demais procedimentos licitatórios obedecerão ao disposto neste Edital, especialmente no item 20, e na legislação.

3. OBJETO

3.1 O objeto da presente concorrência é a contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a compra de espaços e tempos publicitários para distribuição das peças ou campanhas junto aos veículos de divulgação.

3.1.1 Também integram o objeto desta concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

a) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, relacionados à execução do contrato;

b) à produção e à execução técnica de peças, materiais e projetos publicitários, de mídia e não mídia, criados no âmbito do contrato;

c) à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias.

3.1.1.1 A contratação dos serviços, elencados no subitem 3.1, tem como objetivo o atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à informação, por meio de ações que visam difundir ideias e princípios, posicionar instituições e programas, disseminar iniciativas e políticas públicas, promover a venda de produtos e serviços, ou informar e orientar o público em geral.

3.1.1.2 O estudo e o planejamento, previstos no subitem 3.1, objetivam subsidiar a proposição estratégica das ações publicitárias, tanto nos meios de comunicação tradicionais (*off-line*) como digitais (*on-line*), para alcance dos objetivos de comunicação e superação dos desafios apresentados e devem prever, sempre que possível, os indicadores e métricas para aferição, análise e otimização de resultados.

3.1.1.3 As pesquisas e os outros instrumentos de avaliação previstos na alínea 'a' do subitem 3.1.1 terão a finalidade de:

a) gerar conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios para divulgação das peças ou campanhas publicitárias;

b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a adequação das mensagens a serem divulgadas;

c) possibilitar a mensuração e avaliação dos resultados das campanhas publicitárias, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação de publicidade.

3.1.2 Os serviços previstos nos subitens 3.1 e 3.1.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio, de relações públicas, de assessoria de comunicação e de imprensa e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

3.1.2.1 Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem precedente, os projetos de veiculação em mídia ou em plataformas que funcionem como veículos de divulgação.

3.2 Para a prestação dos serviços será contratada 01 (uma) agência de propaganda, doravante denominada agência, licitante ou contratada.

3.2.1 Os serviços objeto da presente concorrência serão contratados com agência de propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei nº 4.680/1965 e que tenha obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos da Lei nº 12.232/2010.

3.2.2 A agência atuará por ordem e conta do ANUNCIANTE, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, para a execução das atividades complementares de que trata o subitem 3.1.1, e de veículos de divulgação, para a transmissão de mensagens publicitárias.

3.2.3 A agência não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução de serviços previstos nos subitens 3.1 e 3.1.1 deste Edital.

4. RETIRADA DO EDITAL

4.1 Este Edital será fornecido, na forma impressa, pelo MinC na Coordenação de Licitação e Gestão de Contratos situada no Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 09, lote "C", Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "B", 7º Andar, Brasília/DF, até o último dia útil que anteceder a abertura dos invólucros. Para isso, o interessado deverá recolher o valor de **R\$ 6,03 (seis reais e três centavos)**, junto ao Banco do Brasil, por meio de pagamento da Guia de Recolhimento da União - GRU, em nome do Ministério da Cultura, emitida por intermédio do sítio do Tesouro Nacional, indicando Favorecida e Código do Recolhimento.

4.2 Será gratuita a retirada deste Edital por meio dos sítios abaixo, observados os procedimentos ali previstos:

- www.comprasgovernamentais.gov.br
- www.cultura.gov.br

4.3 O interessado em participar desta licitação se obriga a acompanhar no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico, citado no subitem anterior, eventuais alterações ou informações sobre esta concorrência.

5. ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL

5.1 Esclarecimentos sobre esta concorrência serão prestados pela Comissão Especial de Licitação, ouvindo a área técnica, desde que os pedidos tenham sido recebidos até 5 (cinco) dias úteis antes da data de apresentação dos invólucros, exclusivamente mediante solicitação por escrito, em uma das seguintes formas:

- Por carta ou ofício: protocolizado na Coordenação de Licitação e Gestão de Contratos, situada no Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 09, lote "C", Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "B", 7º Andar, CEP 70.308-200, em Brasília/DF, de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min ou;
- Pelo e-mail: licitacao@cultura.gov.br.

5.1.1 Os pedidos de esclarecimento serão respondidos pela Comissão Especial de Licitação em até 5 (cinco) dias úteis antes da data de apresentação das Propostas

5.1.2 Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos exclusivamente mediante divulgação na internet, pelo link <http://www.cultura.gov.br/licitacoes/em-andamento>, disponível no site do Ministério da Cultura, sem identificação da licitante consulente e de seu representante.

5.1.2.1 A licitante não deve utilizar, em eventual pedido de esclarecimento, nenhum termo que possa propiciar a identificação de sua Proposta Técnica, referente ao Invólucro nº 1 (Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada).

5.1.3 Às licitantes interessadas cabe acessar assiduamente o referido endereço para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e manterem-se atualizadas sobre os esclarecimentos referentes a este Edital.

5.1.4 Os pedidos de esclarecimento não constituirão, necessariamente, motivos para que se alterem a data e o horário de recebimento das Propostas Técnica e de Preços previstos no subitem 2.2.

6. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, perante a Comissão Especial de Licitação:

I - o cidadão que não se manifestar em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de recebimento das Propostas Técnicas e de Preços;

II - a licitante que não se manifestar em até 02 (dois) dias úteis antes da data de recebimento das Propostas Técnicas e de Preços.

6.1.1 Considera-se licitante, para efeito do inciso "II" do subitem anterior, a empresa que tenha retirado o presente Edital na forma prevista no Aviso de Licitação ou neste Edital.

6.2 O pedido de impugnação, com a indicação das falhas ou irregularidades que viciaram o Edital, deverá ser protocolizado fisicamente, na Coordenação de Licitação e Gestão de Contratos, situado no Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 09, lote "C", Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "B", 7º Andar, CEP 70.308-200, em Brasília/DF, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, sem prejuízo da faculdade prevista no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

6.3 A impugnação também poderá ser enviada para o e-mail licitacoes@cultura.gov.br, observados os prazos descritos no subitem 6.1. Nesse caso, o documento original deverá ser apresentado no endereço e nos horários previstos no subitem precedente, em até 05 (cinco) dias contados do encaminhamento do e-mail.

6.4 A impugnação apresentada em desconformidade com as regras previstas neste item será recebida como mera informação.

6.5 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

6.6 Os pedidos de impugnação serão julgados e respondidos em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei nº 8.666/1993.

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 Poderá participar desta concorrência a agência de propaganda que atender às condições deste Edital e apresentar os documentos nele exigidos.

7.2 Não poderá participar desta concorrência a agência de propaganda:

a) que estiver cumprindo suspensão temporária do direito de participar de licitação ou estiver impedida de contratar com a Administração Pública;

b) cuja falência tenha sido decretada ou que estiver em concurso de credores, em processo de recuperação extrajudicial ou judicial, ou em processo de liquidação, dissolução, cisão, fusão ou incorporação;

c) que tenha sido considerada inidônea, pela Administração Pública federal, estadual ou municipal;

d) estrangeira que não funcione no País;

e) cujos sócios, controladores, dirigentes, administradores, gerentes ou empregados integrem a Subcomissão Técnica ou tenham qualquer vínculo profissional com o ANUNCIANTE;

f) que estejam reunidas em consórcio

7.3 Nenhuma licitante poderá participar desta concorrência com mais de uma Proposta.

7.4 A participação na presente concorrência implica, tacitamente, para a licitante: a confirmação de que recebeu da Comissão Especial de Licitação o invólucro padronizado previsto no subitem 9.1.1.1 e as informações necessárias ao cumprimento desta concorrência; a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital; e a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

7.5 A licitante assume todos os custos de elaboração e apresentação das Propostas Técnica e de Preços e dos Documentos de Habilitação exigidos nesta concorrência, não sendo o ANUNCIANTE, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do presente processo licitatório.

8. CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

8.1 Para participar deste certame, o representante da licitante apresentará à Comissão Especial de Licitação documento que o credencia, juntamente com seu documento de identidade de fé pública, no ato programado para a entrega dos invólucros com as Propostas Técnica e de Preços.

8.1.1 Os documentos mencionados no subitem 8.1 deverão ser apresentados fora dos invólucros que contêm as Propostas Técnica e de Preços e comporão os autos do processo licitatório.

8.1.2 Quando a representação for exercida na forma de seus atos de constituição, por sócio ou dirigente, o documento de credenciamento consistirá, respectivamente, em cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que conste o nome do sócio e os poderes para representá-la, ou cópia da ata da assembleia de eleição do dirigente, em ambos os casos, os atos deverão conter as assinaturas dos sócios ou dirigentes ou dos participantes da Assembleia Geral, conforme, para permitir que a Comissão Especial de Licitação ateste sua autenticidade.

8.1.3 Caso o preposto da licitante não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular, no mínimo com os poderes constantes do modelo que constitui o Anexo II. Nesse caso, o preposto também entregará à Comissão Especial de Licitação cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que constem os nomes e respectivas assinaturas dos sócios ou dirigentes com poderes para a constituição de mandatários.

8.2 A ausência do documento hábil de representação não impedirá o representante de participar da licitação, mas ele ficará impedido de praticar qualquer ato durante o procedimento licitatório.

8.3 A documentação apresentada na primeira sessão de recepção e abertura das Propostas Técnica e de Preços credencia o representante a participar das demais sessões. Na hipótese de sua substituição no decorrer do processo licitatório, deverá ser apresentado novo credenciamento.

8.4 Caso a licitante não deseje fazer-se representar nas sessões de recepção e abertura, deverá encaminhar as Propostas Técnica e de Preços por meio de portador. Nesse caso, o portador deverá efetuar a entrega dos invólucros diretamente à Comissão Especial de Licitação, na data, hora e local indicados no subitem 2.2.

9. ENTREGA DA PROPOSTA TÉCNICA

9.1 A Proposta Técnica deverá ser entregue à Comissão Especial de Licitação acondicionada nos Invólucros nº 1, nº 2 e nº 3.

Invólucro nº 1

9.1.1 No Invólucro nº 1 deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, de que tratam os subitens 10.2 e 10.3 deste Edital.

9.1.1.1 Só será aceito o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada que estiver acondicionado no invólucro padronizado, fornecido pela Comissão Especial de Licitação, a ser retirado, exclusivamente, pela agência que o solicitar formalmente na Coordenação de Licitação e Gestão de Contratos, situada no Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 09, lote “C”, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre “B”, 7º Andar, CEP 70.308-200, em Brasília/DF, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00.

9.1.1.2 O Invólucro nº 1 deverá estar sem fechamento e sem rubrica, para preservar, até a abertura do Invólucro nº 2, o sigilo quanto à sua autoria. O Invólucro nº 1 não poderá:

- a) ter nenhuma identificação;
- b) apresentar informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante;
- c) estar danificado ou deformado pelas peças, materiais ou demais documentos nele acondicionados, de modo a possibilitar a identificação da licitante.

Invólucro nº 2

9.1.2 No Invólucro nº 2 deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada, de que trata o subitem 10.4 deste Edital.

9.1.2.1 O Invólucro nº 2 deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro nº 2

Proposta Técnica: Plano de Comunicação Publicitária - Via Identificada

Nome empresarial e CNPJ da licitante

Concorrência nº 01/2018 - MINC

9.1.2.2 O Invólucro nº 2 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável quanto às informações de que trata, até sua abertura.

Invólucro nº 3

9.1.3 No Invólucro nº 3 deverão estar acondicionados a Capacidade de Atendimento, o Repertório e os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, de que tratam os subitens 10.5 a 10.10 deste Edital.

9.1.3.1 O Invólucro nº 3 deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro nº 3

Proposta Técnica: Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação

Nome empresarial e CNPJ da licitante

Concorrência nº 01/2018 - MINC

9.1.3.2 O Invólucro nº 3 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável quanto às informações de que trata, até sua abertura.

9.1.3.3 O Invólucro nº 3 não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, que possibilite a identificação da autoria deste, antes da abertura do Invólucro nº 2.

10. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

10.1 A licitante deverá apresentar sua Proposta Técnica estruturada de acordo com os quesitos e subquesitos a seguir:

QUESITOS	SUBQUESITOS
1.Plano de Comunicação Publicitária	1. Raciocínio Básico

	2. Estratégia de Comunicação Publicitária
	3. Ideia Criativa
	4. Estratégia de Mídia e Não Mídia
2.Capacidade de Atendimento	
3.Repertório	
4.Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação	

10.1.1 A Proposta Técnica será redigida em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras.

10.2 Quesito 1 - Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada: para sua apresentação, a licitante deverá levar em conta as seguintes orientações:

- a)em caderno único, orientação retrato e com espiral preto colocado à esquerda;
- b)capa e contracapa em papel A4, branco, com 90 gr/m2, ambas em branco;
- c)conteúdo impresso em papel A4, branco, com 75 gr/m2, orientação retrato, observado o disposto na alínea 'c2' do subitem 10.2.2 deste Edital;
- d)espaçamentos de 3 cm na margem esquerda e 2 cm na direita, a partir das respectivas bordas;
- e)títulos, entretítulos, parágrafos e linhas subsequentes sem recuos;
- f)espaçamento simples entre as linhas e, opcionalmente, duplo após títulos e entretítulos e entre parágrafos;
- g)alinhamento justificado do texto;
- h)texto e numeração de páginas em fonte Arial, cor preta, tamanho de 12 pontos, observados os subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 deste Edital;
- i)numeração de todas as páginas, no centro inferior, pelo editor de textos, a partir da primeira página interna, em algarismos arábicos;
- j)sem identificação da licitante.

10.2.1 As especificações do subitem 10.2 não se aplicam às peças de que trata a alínea 'b' do subitem 10.3.3 e à indicação prevista no subitem 10.3.3.3.4 deste Edital.

10.2.2 Os subquestos Raciocínio Básico e Estratégia de Comunicação Publicitária poderão ter gráficos, quadros, tabelas ou planilhas, observadas as seguintes orientações:

- a) poderão ser editados em cores;
- b) os dados e informações deverão ser editados na fonte Arial e poderão ter tamanho entre 08 e 12 pontos;
- c) as páginas em que estiverem inseridos poderão ser:
 - c1) apresentadas em papel A3 dobrado. Nesse caso, para fins do limite previsto no subitem 10.2.6, cada folha de papel A3 será computada como 02 (duas) páginas de papel A4;
 - c2) impressas na orientação paisagem.

10.2.3 Os gráficos, quadros, tabelas ou planilhas integrantes do subquesto Estratégia de Mídia e Não Mídia poderão:

- I - ser editados em cores;
- II - ter fontes e tamanhos de fonte habitualmente utilizados nesses documentos;
- III - ter qualquer tipo de formatação de margem;
- IV - ser apresentados em papel A3 dobrado.

10.2.3.1 As páginas em que estiverem inseridos os gráficos, tabelas e planilhas desse subquesto poderão ser impressas na orientação paisagem.

10.2.4 Os exemplos de peças integrantes do subquesto Ideia Criativa deverão ser apresentados separadamente do caderno de que trata a alínea 'a' do subitem 10.2 deste Edital.

10.2.4.1 Esses exemplos deverão adequar-se às dimensões do Invólucro nº 1, cabendo à licitante atentar para o disposto nas alíneas 'c' dos subitens 9.1.1.2 e 20.2.1 e no subitem 20.2.1.1 deste Edital.

10.2.5 O Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação de sua autoria, antes da abertura do Invólucro nº 2.

10.2.6 Os textos do Raciocínio Básico, da Estratégia de Comunicação Publicitária e da relação prevista na alínea 'a' do subitem 10.3.3 estão limitados, no conjunto, a 10 (dez) páginas.

10.2.7 Os textos da Estratégia de Mídia e Não Mídia não têm limitação quanto ao número de páginas, mas cabe às licitantes atentar especialmente para o disposto na alínea 'c' do subitem 9.1.1.2 e na alínea 'c' do subitem 20.2.1 e no subitem 20.2.1.1 deste Edital.

10.2.8 Para fins desta concorrência, consideram-se como não mídia os meios publicitários (*off-line*) que não implicam a compra de espaço ou tempo em veículos de divulgação, para a transmissão de mensagens publicitárias.

10.2.9 Poderão ser utilizadas páginas isoladas com a finalidade de indicar o Plano de Comunicação Publicitária e seus subquestos. Essas páginas não serão computadas no limite de página previsto no subitem 10.2.6 e devem seguir as especificações do subitem 10.2, no que couber.

10.3 A licitante deverá apresentar o Plano de Comunicação Publicitária com base no Briefing (Anexo I), observadas as seguintes disposições:

10.3.1 Subquesto 1 - Raciocínio Básico - apresentação em que a licitante descreverá:

1. análise das características e especificidades do ANUNCIANTE e do seu papel no contexto no qual se insere;
2. diagnóstico relativo às necessidades de comunicação publicitária identificadas;
3. compreensão do desafio e dos objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing.

10.3.2 Subquesto 2 - Estratégia de Comunicação Publicitária - apresentação e defesa da Estratégia proposta pela licitante para superar o desafio e alcançar os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing, compreendendo:

a) explicitação e defesa do partido temático e do conceito que fundamentam a proposta de solução publicitária;

b) proposição e defesa dos pontos centrais da Estratégia de Comunicação Publicitária, especialmente: o que dizer; a quem dizer; como dizer; quando dizer e que meios de divulgação, instrumentos ou ferramentas utilizar.

10.3.3 Subquesto 3 - Ideia Criativa - apresentação da proposta de campanha publicitária, contemplando os seguintes conteúdos:

a) relação de todas as peças publicitárias que a licitante julga necessárias para superar o desafio e alcançar os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing, com a descrição de cada uma;

b) exemplos das peças, constantes da relação prevista na alínea anterior, que a licitante julga mais adequadas para corporificar e ilustrar objetivamente sua proposta de campanha publicitária, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.3.3.3 deste Edital.

10.3.3.1 A descrição mencionada na alínea 'a' do subitem 10.3.3 está circunscrita à especificação de cada peça publicitária, à explicitação de sua finalidade e suas funções táticas na campanha proposta.

10.3.3.2 Se a campanha proposta pela licitante previr número de peças publicitárias superior ao limite estabelecido na alínea "a" do subitem 10.3.3.3, que podem ser apresentadas fisicamente como exemplos, a relação mencionada na alínea 'a' do subitem 10.3.3 deverá ser elaborada em dois blocos: um para as peças apresentadas como exemplos e outro para o restante.

10.3.3.3 Os exemplos de peças publicitárias de que trata a alínea 'b' do subitem 10.3.3 estão limitados a 10 (dez), independentemente do meio de divulgação, do seu tipo ou de sua característica, e poderão ser apresentados sob a forma de:

- a) roteiro, leiaute ou *storyboard* impressos, para qualquer meio;
- b) 'monstro', para o meio rádio;

c) *storyboard* animado ou *animatic*, para os meios TV, cinema e internet;

d) 'boneca' ou leiaute montado dos materiais de não mídia.

10.3.3.3.1 As peças gráficas poderão ser impressas em tamanho real ou reduzido, desde que não haja prejuízo em sua leitura, sem limitação de cores, com ou sem suporte ou *passé-partout*, observado o disposto no subitem 10.2.4. Peças que não se ajustem às dimensões do Invólucro nº 1 poderão ser dobradas.

10.3.3.3.2 Na apresentação de 'monstro' para o meio rádio poderão ser inseridos todos os elementos de referência, tais como trilha sonora, ruídos de ambientação, voz de personagens e locução.

10.3.3.3.3 Na elaboração do *storyboard* animado ou *animatic* poderão ser inseridas fotos e imagens estáticas, além de trilha sonora, voz de personagens e locução. Não podendo ser inseridas imagens em movimento.

10.3.3.3.4 O 'monstro', *storyboard* animado ou *animatic* deverão ser apresentados em CD, DVD ou *pen drive*, executáveis em sistema operacional *Windows*.

10.3.3.3.4.1 Nessas mídias de apresentação (CD, DVD ou *pen drive*) não poderão constar informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante, ou de qualquer anunciante, somente a marca do seu fabricante.

10.3.3.3.5 Os exemplos não serão avaliados sob os critérios geralmente utilizados para peças finalizadas, mas apenas como referências das propostas a serem produzidas, independente da forma escolhida pela licitante para apresentação.

10.3.3.3.6 Para facilitar seu cotejo, pelos integrantes da Subcomissão Técnica, com a relação prevista na alínea 'a' do subitem 10.3.3 deste Edital, cada exemplo deverá trazer indicação do tipo de peça (Exemplo: cartaz, filme TV, spot rádio, anúncio revista, *banner* internet).

10.3.3.4 Para fins de cômputo das peças que poderão ser apresentadas fisicamente como exemplos, até o limite de 10 (dez), devem ser observadas as seguintes regras.

a) as reduções e variações de formato serão consideradas como novas peças;

b) cada peça apresentada como parte de um *kit* será computada no referido limite;

c) uma peça sequencial, para qualquer meio (a exemplo de anúncio para revista e jornal, *banner* de internet e painéis sequenciais de mídia exterior, tais como *outdoor*, envelopamento de veículo, adesivagem de *finger*, entre outros), será considerada 01 (uma) peça, se o conjunto transmitir mensagem única;

d) um *hotsite* e todas as suas páginas serão considerados 01 (uma) peça;

e) um filme e o *hotsite* que o hospeda serão considerados 02 (duas) peças;

f) um *banner* e o *hotsite* por ele direcionado serão considerados 02 (duas) peças.

10.3.3.4.1 Na apresentação de proposta de *hotsite* a que se refere à alínea 'd' do subitem 10.3.3.4, não podem ser inseridos vídeos ou imagens em movimento.

10.3.4 Subquesto 4 - Estratégia de Mídia e Não Mídia - constituída de apresentação e defesa das soluções de mídia e não mídia recomendadas, em consonância com a Estratégia de Comunicação Publicitária proposta, contemplando:

I. estratégia de mídia: proposição e defesa dos meios de comunicação e dos recursos próprios de comunicação do ANUNCIANTE a serem utilizados para o alcance dos objetivos da campanha, sob a forma de textos, tabelas, gráficos ou planilhas;

II. tática de mídia: detalhamento da estratégia de mídia, por meio da apresentação e defesa dos critérios técnicos considerados na programação dos veículos de divulgação e na definição dos respectivos investimentos, dos formatos e períodos de veiculação, sob a forma de textos, tabelas, gráficos ou planilhas;

III. plano de mídia: composto por planilhas de programação das inserções sugeridas, contendo os valores por veículos de divulgação, formatos das peças, períodos de veiculação, quantidade de inserções, nomes de programas, faixas horárias, custos relativos (CPM, CPP, CPC etc.) e demais informações que a licitante considerar relevantes;

IV. simulação dos parâmetros de cobertura e frequência previstos no plano de mídia (para os meios em que seja possível a mensuração dessas variáveis), sob a forma de textos, tabelas, gráficos ou planilhas.

10.3.4.1 Todas as peças publicitárias, que integrarem a relação prevista na alínea 'a' do subitem 10.3.3, deverão estar contempladas na Estratégia de Mídia e Não Mídia proposta.

10.3.4.2 O plano de mídia proposto deverá apresentar um resumo geral com informações sobre, pelo menos:

a) o período de veiculação, exposição ou distribuição das peças publicitárias;

- b) as quantidades de inserções das peças em veículos de divulgação;
- c) os valores (absolutos e percentuais) dos investimentos alocados em veículos de divulgação, separadamente por meios;
- d) os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção e na execução técnica de cada peça publicitária destinada a veículos de divulgação;
- e) as quantidades a serem produzidas de cada peça publicitária de não mídia;
- f) os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção de cada peça publicitária de não mídia;
- g) os valores (absolutos e percentuais) alocados na distribuição de cada peça publicitária de não mídia.
- h) os valores (absolutos e percentuais) alocados no desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias.

10.3.4.3 Nessa simulação:

- a) os preços das inserções em veículos de divulgação deverão ser os de tabela cheia, vigentes na data de publicação do Aviso de Licitação;
- b) não devem ser incluídos na estratégia de mídia do presente exercício, veículos de divulgação que não atuem com tabela de preços;
- c) deverá ser desconsiderado o repasse de parte do desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;
- d) deverão ser desconsiderados os custos internos e honorários sobre os bens e serviços especializados prestados por fornecedores.

10.3.4.3.1 Caso o Edital venha a ser republicado, com a retomada da contagem do prazo legal, os preços de tabela a que se refere a alínea 'a' do subitem 10.3.4.3 deverão ser os vigentes na data de publicação do último Aviso de Licitação.

10.4. O Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada deverá constituir-se em cópia do Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada, sem os exemplos de peças publicitárias da Ideia Criativa, com a finalidade de proporcionar a correlação segura de autoria, observadas as seguintes características:

I - ter a identificação da licitante;

II - ser datado;

III - estar assinado na última página e rubricado nas demais, por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

10.5 Quesito 2 - Capacidade de Atendimento: a licitante deverá apresentar as informações que constituem o quesito em caderno específico, orientação retrato, em formato A4, ou A3 dobrado, numerado sequencialmente a partir da primeira página interna, rubricado em todas as páginas e assinado na última por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

10.5.1 O caderno específico mencionado no subitem 10.5 não poderá apresentar informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, que possibilite a identificação da autoria deste, antes da abertura do Invólucro nº 2.

10.6 A Capacidade de Atendimento será constituída de textos, tabelas, quadros, gráficos, planilhas, diagramas, fotos e outros recursos, por meios dos quais a licitante deverá apresentar:

- a) relação nominal dos seus principais clientes à época da licitação, com a especificação do início de atendimento de cada um deles;
- b) quantificação e qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação acadêmica e experiência), dos profissionais que poderão ser colocados à disposição da execução do contrato, discriminando-se as respectivas áreas de atuação;
- c) infraestrutura e instalações da licitante que estarão à disposição do ANUNCIANTE para a execução do contrato;
- d) sistemática operacional de atendimento na execução do contrato;
- e) relação das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que colocará regularmente à disposição do ANUNCIANTE, sem ônus adicionais, na vigência do contrato.

10.7 Quesito 3 – Repertório: a licitante deverá apresentar os documentos, as informações e as peças que constituem o quesito em caderno específico, orientação retrato, em formato A4, ou A3 dobrado, numerado sequencialmente a partir da primeira página interna, rubricado em todas as páginas e assinado na última por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

10.7.1 Os documentos, as informações e as peças mencionadas no subitem precedente não poderão ter informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, que possibilite a identificação da autoria deste, antes da abertura do Invólucro nº 2.

10.8 O Repertório será constituído de peças publicitárias concebidas e veiculadas, expostas ou distribuídas pela licitante.

10.8.1 A licitante deverá apresentar 10 (dez) peças publicitárias, independentemente do seu tipo ou característica e da forma de sua veiculação, exposição ou distribuição.

10.8.1.1 As peças publicitárias devem ter sido veiculadas, expostas ou distribuídas a partir de 01/01/2014.

10.8.1.2 As peças eletrônicas deverão ser fornecidas em DVD, CD ou pen drive, executáveis no sistema operacional *Windows*, podendo integrar o caderno específico previsto no subitem 10.7 ou ser apresentadas soltas.

10.8.1.3 As peças gráficas poderão integrar o caderno específico previsto no subitem 10.7 ou ser apresentadas soltas. Em todos os casos, deverá ser preservada a capacidade de leitura das peças e indicadas suas dimensões originais.

10.8.1.3.1 Se apresentadas soltas, as peças poderão ter qualquer formato, dobradas ou não.

10.8.2 Para cada peça publicitária deverá ser apresentada ficha técnica com a indicação sucinta do problema que se propôs a resolver e a identificação da licitante e de seu cliente, título, data de produção, período de veiculação, exposição ou distribuição e, no caso de veiculação, menção de pelo menos um veículo que divulgou a peça.

10.8.3 As peças publicitárias não podem referir-se a trabalhos solicitados ou aprovados pelo ANUNCIANTE, no âmbito de seus contratos com agência de propaganda.

10.9 Quesito 4 - Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação: a licitante deverá apresentar os documentos, as informações e as peças que constituem o quesito em caderno específico, orientação retrato, em formato A4, numerado sequencialmente a partir da primeira página interna, rubricado em todas as páginas e assinado na última por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

10.9.1 Os documentos, as informações e as peças mencionadas no subitem precedente não poderão ter informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, que possibilite a identificação da autoria deste, antes da abertura do Invólucro nº 2.

10.10 A licitante deverá apresentar 03 (três) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, cada um com o máximo de 03 (três) páginas, em que serão descritas soluções publicitárias propostas pela licitante e implementadas por seus clientes, na superação de desafios de comunicação. Cada Relato:

I – deverá ser elaborado pela licitante, em papel que a identifique;

II – deverá contemplar nome, cargo ou função e assinatura de funcionário da licitante responsável por sua elaboração;

III - não pode referir-se a ações publicitárias solicitadas ou aprovadas pelo ANUNCIANTE, no âmbito de seus contratos com agência de propaganda;

IV – deverá estar formalmente referendado pelo respectivo cliente, de forma a atestar a sua autenticidade.

10.10.1 A formalização do referendo deverá ser feita no próprio Relato, no qual constarão, além do referendo, o nome empresarial do cliente, o nome do signatário, seu cargo/função e sua assinatura.

10.10.2 Os Relatos de que trata o subitem 10.10 devem ter sido implementados a partir de 01/01/2014.

10.10.3 É permitida a inclusão de até 03 (três) peças publicitárias, independentemente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça, em cada Relato, observando-se as seguintes regras:

I - as peças eletrônicas deverão ser fornecidas em DVD, CD ou *pen drive*, executáveis no sistema operacional *Windows*, podendo integrar o caderno específico previsto no subitem 10.9 ou ser apresentadas soltas;

II - as peças gráficas poderão integrar o caderno específico previsto no subitem 10.9, em papel A4 ou A3 dobrado, ou ser apresentadas soltas, em qualquer formato, dobradas ou não. Em todos os casos, deverá ser preservada a capacidade de leitura das peças e indicadas suas dimensões originais;

III - para cada peça publicitária, deverá ser apresentada ficha técnica com a indicação sucinta do problema que se propôs a resolver.

10.10.3.1 A ficha técnica de cada peça, observada a quantidade de peças estabelecida no subitem 10.10.3 deverá compor o limite de páginas estabelecido no subitem 10.10 para descrição do Relato.

11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

11.1 A Subcomissão Técnica, prevista no item 19, analisará as Propostas Técnicas das licitantes quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital.

11.2 Serão levados em conta pela Subcomissão Técnica, como critério de julgamento técnico, os seguintes atributos da Proposta Técnica, em cada quesito ou subquesito:

11.2.1 Quesito 1 - Plano de Comunicação Publicitária

11.2.1.1 Subquesito 1 - Raciocínio Básico

- a) a acuidade demonstrada na análise das características e especificidades do ANUNCIANTE e do contexto de sua atuação;
- b) a pertinência dos aspectos relevantes e significativos apresentados, relativos às necessidades de comunicação publicitária identificadas;
- c) a assertividade demonstrada na análise do desafio de comunicação a ser superado pelo ANUNCIANTE e no entendimento dos objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing.

11.2.1.2 Subquesito 2 - Estratégia de Comunicação Publicitária

- a) a consistência técnica da Estratégia de Comunicação Publicitária e a capacidade da licitante de articular os conhecimentos sobre o ANUNCIANTE, o desafio e os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing;
- b) a adequação do partido temático e do conceito à natureza e às atividades do ANUNCIANTE, bem como ao desafio e aos objetivos de comunicação;
- c) a consistência da argumentação em defesa do partido temático e do conceito;
- d) as possibilidades de interpretações positivas do conceito para a comunicação publicitária do ANUNCIANTE com seus públicos;
- e) a exequibilidade da Estratégia de Comunicação Publicitária, considerada a verba referencial.

11.2.1.3 Subquesito 3 - Ideia Criativa

- a) o alinhamento da campanha com a Estratégia de Comunicação Publicitária;
- b) a pertinência da solução criativa com a natureza do ANUNCIANTE, com o desafio e com os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing;
- c) a adequação das peças publicitárias ao perfil dos segmentos de público-alvo;
- d) a compatibilidade das peças publicitárias com os meios de comunicação a que se destinam;
- e) a originalidade da solução criativa e a multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta;
- f) a clareza e precisão das mensagens e a adequação da linguagem com os públicos-alvo;
- g) a exequibilidade das peças e de todos os elementos propostos, com base no investimento disponível.

11.2.1.4 Subquesito 4 - Estratégia de Mídia e Não Mídia

- a) a adequação da Estratégia de Mídia e Não Mídia com as características da ação publicitária, com a verba referencial, o desafio e os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing;
- b) a consistência técnica demonstrada na proposição e defesa da estratégia, da tática e do plano de mídia;
- c) o conhecimento consistente dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de públicos-alvo da campanha publicitária;
- d) a proposição adequada no uso dos recursos próprios de comunicação do ANUNCIANTE e seu alinhamento com a Estratégia de Mídia e Não Mídia;
- e) o grau de eficiência e a economicidade na utilização da verba estabelecida para a campanha, demonstrados na simulação dos parâmetros de cobertura e frequência.

11.2.2 Quesito 2 - Capacidade de Atendimento

- a) o porte e a tradição dos clientes, como anunciantes publicitários, e o período de atendimento a cada um;

- b) a experiência dos profissionais da licitante em atividades publicitárias e a adequação das quantificações e qualificações desses profissionais às necessidades de comunicação publicitária do ANUNCIANTE;
- c) a adequação da infraestrutura e das instalações que estarão à disposição do ANUNCIANTE na execução do contrato;
- d) a funcionalidade do relacionamento operacional entre o ANUNCIANTE e a licitante;
- e) a relevância e utilidade das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que a licitante colocará regularmente à disposição do ANUNCIANTE.

11.2.3 Quesito 3 - Repertório

- a) a originalidade da solução criativa e sua adequação à natureza do cliente, ao público-alvo e ao desafio de comunicação;
- b) a clareza e precisão das mensagens e a adequação da linguagem às características dos meios e públicos-alvo;
- c) a qualidade da produção, da execução e do acabamento das peças.

11.2.4 Quesito 4 - Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação

- a) a evidência de planejamento estratégico por parte da licitante na proposição da solução publicitária;
- b) a demonstração de que a solução publicitária contribuiu para o alcance dos objetivos de comunicação do cliente;
- c) a complexidade do desafio de comunicação apresentado no Relato e a relevância dos resultados obtidos;
- d) o encadeamento lógico da exposição do Relato pela licitante.

11.3 A pontuação da Proposta Técnica está limitada a 100 (cem) e será apurada segundo a metodologia a seguir.

11.3.1 Para estabelecimento da pontuação de cada quesito e subquesito deverá ser avaliado o grau de atendimento das Propostas Técnicas ao disposto no item 11 deste Edital.

11.3.2 Aos quesitos ou subquesitos serão atribuídos, no máximo, os seguintes pontos:

Quesitos/Sub-quesitos		Pontos
1 - Plano de Comunicação Publicitária		65
I - Raciocínio Básico	10	
II - Estratégia de Comunicação Publicitária	25	
III - Ideia Criativa	20	
IV - Estratégia de Mídia e Não Mídia	10	
2 - Capacidade de Atendimento		15
3 - Repertório		10
4 - Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação		10
Pontuação máxima total		100

11.3.2.1 Se a licitante não observar as quantidades estabelecidas nos subitens 10.8.1 e 10.10 para apresentação do Repertório e dos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, sua pontuação máxima, nesses quesitos, será proporcional às quantidades por ela apresentadas, sendo a proporcionalidade obtida mediante a aplicação de regra de três simples, em relação às respectivas pontuações máximas previstas no subitem 11.3.1 deste Edital.

11.3.3 A pontuação de cada quesito corresponderá à média aritmética dos pontos atribuídos por cada membro da Subcomissão Técnica, considerando-se 01 (uma) casa decimal.

11.3.4 A Subcomissão Técnica reavaliará a pontuação atribuída a um quesito ou subquesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito ou do subquesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, de conformidade com os critérios objetivos previstos neste Edital.

11.3.4.1 Persistindo a diferença de pontuação prevista após a reavaliação do quesito ou subquesito, os membros da Subcomissão Técnica, autores das pontuações consideradas destoantes, deverão registrar em ata as razões que os levaram a manter a pontuação atribuída ao quesito ou subquesito reavaliado, que será assinada por todos os membros da Subcomissão e passará a compor o processo desta licitação.

11.3.5 A pontuação final da Proposta Técnica de cada licitante corresponderá à soma dos pontos dos 04 (quatro) quesitos: Plano de Comunicação Publicitária; Capacidade de Atendimento; Repertório; e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

11.4 Será classificada em primeiro lugar, na fase de julgamento da Proposta Técnica, a licitante que obtiver a maior pontuação, observado o disposto no subitem 11.5 deste Edital.

11.5 Será desclassificada a Proposta Técnica que incorrer em qualquer uma das situações abaixo descritas:

1. apresentar qualquer informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da autoria do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, antes da abertura do Invólucro nº 2;
2. não alcançar, no total, 75 (setenta e cinco por cento) pontos;
3. obtiver pontuação zero em quaisquer dos quesitos ou subquesitos.

11.5.1 Poderá ser desclassificada a Proposta Técnica que não atender às demais exigências do presente Edital, a depender da gravidade da ocorrência, observado o disposto no subitem 19.4 deste Edital.

11.6 Se houver empate que impossibilite a identificação automática da melhor Proposta Técnica, será considerada como classificada em primeiro lugar a licitante que tiver obtido a maior pontuação, sucessivamente, nos quesitos Plano de Comunicação Publicitária, Capacidade de Atendimento, Repertório e Relato de Soluções de Problemas de Comunicação.

11.7 Persistindo o empate, a decisão será feita por sorteio, a ser realizado na própria sessão prevista no subitem 20.3 ou em ato público marcado pela Comissão Especial de Licitação, cuja data será divulgada na forma do item 22 e para o qual serão convidadas todas as licitantes.

12. ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇOS

Invólucro nº 4

12.1 No Invólucro nº 4 deverá estar acondicionado a Proposta de Preços das licitantes.

12.1.1 O Invólucro nº 4 deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro nº 4

Proposta de Preços

Nome empresarial e CNPJ da licitante

Concorrência nº 01/2018 - MINC

12.1.2 O Invólucro nº 4 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável quanto às informações de que trata, até sua abertura.

13. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

13.1 A Proposta de Preços da licitante deverá ser elaborada de acordo com o Modelo de Proposta de Preços que constitui o Anexo III e apresentada em caderno único, em papel que a identifique, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem emendas ou rasuras, datada, assinada na última página e rubricada nas demais, por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

13.2 Os quesitos a serem valorados pelas licitantes são os integrantes do subitem 1.1 da Proposta de Preços, cujo modelo constitui o Anexo III, ressalvado que, nos termos do § 1º do art. 46 da Lei nº 8.666/1993, não serão aceitos:

a) percentual de desconto inferior a 50% (cinquenta por cento), a ser concedido ao ANUNCIANTE, sobre os custos internos dos serviços executados pela licitante, baseados na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda de Brasília, referentes a peça e ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

b) percentual de honorários superior a 5% (cinco por cento), incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados contratados junto a fornecedores, com a intermediação e supervisão da licitante, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680, de 1965;

c) percentual de honorários superior a 5% (cinco por cento), incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados contratados junto a fornecedores, com a intermediação e supervisão da licitante, referentes:

I. ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do contrato, exceto no tocante a pesquisas de pré-teste.

II. à renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando a sua distribuição/veiculação não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

III. à reimpressão de peças publicitárias.

d) percentual de honorários superior a 5 (cinco por cento), incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados contratados junto a fornecedores, com a intermediação e supervisão da licitante, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja contratação não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

13.3 O prazo de validade da Proposta de Preços deverá ser de, no mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados de sua apresentação.

13.3.1 Caso a licitante fixe um prazo de validade inferior ao exigido no subitem 13.3 ou, ainda, esteja com o prazo de validade de sua proposta expirado na sessão de abertura dos invólucros com as Propostas de Preços, a Comissão Especial de Licitação realizará com ela diligência nos termos do §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993, como forma de prorrogar o referido prazo.

13.3.1.1 A licitante que não aceitar prorrogar o prazo de validade expirado na abertura dos invólucros com as Proposta de Preços ou antes do encerramento do certame será desclassificada

14. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

14.1 As Propostas de Preços das licitantes classificadas no julgamento das Propostas Técnicas serão analisadas quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital.

14.2 Será desclassificada a Proposta de Preços que apresentar preços baseados em outra Proposta ou que contiver qualquer condicionante para a entrega dos bens e serviços.

14.3 Será considerada a Proposta de menor preço a que obtiver a menor soma dos percentuais de honorários referentes às alíneas “b”, “c” e “d” e o maior percentual de desconto referente à alínea “a”, todas do subitem 13.2 deste Edital.

14.4 Se houver empate, será considerada como Proposta de menor preço a que apresentar, sucessivamente:

- o menor percentual de honorários mencionados na alínea “b” do subitem 13.2;
- o menor percentual de honorários mencionados na alínea “d” do subitem 13.2;
- o menor percentual de honorários mencionados na alínea “c” do subitem 13.2;
- o maior percentual de desconto mencionado na alínea “a” do subitem 13.2.

14.5 Se houver divergência entre o percentual expresso em algarismos e o expresso por extenso, a Comissão Especial de Licitação considerará o preço por extenso.

15. JULGAMENTO FINAL DA CONCORRÊNCIA

15.1 O julgamento final desta concorrência será feito de acordo com o rito previsto na Lei nº 8.666/1993, para o tipo Melhor Técnica.

15.2 Será vencedora do julgamento final da concorrência a licitante que tenha sido mais bem classificada no julgamento da Proposta Técnica, que tenha apresentado a Proposta de menor preço, nos termos do item 14, e tenha sido habilitada, observadas as disposições do item 18 deste Edital.

15.3 Se a licitante mais bem classificada no julgamento das Propostas Técnicas não tiver apresentado a Proposta de menor preço, a Comissão Especial de Licitação abrirá com ela a negociação das condições, prevista no inciso II, § 1º do art. 46 da Lei nº 8.666/93, tomando-se por base, no máximo, o menor preço apresentado entre as licitantes classificadas no julgamento técnico.

15.3.1 No caso de impasse na negociação será adotado, sucessivamente, procedimento idêntico com as demais licitantes, pela ordem de classificação, até a consecução de acordo para a contratação, observada a mesma previsão legal.

15.4 A licitante que não concordar em praticar a Proposta de menor preço perderá o direito à contratação, não lhe cabendo nenhum tipo de indenização.

16. ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1 Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação pelas licitantes classificadas no julgamento das Propostas Técnicas e de Preços, no dia, hora e local previstos na convocação da sessão a ser realizada para esse fim.

16.1.1 A licitante classificada que não apresentar os Documentos de Habilitação na referida sessão será alijada do certame, exceto diante da ocorrência de que trata o subitem 18.1.1 deste Edital.

Invólucro nº 5

16.1.2 Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues acondicionados no Invólucro nº 5, que deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro nº 5

Documentos de Habilitação

Nome empresarial e CNPJ da licitante

Concorrência nº 01/2018 - MINC

16.1.3 O Invólucro nº 5 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

17. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1 Os Documentos de Habilitação deverão ter todas as suas páginas rubricadas por representante legal da licitante e ser apresentados:

I - em via original; ou

II - sob a forma de publicação em órgão da imprensa oficial; ou

III - em cópia autenticada por cartório competente; ou

IV - em cópia não autenticada por cartório competente, quando a lei assim o exigir ou quando não se tratar de certidões expedidas por sistemas mantidos pela Administração Pública.

17.1.1 Os Documentos de Habilitação deverão ser acondicionados em caderno específico, com suas páginas numeradas sequencialmente, na ordem em que figuram neste Edital.

17.1.2 Só serão aceitas cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da Comissão Especial de Licitação.

17.2 Para se habilitar, a licitante deverá apresentar a documentação na forma prevista dos subitens a seguir:

17.2.1 Habilitação Jurídica

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a1) os documentos mencionados na alínea 'a' deverão estar acompanhados de suas alterações ou da respectiva consolidação, devendo constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto desta concorrência;

b) inscrição do ato constitutivo em cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

c) ato de autorização, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) registro comercial, em caso de empresa individual.

17.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se exigível, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta concorrência;

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional com jurisdição sobre o local da sede da licitante;

d) Certidões Negativas de Débitos ou de não contribuinte expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município em que estiver localizada a sede da licitante;

e) Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, em vigor na data de apresentação dos Documentos de Habilitação;

f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

- 17.2.2.1 Será considerada em situação regular a licitante cujo débito com as fazendas públicas ou com a seguridade social esteja com a exigibilidade suspensa.
- 17.2.2.2 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.
- 17.2.2.3 Será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

17.2.3 Qualificação Técnica:

- a) declaração(ões), expedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que ateste(m) que a licitante prestou à(s) declarante(s) serviços compatíveis com os do objeto desta concorrência, representados, no mínimo, pelas atividades descritas no subitem 3.1 deste Edital;
- b) certificado de qualificação técnica de funcionamento, emitido pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão (CENP) ou por entidade equivalente legalmente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda, conforme disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 12.232/2010;
- b1) o certificado de qualificação técnica de funcionamento emitido para a matriz da agência valerá para a filial;
- b2) o documento obtido no site do CENP ou da entidade equivalente terá sua validade verificada pela Comissão Especial de Licitação.

17.2.4 Qualificação Econômico-financeira

- a) Certidão Negativa de falência e de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede fiscal da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade;
- a1) caso não conste prazo de validade, será aceita a certidão emitida em até 90 (noventa) dias corridos, antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação;
- a2) no caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor;
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação dos Documentos de Habilitação;
- b1) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados pelo responsável legal da empresa e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional;
- b2) se necessária a atualização do balanço, com suas demonstrações contábeis, e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo responsável legal da empresa e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional;
- b3) o balanço patrimonial deverá estar registrado ou na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o tipo de empresa licitante e apresentado de acordo com os incisos de "I" a "III", ou autenticado por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, para as empresas que utilizem o sistema eletrônico de escrituração e que tenham seus documentos registrados na Junta Comercial, apresentado conforme inciso "IV":

I. sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, conforme disposto no § 2º do art. 5º do Decreto-lei nº 486/1969;

II. sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404/1976: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante e publicado em Diário Oficial e em jornal de grande circulação ou cópia registrada ou autenticada no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;

III. sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede. Caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;

IV. para as empresas que escrituram por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, impressão dos seguintes arquivos gerados pelo referido sistema:

- a) termo de autenticação com a identificação do autenticador;
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis;
- c) termo de abertura e encerramento;
- d) requerimento de autenticação de Livro Digital;
- e) recibo de entrega de Livro Digital.

17.2.4.1 As sociedades constituídas no exercício em curso ou com menos de um ano de existência deverão apresentar balanço conforme abaixo discriminado, com a assinatura do sócio-gerente e do Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional e autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante:

- a) balanço de abertura, no caso de sociedades sem movimentação;
- b) balanço intermediário, no caso de sociedades com movimentação.

17.2.4.2 A comprovação da boa situação financeira da licitante será feita por meio da avaliação, conforme o caso:

a) do balanço referido na alínea 'b' do subitem 17.2.4, cujos índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas a seguir, terão de ser maiores que um (>01):

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

b) do balanço referido no subitem 17.2.4.1, cujo Índice de Solvência, obtido conforme fórmula a seguir, terá de ser maior ou igual a um (> ou = a 01):

S =	Ativo Total
	Passivo Exigível Total

17.2.4.3 Os índices de que tratam as alíneas 'a' e 'b' do subitem 17.2.4.2 serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, Contador ou outro profissional equivalente, mediante sua assinatura e indicação de seu nome e registro no respectivo conselho de classe profissional.

17.2.4.4 A licitante que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um), no cálculo de quaisquer dos índices referidos na alínea 'a', ou menor que 01 (um), no cálculo do índice referido na alínea 'b', todos do subitem 17.2.4.2, para ser considerada habilitada no quesito Qualificação Econômico-financeira deverá incluir, no Invólucro nº 5, comprovante de que possui, no mínimo, patrimônio líquido equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

17.2.5 Declarações:

a) declaração, na forma regulamentada pelo Decreto nº 4.358/2002, de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:

<p>À</p> <p>Comissão Especial de Licitação</p> <p>Referente Concorrência nº XX / 2018</p> <p><u>se for o caso, consórcio>, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ / _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____.</u></p> <p><u>DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.</u></p> <p>-</p> <p><u>Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz.</u></p> <p>-</p>
--

-
-

-

b) declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2009:

<p>À</p> <p>Comissão Especial de Licitação</p> <p>Referente Concorrência nº XX / 2018</p> <p>, como representante devidamente constituído pela , doravante denominada nome de fantasia, para fins do disposto na alínea “b” do subitem 17.2.5 do Edital, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:</p> <p>a) a proposta apresentada para participar dessa Concorrência foi elaborada de maneira independente pela , e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante, potencial ou de fato, dessa Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;</p> <p>b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar dessa Concorrência não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante, potencial ou de fato, dessa Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;</p> <p>c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante, potencial ou de fato, dessa Concorrência quanto a participar ou não da referida licitação;</p> <p>d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar dessa Concorrência não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante, potencial ou de fato, dessa Concorrência, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;</p> <p>e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar dessa Concorrência não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do ANUNCIANTE, antes da abertura oficial das propostas; e</p> <p>f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.</p> <p>_____</p> <p>consórcio></p>

17.3 Todos os documentos deverão estar em nome da licitante. Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

17.4 O Certificado de Registro Cadastral a que se refere o art. 34 da Lei nº 8.666/1993, expedido por órgão da Administração Pública federal, dentro do seu prazo de validade e compatível com o objeto desta concorrência, substitui os documentos relacionados no subitem 17.2.1 e nas alíneas ‘a’ e ‘b’ do subitem 17.2.2. Nesse caso, a licitante se obriga a declarar ao ANUNCIANTE a existência de fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, se e quando ocorrerem.

17.5 A licitante que estiver cadastrada e com a documentação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, apenas deverá apresentar:

a) declaração(ões), expedidas por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que ateste(m) que a licitante prestou à(s) declarante(s) serviços compatíveis com os do objeto desta concorrência, representados, no mínimo, pelas atividades descritas no subitem 3.1;

b) certificado de qualificação técnica de funcionamento, observado o disposto nas alíneas ‘b’, ‘b1’ e ‘b2’ do subitem 17.2.3;

c) comprovação de que possui, no mínimo, patrimônio líquido equivalente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), se qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente – a serem apurados por intermédio da consulta on-line a que se refere o subitem 18.1.1.1 deste Edital – apresentar resultado igual ou menor que 01 (um);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

e) declarações firmadas conforme os modelos previstos nas alíneas 'a' e 'b' do subitem 17.2.5.

17.5.1 Se as informações referentes ao patrimônio líquido e aos índices mencionados na alínea 'c' do subitem 17.5 não estiverem disponíveis no SICAF, a licitante deverá comprová-los mediante a apresentação, no Invólucro nº 5, dos documentos de que trata a alínea 'b' do subitem 17.2.4 ou, se for o caso, o subitem 17.2.4.1.

17.5.2 À licitante cadastrada fica facultada a apresentação, dentro do Invólucro nº 5, dos documentos destinados a substituir os eventualmente vencidos ou desatualizados, constantes da declaração impressa do SICAF.

18. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

18.1 A Comissão Especial de Licitação analisará os Documentos de Habilitação de todas as licitantes classificadas no julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços e que atenderem ao disposto no item 17 e julgará habilitadas as que atenderem integralmente aos requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

18.1.1 Para a análise da habilitação das licitantes, também serão realizadas consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Portal da Transparência mantido pela Controladoria Geral da União - CGU, e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CADIN), disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em harmonia com o disposto no Acórdão nº 1793/2011 - do Plenário, do Tribunal de Contas da União - TCU.

18.1.1.1 Em complemento à análise dos documentos das licitantes que optaram por realizar sua habilitação, conforme previsto no subitem 17.5, serão realizadas consultas on-line no:

I - SICAF, que será impressa sob forma de Declaração e instruirá o processo, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2010;

II - site do Tribunal Superior do Trabalho, para verificação da regularidade trabalhista.

18.1.1.2 Será impressa a Declaração referente à situação de cada licitante, que será assinada pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes, ou por comissão por eles nomeada, e juntada aos demais documentos apresentados pela respectiva licitante.

18.1.1.3 Se alguma licitante for inabilitada em decorrência de irregularidade constatada por meio do SICAF e comprovar, mediante a apresentação do formulário do Recibo de Solicitação de Serviço, que entregou a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, a Comissão Especial de Licitação suspenderá os trabalhos e comunicará o fato à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, gestor do SICAF.

18.1.1.3.1 O Recibo de Solicitação de Serviço apresentado deverá estar com os campos relativos à documentação complementar exigida para habilitação parcial ou à atualização de documentos de habilitação parcial preenchidos, conforme o caso.

18.1.2 Se nenhuma licitante restar habilitada, a Comissão Especial de Licitação reabrirá a fase de Habilitação, com nova convocação de todas as licitantes classificadas, para reapresentarem os respectivos documentos, no prazo de 10 (dez) dias úteis, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

19. COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO E SUBCOMISSÃO TÉCNICA

19.1 Esta concorrência será processada e julgada por Comissão Especial de Licitação, na forma do art. 10 do Decreto nº 6.555/2008, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas.

19.2 As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica constituída por 03 (três) membros que sejam formados em Comunicação, Publicidade ou Marketing ou que atuem em uma dessas áreas.

19.2.1 Na composição da Subcomissão Técnica, pelo menos 1/3 (um terço) dos integrantes não terão vínculo funcional ou contratual com o ANUNCIANTE.

19.3 A escolha dos membros da Subcomissão Técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação que terá 6 (seis) integrantes com vínculo com o ANUNCIANTE e 3 (três) sem vínculo com o ANUNCIANTE.

19.3.1 Os nomes remanescentes da relação após sorteio dos 03 (três) membros da Subcomissão Técnica serão todos sorteados para definição de uma ordem de suplência, a serem convocados nos casos de impossibilidade de participação de algum dos titulares.

19.3.1.1 Para composição da relação prevista no subitem 19.3, a Comissão Especial de Licitação deverá solicitar a comprovação dos requisitos de qualificação, dispostos no subitem 19.2, dos possíveis membros da Subcomissão Técnica.

19.3.2 A relação dos nomes referidos no subitem 19.3 será publicada no Diário Oficial da União, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

19.3.3 O sorteio será processado pela Comissão Especial de Licitação, de modo a garantir o preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros com vínculo ou não ao ANUNCIANTE, nos termos dos subitens 19.2.1, 19.3 e 19.3.1 deste Edital.

19.3.4 Até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se refere o subitem 19.3, mediante a apresentação à Comissão Especial de Licitação de justificativa para a exclusão.

19.3.5 Admitida a impugnação, o impugnado terá o direito de abster-se de atuar na Subcomissão Técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão da autoridade competente.

19.3.6 A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado, respeitado o disposto neste item.

19.3.6.1 Será necessário publicar nova relação se o número de membros mantidos depois da impugnação for inferior aos mínimos exigidos nos subitens 19.3 e 19.3.1 deste Edital.

19.3.6.2 Só será admitida nova impugnação a nome que vier a completar a relação anteriormente publicada.

19.3.7 A sessão pública para o sorteio será realizada após a decisão motivada da impugnação, em data previamente designada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto no subitem 19.3.2 e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

19.4 A Comissão Especial de Licitação e a Subcomissão Técnica cuidarão para que a interpretação e aplicação das regras estabelecidas neste Edital busquem o atingimento das finalidades da licitação e, conforme o caso, poderão relevar aspectos puramente formais nos Documentos de Habilitação e nas Propostas das licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta concorrência e contribuam para assegurar a contratação da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 3º, *caput*, da Lei 8.666/1993.

19.4.1 Os membros da Comissão Especial de Licitação e da Subcomissão Técnica assinarão Termo de Confidencialidade, que ficará nos autos do processo desta concorrência, observados os respectivos modelos:

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

1. Eu,, Matrícula nº, lotado no, integrante da Comissão Especial de Licitação responsável pelo processamento do presente processo licitatório - Concorrência nº/..... realizado pelo(a), para a contratação de agência(s) de propaganda, regido pelas Leis nº 12.232/2010 e nº 8.666/1993, comprometo-me a manter o sigilo e a confidencialidade com relação à qualquer informação relacionada ao presente certame, em especial aquelas vinculadas às etapas de Habilitação e de apresentação e julgamento das Propostas Técnicas e de Preços das licitantes, até a sua divulgação e/ou publicação na imprensa oficial.

2. Comprometo-me, ainda, nos termos da Lei nº 12.813/2013 e da Lei nº 8.666/1993, a:

I – NÃO divulgar ou fazer uso de informações privilegiadas, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas nesta Comissão Especial de Licitação;

II – NÃO exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse na Concorrência em comento;

III – NÃO exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições da Comissão Especial de Licitação que agora ocupa;

IV – NÃO atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados, relacionados ao objeto da Concorrência;

V – NÃO praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que eu participe ou ainda meu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por mim beneficiados ou influir em meus atos nesta Comissão Especial de Licitação;

VI – NÃO receber presente de quem tenha interesse em minha decisão como membro desta Comissão Especial de Licitação, fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

VII – NÃO prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa de comunicação cuja atividade seja contratada pelo ente responsável pela presente contratação.

Data: ____ de _____ de _____

Assinatura Servidor

SUBCOMISSÃO TÉCNICA**ORIENTAÇÕES GERAIS**

Esta concorrência para contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda é processada e julgada por Comissão Especial de Licitação, na forma do art. 10 do Decreto nº 6.555/2008, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas.

As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica constituída por no mínimo 03 integrantes formados em Comunicação, Publicidade ou Marketing ou que atuem em uma dessas áreas.

A Subcomissão Técnica analisará as propostas e informações apresentadas nos Invólucros nº 1 (Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada) e nº 3 (Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação) para julgamento das Propostas Técnicas das licitantes.

A Subcomissão Técnica tem total autonomia na pontuação das propostas técnicas, observadas as disposições estabelecidas no edital, não estando submetida a nenhuma autoridade, interferência ou influência do órgão/entidade contratante ou de origem, nem da Comissão Especial de Licitação, nas questões relacionadas ao julgamento técnico.

Todos os membros da Subcomissão Técnica participam de forma igualitária, com o mesmo poder de decisão e expressão, independente do cargo/função exercida no órgão contratante ou de origem.

Todas as informações relativas às Propostas Técnicas e ao seu julgamento são de caráter estritamente sigiloso e não devem ser divulgadas pelos integrantes da Subcomissão Técnica, externamente ou internamente no órgão/entidade contratante ou de origem, antes da publicação na imprensa oficial do resultado do julgamento técnico, pela Comissão Especial de Licitação.

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

2. Eu,, Matrícula nº, vinculada ao, integrante da Subcomissão Técnica responsável pelo julgamento técnico do presente processo de Concorrência realizado pelo(a), para a contratação de agência(s) de propaganda, regido pelas Leis nº 12.232/2010 e nº 8.666/1993, comprometo-me a manter o sigilo e a confidencialidade, com relação às Propostas Técnicas apresentadas pelas licitantes participantes do presente certame e às informações relacionadas ao seu julgamento e pontuações atribuídas aos quesitos e subquesitos analisados.

2. Comprometo-me, ainda, nos termos da Lei nº 12.813/2013 e da Lei nº 8.666/1993, a:

I – NÃO divulgar ou fazer uso de informações privilegiadas, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas nesta Subcomissão Técnica;

II – NÃO exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse na Concorrência em comento;

III – NÃO exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições da Subcomissão Técnica que agora ocupo para a análise e julgamento das Propostas Técnicas da Concorrência em comento;

IV – NÃO atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados, relacionados ao objeto da Concorrência;

V – NÃO praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que eu participe ou ainda meu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por mim beneficiados ou influir em meus atos nesta Subcomissão Técnica;

VI – NÃO receber presente de quem tenha interesse em minha decisão como membro desta Subcomissão Técnica, fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento;

VII – NÃO prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa de comunicação cuja atividade seja contratada pelo ente ao qual estou vinculado, ou responsável pela presente contratação; e

VIII – NÃO participar, direta ou indiretamente, das sessões públicas desta licitação, realizadas pela Comissão Especial de Licitação.

Data: ____ de _____ de _____.

Assinatura

20. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

20.1 Serão realizadas sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação, das quais serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes.

20.1.1 A participação de representante de qualquer licitante dar-se-á mediante a prévia entrega de documento hábil, conforme estabelecido no subitem 8.1 deste Edital.

20.1.2 Os representantes das licitantes presentes poderão nomear comissão constituída de alguns entre eles para, em seu nome, tomar conhecimento e rubricar as Propostas e Documentos de Habilitação nas sessões públicas.

20.1.3 Os integrantes da Subcomissão Técnica não poderão participar das sessões de recebimento e abertura dos invólucros com as Propostas Técnicas.

20.1.4 O julgamento das Propostas Técnicas e de Preços, a análise dos Documentos de Habilitação das licitantes e o julgamento final da concorrência serão efetuados exclusivamente com base nos critérios especificados neste Edital.

20.1.5 Antes do aviso oficial do resultado desta concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas Técnica e de Preços ou adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

20.1.6 Qualquer tentativa de licitante influenciar a Comissão Especial de Licitação ou a Subcomissão Técnica no processo de julgamento das Propostas Técnica e de Preços resultará na sua desclassificação.

20.1.7 Por ocasião da apreciação das Propostas Técnica e de Preços e dos Documentos de Habilitação às vistas das licitantes, não será permitida a retirada de documentos do recinto da sessão pública, nem a sua reprodução direta sob qualquer forma.

20.1.8 A Comissão Especial de Licitação poderá alterar as datas ou as pautas das sessões, antecipá-las ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

Primeira Sessão

20.2 A primeira sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos no subitem 2.2 e terá a seguinte pauta inicial:

- a) identificar os representantes das licitantes, por meio do documento exigido no subitem 8.1 deste Edital;
- b) receber os Invólucros nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4;
- c) conferir se esses invólucros estão em conformidade com as regras estabelecidas neste Edital.

20.2.1 O Invólucro nº 1, com o Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada, só será recebido pela Comissão Especial de Licitação se:

- a) não estiver identificado;
- b) não apresentar informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante, antes da abertura do Invólucro nº 2;
- c) não estiver danificado ou deformado pelas peças, materiais ou demais documentos nele acondicionados, de modo a possibilitar a identificação da licitante, antes da abertura do Invólucro nº 2.

20.2.1.1 Ante a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do subitem 20.2.1, a Comissão Especial de Licitação não receberá o Invólucro nº 1, o que também a impedirá de receber os demais invólucros da mesma licitante.

20.2.2 A primeira sessão prosseguirá com a seguinte pauta básica:

- a) rubricar, no fecho, sem abri-los, os Invólucros nº 2 e nº 4, que permanecerão fechados sob a guarda e responsabilidade da Comissão Especial de Licitação, e separá-los dos Invólucros nº 1 e nº 3;
- b) retirar e rubricar o conteúdo do Invólucro nº 1;
- c) abrir os Invólucros nº 3 e rubricar seu conteúdo;
- d) colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame e rubrica, os documentos que constituem os Invólucros nº 1 e nº 3;
- e) informar que as licitantes serão convocadas para a próxima sessão na forma do item 22 deste Edital .

20.2.2.1 A Comissão Especial de Licitação, antes do procedimento previsto na alínea 'b' do subitem 20.2.2, adotará medidas para evitar que seus membros ou os representantes das licitantes possam, ainda que acidentalmente, identificar a autoria de algum Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada.

20.2.2.1.1 Antes de serem abertos para rubrica dos conteúdos pelos presentes na primeira sessão, os invólucros nº 1, com o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, devem ser misturados, de modo que não possam ser vinculados aos respectivos autores, considerada a ordem sequencial de sua entrega à Comissão Especial de Licitação.

20.2.2.2 Se, ao examinar ou rubricar os conteúdos dos Invólucros nº 1 e nº 3, a Comissão Especial de Licitação ou os representantes das licitantes constatarem ocorrência(s) que possibilite(m), inequivocamente, a identificação da autoria do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, a Comissão Especial de Licitação desclassificará a licitante e ficará de posse de todos os seus invólucros até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

20.2.3 A Comissão Especial de Licitação não lançará nenhum código, sinal ou marca nos Invólucros nº 1, nem nos respectivos conteúdos que compõem o Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada das licitantes, à exceção das rubricas mencionadas na alínea 'b' do subitem 20.2.2 acima.

20.2.4 Abertos os Invólucros nº 1 e nº 3, as licitantes não poderão desistir de suas Propostas, a não ser por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pela Comissão Especial de Licitação.

20.2.5 Se as licitantes estiverem expressamente de acordo com as decisões tomadas pela Comissão Especial de Licitação na primeira sessão, os procedimentos de licitação terão continuidade em conformidade com o previsto no subitem 20.2.6 e seguintes. Caso contrário a comissão divulgará o resultado na forma do item 22, abrindo-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

20.2.5.1 Se houver manifestação expressa de qualquer licitante de recorrer das decisões da Comissão Especial de Licitação, pertinentes à primeira sessão, esta divulgará o resultado na forma do item 22, abrindo-se o prazo para a interposição de recursos, conforme disposto no item 23 deste Edital.

20.2.6 Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, serão adotados, nesta precisa ordem, os seguintes procedimentos:

a) encaminhamento, pela Comissão Especial de Licitação à Subcomissão Técnica, dos Invólucros nº 1 (Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada), acompanhados dos questionamentos das licitantes relativos à Proposta Técnica, se for o caso, e das respectivas respostas, sem identificação de autoria;

b) análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, dos conteúdos dos Invólucros nº 1 (Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada) das licitantes, de acordo com os critérios especificados neste Edital;

c) elaboração, pela Subcomissão Técnica, de ata de julgamento dos Invólucros nº 1 (Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada) e de planilha com as pontuações e justificativas das razões que as fundamentaram, e encaminhamento desses documentos à Comissão Especial de Licitação, na devolução dos Invólucros nº 1;

d) somente após o recebimento dos documentos e dos Invólucros nº 1, mencionados na alínea anterior, ocorrerá o encaminhamento, pela Comissão Especial de Licitação à Subcomissão Técnica, dos Invólucros nº 3 (Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação) das licitantes;

e) análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, dos conteúdos dos Invólucros nº 3 (Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação) das licitantes, de acordo com os critérios especificados neste Edital;

f) elaboração, pela Subcomissão Técnica, de ata de julgamento dos Invólucros nº 3 (Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação) e de planilha com as pontuações e justificativas das razões que as fundamentaram, e encaminhamento desses documentos à Comissão Especial de Licitação, na devolução dos Invólucros nº 3.

20.2.6.1 Se alguma Proposta Técnica for desclassificada com base nas alíneas 'b' e 'c' do subitem 11.55, a pontuação atribuída pela Subcomissão Técnica a cada quesito ou subquesito dessa Proposta será lançada em planilhas que ficarão acondicionadas em envelope fechado e rubricado no fecho pelos membros da referida Subcomissão, até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

20.2.6.2 O disposto no subitem precedente não se aplica ao caso da alínea 'a' do subitem 11.5, em que o descumprimento das regras definidas, para a preservação da autoria do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, resulte na identificação da licitante, antes da abertura do Invólucro nº 2.

20.2.7 As planilhas previstas nas alíneas 'c' e 'f' do subitem 20.2.6 conterão respectivamente a pontuação de cada membro da Subcomissão Técnica para cada subquesito do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada e as pontuações, de cada membro, para os quesitos Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, de cada licitante.

Segunda Sessão

20.3 Após receber as atas de julgamento das Propostas Técnicas constantes dos Invólucros nº 1 e nº 3, respectivas planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica, a Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes, na forma do item 22, para participar da segunda sessão pública, com a seguinte pauta básica:

a) identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;

b) abrir os Invólucros nº 2;

- c) cotejar os documentos constantes dos Invólucros nº 2 (Plano de Comunicação Publicitária - Via Identificada) das licitantes, com os conteúdos dos Invólucros nº 1 (Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada), para identificação de autoria;
- d) elaborar planilha geral com as pontuações atribuídas a cada quesito de cada Proposta Técnica;
- e) proclamar o resultado final do julgamento das Propostas Técnicas;
- f) executar o sorteio previsto no subitem 11.7, se for o caso;
- g) informar que o resultado final do julgamento das Propostas Técnicas será publicado na forma do item 22, com a indicação das licitantes classificadas e das desclassificadas, em ordem decrescente de pontuação, abrindo-se prazo para interposição de recurso, conforme disposto no item 23 deste Edital.

20.3.1 Além das demais atribuições, previstas neste Edital, caberá à Subcomissão Técnica manifestar-se em caso de eventuais recursos de licitantes, relativos ao julgamento das Propostas Técnicas, a partir de solicitação da Comissão Especial de Licitação.

Terceira Sessão

20.4 Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, a Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes, na forma do item 22, para participar da terceira sessão pública, com a seguinte pauta básica:

- a) identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;
- b) abrir os Invólucros nº 4, com as Propostas de Preços, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;
- c) colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos Invólucros nº 4;
- d) analisar o cumprimento, pelas licitantes, das exigências deste Edital para a elaboração das Propostas de Preços e julgá-las de acordo com os critérios nele especificados;
- e) identificar a Proposta de menor preço, nos termos dos subitens 14.2 e 14.3 e dar conhecimento do resultado aos representantes das licitantes presentes;
- f) efetuar com a licitante mais bem classificada no julgamento da Proposta Técnica, caso não tenha apresentado a Proposta de menor preço, a negociação prevista no inciso II do § 1º do art. 46 da Lei nº 8.666/1993, nos termos da Proposta de menor preço, entre as licitantes classificadas;
- g) adotar procedimento idêntico, na falta de êxito na negociação mencionada na alínea precedente, sucessivamente com as demais licitantes, obedecida a ordem de classificação das Propostas Técnicas, até a consecução de acordo para a contratação;
- h) declarar vencedora do julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços, observado o disposto nos subitens 11.4 e 11.5, a licitante que:
- h1) tenha sido mais bem classificada no julgamento da Proposta Técnica e tenha apresentado a Proposta de menor preço; ou
- h2) tenha sido mais bem classificada no julgamento da Proposta Técnica e tenha concordado em praticar a Proposta de menor preço, entre as propostas apresentadas pelas licitantes classificadas;
- i) informar que o resultado do julgamento das Propostas de Preços será publicado na forma do item 22, com a indicação da ordem de classificação, abrindo-se prazo para interposição de recurso, conforme disposto no item 23 deste Edital.

Quarta Sessão

20.5 Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, a Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes classificadas no julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços, na forma do item 22, para participar da quarta sessão pública, com a seguinte pauta básica:

- a) identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;
- b) receber e abrir os Invólucros nº 5, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;
- c) analisar a conformidade dos Documentos de Habilitação com as condições estabelecidas neste Edital e na legislação em vigor;
- d) colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos Invólucros nº 5;

e) dar conhecimento do resultado da habilitação e informar que será publicado na forma do item 22, com a indicação das licitantes habilitadas e inabilitadas, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme disposto na alínea 'a' do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/1993;

f) informar que será publicado, na forma do item 22, o nome da licitante vencedora desta concorrência, caso não tenha sido interposto recurso na fase de habilitação, ou tenha havido a sua desistência ou, ainda, tenham sido julgados os recursos interpostos.

21. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

21.1 Não tendo sido interposto recurso na fase de habilitação, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, será homologado o resultado desta concorrência e, assim, aprovada a adjudicação do seu objeto à licitante vencedora, observado o disposto no subitem 30.11 deste Edital.

21.2 Imediatamente após a homologação do resultado desta concorrência, o presidente da Comissão Especial de Licitação elaborará e encaminhará à Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria Geral da Presidência da República – SECOM/PR relatório contendo a exposição dos principais atos e fatos pertinentes ao processamento licitatório, conforme Instrução Normativa SECOM de referência, disponível no endereço www.secom.gov.br.

22. DIVULGAÇÃO DOS ATOS LICITATÓRIOS

22.1 A juízo da Comissão Especial de Licitação, todas as decisões referentes a esta concorrência poderão ser divulgadas conforme a seguir, ressalvadas aquelas cuja publicação no Diário Oficial da União é obrigatória:

a) nas sessões de abertura de invólucros;

b) por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelas licitantes.

23. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

23.1 Eventuais recursos referentes a presente concorrência deverão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, em petição escrita dirigida à autoridade competente do ANUNCIANTE, por intermédio da Comissão Especial de Licitação, protocolizada na Coordenação de Licitação e Gestão de Contratos - no Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 09, lote "C", Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "B", 7º Andar, CEP 70.308-200, em Brasília/DF, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, em Brasília/DF.

23.2 Interposto o recurso, o fato será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

23.3 Recebida(s) a(s) impugnação(ões), ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão Especial de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, submeter o recurso, devidamente instruído, e respectiva(s) impugnação(ões) ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração que decidirá em 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento.

23.4 Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo legal ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo como representante da licitante.

23.5 Será franqueada aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de recursos até o seu término, vista ao processo desta concorrência, em local e horário a serem indicados pela Comissão Especial de Licitação.

23.6 Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação de licitante e ao julgamento das Propostas Técnica e de Preços terão efeito suspensivo, podendo a Comissão Especial de Licitação, motivadamente e se houver interesse para o ANUNCIANTE, atribuir efeito suspensivo aos recursos interpostos contra outras decisões.

24. VALOR CONTRATUAL E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1 O valor da contratação decorrente deste Edital está estimado em **R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)**, pelos primeiros 12 (doze) meses.

24.2 A previsão de recursos orçamentários para a execução dos serviços durante o exercício de 2018 consta da Lei Orçamentária Anual, nas seguintes funcional programática: 2107.4641.0001.-.0000 – Publicidade de Utilidade Pública

24.3 O ANUNCIANTE se reserva o direito de, a seu juízo, executar ou não a totalidade do valor contratual.

24.4 No interesse do ANUNCIANTE, a contratada ficará obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, nas mesmas condições contratuais, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

24.5 Se o ANUNCIANTE optar pela prorrogação do contrato que vier a ser assinado serão consignadas nos próximos exercícios, na Lei Orçamentária Anual, as dotações necessárias ao atendimento dos pagamentos previstos.

25. CONDIÇÕES PRÉ-CONTRATUAIS

25.1 A licitante vencedora terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da convocação, para assinar o instrumento de contrato, nos moldes da minuta que constitui o Anexo IV.

25.1.1 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, a juízo do ANUNCIANTE, consideradas as justificativas que lhe forem apresentadas pela licitante vencedora.

25.1.1.1 Se a licitante vencedora não comparecer nos prazos estipulados para assinar o contrato, o ANUNCIANTE poderá convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação das Propostas Técnicas, para assinar o contrato em igual prazo e nas mesmas condições estabelecidas para a licitante que deixou de assinar o contrato, ou revogar esta concorrência, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/1993.

25.2 Antes da celebração do contrato, o ANUNCIANTE efetuará consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público federal (CADIN), conforme disposto no inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522/2002, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Portal da Transparência mantido pela Controladoria Geral da União - CGU, e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em harmonia com o disposto no Acórdão nº 1793/2011-Plenário, do Tribunal de Contas da União.

25.3 O contrato para a execução dos serviços objeto deste Edital terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir do dia da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Cláusula Terceira da Minuta de Contrato (Anexo IV).

25.4 O ANUNCIANTE poderá rescindir, a qualquer tempo, o contrato que vier a ser assinado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, conforme disposto na Cláusula Décima Quarta da Minuta de Contrato (Anexo IV).

25.5 A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas nesta concorrência, incluída a certificação de qualificação técnica de funcionamento de que tratam o § 1º do art. 4º da Lei nº 12.232/2010.

25.6 A contratada centralizará o comando da publicidade do ANUNCIANTE em Brasília/DF, onde, para esse fim, manterá sede, filial, sucursal ou escritório, observado o disposto nos subitens 5.1.2 e 5.1.2.1 da Cláusula Quinta da Minuta de Contrato (Anexo IV).

25.7 Integrarão o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas neste Edital, os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenha servido de base para o julgamento desta concorrência ea Proposta de menor preço.

26. GARANTIA

26.1 As disposições pertinentes à garantia estão estabelecidas na Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato (Anexo IV).

27. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

27.1 A remuneração à contratada, pelos serviços prestados, será feita nos termos das Cláusulas Oitava e Nona da Minuta de Contrato (Anexo IV), consoante os preços estabelecidos em suas Propostas de Preços ou, quando for o caso, de acordo com os preços negociados na forma prevista nas alíneas 'f' e 'g' do subitem 20.4 deste Edital.

27.2 A forma e as condições de pagamento são as constantes da Cláusula Décima Primeira da Minuta de Contrato (Anexo IV).

28. FISCALIZAÇÃO

28.1 O ANUNCIANTE nomeará um gestor e um fiscal para acompanharem e fiscalizarem a execução do contrato resultante desta concorrência e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos serviços e terão poderes, entre outros, para notificar a contratada, objetivando sua imediata correção, nos termos da Cláusula Sétima da Minuta de Contrato (Anexo IV).

29. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1 Será aplicada à licitante vencedora multa compensatória de até 2% (dois por cento), calculada sobre a estimativa de despesas prevista no subitem 24.1, independentemente de outras sanções e penalidades previstas na Lei nº 8.666/1993, diante das seguintes ocorrências.

a) recusa injustificada em assinar o termo de contrato, no prazo estipulado;

b) não manutenção das condições de habilitação, a ponto de inviabilizar a contratação.

29.1.1 O disposto no subitem precedente não se aplica à licitante convocada na forma do subitem 25.1.1.1 deste Edital.

29.2 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pelo ANUNCIANTE, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as sanções previstas em lei e no contrato a ser firmado entre as partes, nos termos da Cláusula Décima Terceira da Minuta de Contrato (Anexo IV).

30. DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1 É facultada à Comissão Especial de Licitação, em qualquer fase desta concorrência, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente das Propostas Técnica e de Preços ou dos Documentos de Habilitação.

30.2 A Comissão Especial de Licitação, por solicitação expressa da Subcomissão Técnica, poderá proceder vistoria da infraestrutura que as agências apresentaram nas Propostas Técnicas (quesito Capacidade de Atendimento), que estarão à disposição do ANUNCIANTE para a execução do contrato.

30.3 A Comissão Especial de Licitação deverá adotar os cuidados necessários para preservar o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada, até a abertura do Invólucro nº 2, nas situações previstas nos subitens 30.1 e 30.2 deste Edital.

30.4 Até a assinatura do contrato, a licitante vencedora poderá ser desclassificada ou inabilitada se o ANUNCIANTE tiver conhecimento de fato desabonador à sua classificação técnica ou à sua habilitação, conhecido após o julgamento de cada fase.

30.4.1 Se ocorrer a desclassificação ou a inabilitação da licitante vencedora, por fatos referidos no subitem precedente, o ANUNCIANTE poderá convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação das Propostas Técnicas ou revogar esta concorrência.

30.5 Se, durante a execução do contrato, o instrumento firmado com a contratada não for prorrogado, ou for rescindido, nos casos previstos na legislação e no contrato, o ANUNCIANTE poderá convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação das Propostas Técnicas, para dar continuidade à execução do objeto do contrato, desde que concordem e se disponham a cumprir todas as condições e exigências a que estiver sujeita a signatária do contrato.

30.6 É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

30.7 Se houver indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, o ANUNCIANTE comunicará os fatos verificados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça e ao Ministério Público federal, para as providências devidas.

30.8 É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se a autora às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme dispõe o art. 93 da Lei nº 8.666/1993.

30.9 Antes do aviso oficial do resultado desta concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à adjudicação do contrato ou à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas.

30.10 Mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, esta concorrência será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento e poderá ser revogada, em qualquer de suas fases, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

30.10.1 A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/1993.

30.10.2 O ANUNCIANTE poderá cancelar de pleno direito a Nota de Empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa, caso a adjudicação seja anulada, em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize.

30.11 Antes da data marcada para o recebimento dos invólucros com as Propostas Técnica e de Preços, a Comissão Especial de Licitação poderá, por motivo de interesse público, por sua iniciativa, em consequência de solicitações de esclarecimentos ou de impugnações, alterar este Edital, ressalvado que será reaberto o prazo inicialmente estabelecido para apresentação das Propostas, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas.

30.12 Correrão por conta do ANUNCIANTE as despesas que incidirem sobre a formalização do contrato, incluídas as decorrentes de sua publicação, que deverá ser efetivada em extrato, no Diário Oficial da União, na forma prevista no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993.

30.13 As questões suscitadas por este Edital que não puderem ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Juízo da Justiça Federal, Seção Judiciária do foro de Brasília/DF.

30.14 Integram este Edital os seguintes Anexos:

- a) Anexo I: Briefing;
- b) Anexo II: Modelo de Procuração;
- c) Anexo III: Modelo de Proposta de Preços;
- d) Anexo IV: Minuta de Contrato.

CIBELE HOISEL AMÂNCIO COSTA

Assessora Especial do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Cibele Hoisel Amâncio Costa, Assessor Especial**, em 08/02/2018, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0502791** e o código CRC **680525FB**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I

BRIEFING

1. Situação Geral

Foi com o impulso de renovação que o Ministério da Cultura (MinC) foi criado em 15 de março de 1985 pelo Decreto nº 91.144. A partir desta data, começaram a ser desenvolvidas ações específicas no reconhecimento da importância da cultura para a construção da identidade nacional.

A cultura é um dos pilares da própria democracia. É ela quem qualifica e dá sentido à experiência humana, ao estabelecer os laços da vida social. A cultura, fundamentalmente, contribui para agregar valor ao desenvolvimento e abrir caminho para a inovação no seio da sociedade.

Entendida deste modo, a cultura se coloca na centralidade da agenda pública contemporânea, permeando todos os campos da vida social, todas as áreas do conhecimento, como algo inerente ao próprio ser humano. É cada vez mais um setor de grande destaque na economia do País, como fonte de geração crescente de empregos e renda.

O MinC faz parte da administração pública federal direta e entre as suas áreas de competências existem a Política Nacional de Cultura e a Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural. E é por meio das metas do Plano Nacional da Cultura (PNC), compendio de metas a serem atingidas em 10 anos, que este ministério trabalha a concepção de cultura articulada em três dimensões – simbólica, cidadã e econômica.

Dimensão simbólica: aborda o aspecto da cultura que considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos que se expressam em práticas culturais diversas como idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, e também nas linguagens artísticas: teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo etc.

Dimensão cidadã: considera o aspecto em que a cultura é entendida como um direito básico do cidadão. Assim, é preciso garantir que os brasileiros participem mais da vida cultural, criando e tendo mais acesso a livros, espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, acervo de museus, entre outros.

Dimensão econômica: envolve o aspecto da cultura como vetor econômico. A cultura como um lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira faz parte do novo cenário de desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável.

Nesse sentido, a cultura vem ganhando cada vez mais papel de destaque na economia, assumindo protagonismo, com importante papel na recuperação da crise, sendo a cultura um meio rápido e democrático de fomento, incentivo e dinamismo para o crescimento econômico do setor cultural.

Atualmente, o MinC está dividido em seis Secretarias: da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC); do Audiovisual (SAV); de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC); de Articulação e Desenvolvimento Institucional (SADI); da Economia da Cultura (SEC); e, de Infraestrutura Cultural (SEINFRA). Todas elas atuam em suas respectivas competências para a elaboração e implementação de ações que objetivam garantir o acesso da população a políticas e bens culturais.

O MinC também é composto por órgãos colegiados e conta com sete entidades vinculadas, sendo três autarquias e quatro fundações, que abrangem campos de atuação determinados. São elas: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Agência Nacional do Cinema (Ancine), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Cultural Palmares (FCP), Fundação Nacional de Artes (Funarte) e Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Também fazem parte da estrutura regimental do MinC as representações regionais, que abrangem o país territorialmente, prestando, entre outras funções, apoio logístico e operacional aos eventos realizados pelo Ministério. São elas: a) Norte; b) Nordeste; c) Sul; d) Minas Gerais; e) São Paulo; e f) Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Com o objetivo de otimizar as ações da pasta, por meio do diálogo, gestão e transformação da cultura em polo de desenvolvimento econômico, o MinC definiu cinco pilares que nortearão suas atividades. São eles:

- O primeiro pilar é o “choque de gestão”, que permitirá à pasta ser mais eficiente.
- O segundo é a adoção de um conjunto de reformas, entre elas, as reestruturações da Lei Rouanet e do modelo de gestão dos equipamentos culturais.
- O terceiro pilar se refere à entrega de uma série de programas que está sendo executada pelo MinC e por suas vinculadas.
- O quarto pilar prevê a construção do plano de diretrizes e metas do MinC para a área cultural. O objetivo é que essas diretrizes funcionem como uma espécie de “carta de navegação”, que deverá orientar, inclusive, as futuras gestões.
- O quinto e o último pilar é o fomento à economia da cultura.

Programas do MinC

Com foco nos cinco pilares, os inúmeros programas desenvolvidos pelo MinC atingem milhares de brasileiros e ampliam o acesso à cultura. Dentre eles, podemos destacar o programa **Cultura Viva**, que valoriza as iniciativas culturais de grupos e entidades comunidades excluídas, ampliando o acesso aos bens culturais, além de melhorias nos projetos, desenvolvidos, com fomento à cultura popular.

O **Sistema Nacional de Cultura** é um modelo de gestão criado pelo MinC para estimular e integrar as políticas públicas culturais implantadas por União, Estados e municípios e também descentralizar e organizar o desenvolvimento cultural do país.

O **Vale-Cultura** é outro programa que incorpora todos os eixos de atuação do MinC, visto que foca na ampliação do consumo cultural das famílias brasileiras, prioritariamente, de menor renda e, por consequência, no fomento e desenvolvimento econômico do setor. Trata-se de um cartão magnético pré-pago, válido em todo território nacional, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais, acumulativo e sem prazo fixo para utilização, que possibilita ao trabalhador de carteira assinada (prioritariamente que recebe até cinco salários mínimos): “ir ao teatro, cinema, museus, espetáculos, shows, circo ou mesmo comprar ou alugar CDs, DVDs, livros, revistas, jornais e instrumentos musicais. O Vale Cultura também pode ser usado para fazer cursos de artes, audiovisual, dança, circo, fotografia, música, literatura ou teatro”. O potencial do Vale-Cultura na cadeia produtiva do setor cultural é de R\$25 bilhões (ano).

O **Plano Nacional de Cultura (PNC)**, instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais

determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País.

Os programas acima citados, são algumas das ações desenvolvidas e executada pelo MinC.

Lei Rouanet

Recentemente, o Ministério da Cultura anunciou um pacote de mudanças para atualizar as principais diretrizes da Lei Rouanet, de forma a garantir sua manutenção como principal mecanismo de incentivo à produção cultural do Brasil

Os mecanismos estabelecidos pela nova Instrução Normativa (IN 1/2017), que substitui a publicada em 2013 (IN 1/2013), visam garantir os fundamentos da Lei: fomentar a cultural nacional de forma descentralizada, democratizando o acesso aos recursos do incentivo fiscal e aos produtos culturais oriundos dos projetos apoiados via Lei Rouanet.

As novas normas, por exemplo, evitam a concentração por proponente (pessoa física ou jurídica que apresenta o projeto), por região do país, por projeto e por beneficiário (público que consome cultura).

Foram também criadas ferramentas tecnológicas para aumentar o controle, a fiscalização e a transparência dos projetos, que passarão a ter prestação de contas em tempo real. Além disso, as novas regras otimizam os fluxos de análise de projetos, o que deve reduzir o tempo médio entre a admissão de um projeto e sua execução e desonerar os gastos do Estado com a análise de projetos sem perspectiva real de viabilidade de execução.

Diante de todo esse escopo apresentado de ações e programas, a empresa contratada terá papel fundamental em solucionar o desafio de comunicação, contribuindo nas atividades inerentes à comunicação e à divulgação dos objetivos do Ministério da Cultura, por meio de ferramentas de comunicação que divulguem e deem visibilidade aos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), em todo território nacional.

O MinC entende a necessidade da difusão da propagação e integração entre cultura e sociedade para o desenvolvimento e fortalecimento de todos os segmentos culturais no Brasil.

2. Desafio de Comunicação

O desafio proposto é o desenvolvimento de uma campanha publicitária de utilidade pública para promover a utilização dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), pelo cidadão. Também conhecidos como Praça CEUs e instalados em localidades de alta vulnerabilidade social em todas as regiões do País, os centros abrigam, em um único espaço físico, programas e ações culturais, esportivas, educacionais, socioassistenciais e de lazer.

A campanha deve mostrar que a participação e apropriação do espaço pela comunidade é fundamental, assim como deve reforçar as responsabilidades e os benefícios dos municípios envolvidos com a implantação do equipamento.

A proposta deverá utilizar linguagem publicitária unificada, mostrando que além dos novos espaços, pesquisas apontam um grande benefício de inclusão, tendo como público consumidor prioritário crianças e jovens, além de toda a comunidade.

Durante toda a campanha, deve ficar claro os seguintes benefícios do CEUs:

> Comunidades que vivem em territórios de alta vulnerabilidade social passam a ter acesso gratuito a programas e ações culturais, esportivas, educacionais, socioassistenciais e de lazer, em um único espaço, em todas as regiões do País;

> Estímulo à integração da comunidade: a Praça CEUs tem na sua estrutura física a marca do livre acesso, por ser aberta. Essa configuração do espaço estimula à integração da comunidade ao equipamento;

> A melhoria dos bairros do entorno, devido ao aumento da oferta de serviços e ampliação da infraestrutura, faz com que a comunidade se sinta valorizada. No entorno das Praças, é possível perceber a instalação de novos comércios, a movimentação da economia local, a formação e aproximação dos grupos e coletivos da comunidade;

> Ampliação do acesso a direitos sociais diversos, impulsionando a formação de grupos e aumentando as possibilidades de interação, criação de vínculos, troca de saberes e conversas;

> Melhoria da renda familiar, com o fortalecimento dos laços e redes comunitárias.

Números do cenário atual

> 114 projetos de CEUs devem ser concluídos até o final de 2018. Sendo: 52 na Região Sudeste; 27 na Região Nordeste; 20 na Região Sul; 10 na Região Norte e 5 na Região Centro-Oeste;

> R\$ 257.686.655,27 é o valor total a ser investido nas 114 obras;

> 3,3 milhões de pessoas beneficiadas direta e mensalmente;

> 1.938 empregos gerados;

> Estão vigentes 336 operações contratadas em 313 municípios. Os recursos para o programa somam R\$ 746,9 milhões, sendo que R\$ 635,3 milhões já foram pagos;

> Das 336 operações contratadas, 142 CEUs foram inaugurados até julho de 2017. Outras 194 unidades estão com obras em andamento.

Como os CEUs funcionam

> No Governo Federal, participaram da concepção do programa os ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Trabalho e Previdência Social; da Justiça; do Esporte; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e o do Cultura;

> Cabe ao MinC a gestão e a coordenação da implementação desses espaços pelo Brasil;

> A realização das obras é feita pelas prefeituras e o MinC faz o monitoramento da execução, intermediando a relação entre o Planejamento e a gestão municipal;

> Depois de inaugurados, a gestão do local fica a cargo de um comitê composto por representantes do Poder Público municipal, da sociedade civil organizada (ONGs e Pontos de Cultura) e de moradores do local;

> As localidades escolhidas para a instalação dos CEUs são aquelas inseridas em territórios de alta vulnerabilidade social em todas as regiões do País;

> Há três modelos de CEUs: em lotes de 700 m2, de 3mil m2 e de 7mil m2. Cada um deles prevê um investimento específico por parte da União, sendo R\$ 2,71 milhões, R\$ 2,02 milhões e R\$ 3,5 milhões, respectivamente. Esses recursos são destinados para construção, aquisição de equipamentos e mobiliários e ações de mobilização social.

3. Objetivos de Comunicação – Geral e Específicos

Principal:

- Incentivar a participação e a utilização dos equipamentos disponíveis nos CEUs pela comunidade.

Secundários:

- Incentivar a participação de usuários nas iniciativas culturais;

- Dar publicidade ao funcionamento e os benefícios do programa;
- Divulgar e mostrar a importância da implantação dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) em território nacional;
- Informar a população brasileira sobre o Programa, tendo em vista que é a beneficiária direta das ações, quando executadas.

4. Públicos-alvo

Prioritário: homens e mulheres; crianças, jovens e adultos; classes C, D e E).

Secundário: gestores e lideranças comunitárias e da sociedade civil que atuam com programas de cultura, educação, assistência social, segurança pública, esporte e saúde.

5. Praças

A campanha deverá ter alcance nas praças onde haja CEUs já inaugurados (*), de acordo com lista anexa. É de suma importância que, além das capitais, os municípios e demais regiões, também sejam impactados. Ressalte-se que a estratégia de campanha desenvolvida deve ser detalhada e devidamente justificada pela licitante.

6. Período

Maio de 2018. Cabe à licitante sugerir a melhor estratégia dentro do referido mês.

7. Verba Referencial para Investimento

No cálculo da alocação dos valores para a produção, veiculação, exposição e ou distribuição da campanha, a licitante utilizará como referencial a verba de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

8. Pesquisas e outras informações

Para realização de pesquisas e outras consultas acerca do ministério acessar o portal Ministério da Cultura (<http://cultura.gov.br>) e site referente aos CEUs (<http://ceus.cultura.gov.br>) onde serão encontradas todas as publicações, pesquisas e campanhas da pasta; bem como, demais fontes de consulta que as licitantes acharem necessárias para a apresentação da proposta técnica.

9. Recursos Próprios de Comunicação

- 9.1. Sites das entidades vinculadas ao Ministério da Cultura, além dos sites da Presidência da República e ministérios envolvidos;
- 9.2. Mídias sociais do Ministério da Cultura: Facebook, Twitter, Youtube, Flickr e Instagram.

10. Esforços Anteriores de Comunicação

PLANILHA GERAL - CAMPANHAS MINC (2015)				
CAMPANHA	MÍDIA	PRODUÇÃO	CUSTO INTERNO	TOTAL DA CAMPANHA
ELEIÇÕES CNPC	R\$ 133.872,39	R\$ 328.948,70	R\$ 5.241,15	R\$ 1.468.062,24
MARATONA CULTURAL	R\$ -	R\$ 1.620,00	R\$ 1.077,05	R\$ 2.697,05
ASPAR	R\$ -	R\$ 3.736,80	R\$ 13.762,80	R\$ 17.499,60
VALE CULTURA	R\$ 711.920,82	R\$ 678.958,08	R\$ 20.533,82	R\$ 3.411.412,72
CAMPANHA SISTEMA SEI	R\$ -	R\$ 59.400,00	R\$ 5.622,82	R\$ 65.022,82
ENTREVISTA MIA COUTO	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.314,61	R\$ 1.314,61
ORDEM DO MÉRITO CULTURAL	R\$ -	R\$ 90.104,40	R\$ 37.650,11	R\$ 127.754,51
BOLSA FAMILIA E INCL.COM	R\$ -	R\$ 23.436,00		R\$ 23.436,00
FESTIVAL INTER.DO CIRCO	R\$ -	R\$ 26.244,00		R\$ 26.244,00
FILMES EXPOTUDO E LEITURA	R\$ -	R\$ 52.488,00		R\$ 52.488,00
VÍDEO VALE-CULTURA		R\$ 21.492,00		R\$ 21.492,00
EMERGÊNCIAS		R\$ 50.976,00		R\$ 50.976,00
MULHERES EMPODERADAS E BALANÇO EMERGÊNCIAS		R\$ 53.892,00		R\$ 53.892,00
PERFIL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS		R\$ 24.624,00		R\$ 24.624,00
DIA DA CULTURA E TELAS		R\$ 54.000,00		R\$ 54.000,00
CULTURA INDÍGENA		R\$ 32.194,80		R\$ 32.194,80
EMERGÊNCIA - PROJEÇÃO		R\$ 68.040,00		R\$ 68.040,00
CARTA DE SERVIÇO AO CIDA		R\$ 15.344,64	R\$ 13.944,00	R\$ 29.288,64
DIA DA MULHER		R\$ 27.000,00		R\$ 27.000,00
PUBLICAÇÕES SAI			R\$ 140.571,72	R\$ 40.571,72
TOTAIS	R\$ 3.845.793,21	R\$ 1.612.499,42	R\$ 239.718,09	R\$ 5.698.010,72

PLANILHA GERAL - CAMPANHAS MINC (2016)				
CAMPANHA	MÍDIA	PRODUÇÃO	CUSTO INTERNO	TOTAL DA CAMPANHA
ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS		R\$ 8.640,00		R\$ 8.640,00
ASSESSORIA ESP. MINISTRO		R\$ 90,72		R\$ 90,72
ASSESSORIA PARLAMENTAR		R\$ 11.534,40	R\$ 33.987,31	R\$ 45.521,71
BALANÇO ANUAL 2016			R\$ 8.647,70	R\$ 8.647,70
CAMPANHA SISTEMA SEI		R\$ 1.103,76	R\$ 581,56	R\$ 1.685,32
CARTA DE SERVIÇOS AO CIDA		R\$ 15.344,64	R\$ 13.944,00	R\$ 29.288,64
CNPC		R\$ 37.260,00	R\$ 49.092,79	R\$ 86.352,79
CONFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS		R\$ 51.840,00		R\$ 51.840,00
CULTURI	R\$ 1.063.371,30	R\$ 216.970,12	R\$ 13.753,40	R\$ 1.294.094,82
DEPOIMENTO DO MINISTRO		R\$ 17.280,00		R\$ 17.280,00
DEPOIMENTO SERVIDORES - SEI		R\$ 53.460,00		R\$ 53.460,00
DIA DA MULHER		R\$ 27.000,00		R\$ 27.000,00
FILME - FILHOS DO BRASIL		R\$ 442.800,00		R\$ 442.800,00
FUNDIÇÃO PROGRESSO		R\$ 196.680,68	R\$ 10.891,79	R\$ 207.572,47

GUIA DE PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS ACESSÍVEIS		R\$ 65.448,00	R\$ 79.303,73	R\$ 144.751,73
INTOLERÂNCIA RELIGIOSA		R\$ 73.757,25	R\$ 1.309,22	R\$ 75.066,47
MANUAL OUVIDORIA		R\$ 7.398,00		R\$ 7.398,00
MEU OLHAR			R\$ 12.692,08	R\$ 12.692,08
MINC SUL		R\$ 91.592,64	R\$ 98.185,57	R\$ 189.778,21
ORDEM DO MÉRITO CULTURAL		R\$ 199.508,40		R\$ 199.508,40
OSCAR 2017		R\$ 324,00		R\$ 324,00
PAINEL COLETIVA		R\$ 1.251,94	R\$ 583,14	R\$ 1.835,07
POLÍTICAS ESTADOS PARA MÚSICA		R\$ 1.598,10		R\$ 1.598,10
PRÊMIO CULTURAS CIGANAS			R\$ 680,34	R\$ 680,34
PROCLUTURA			R\$ 8.647,70	R\$ 8.647,70
PRONATEC		R\$ 2.678,40	R\$ 2.644,64	R\$ 5.323,04
PUBLICAÇÕES SAI		R\$ 44.938,80	R\$ 143.704,93	R\$ 188.643,73
REDE CULTURA VIVA		R\$ 28.407,24	R\$ 20.698,77	R\$ 49.106,01
RODADA VALE-VALE CULTURA			R\$ 12.545,92	R\$ 12.545,92
VALE-CULTURA		R\$ 70.200,00		R\$ 70.200,00
VIDEO PAMPULHA			R\$ 45.360,00	R\$ 45.360,00
INTOLERANCIA RELIGIOSA 2		R\$ -		R\$ -
TOTAIS		R\$ 1.063.371,30	R\$ 1.523.561,04	R\$ 3.287.732,97

PLANILHA GERAL - CAMPANHAS MINC (2017)				
CAMPANHA	VEICULAÇÃO	CUSTO PRODUÇÃO	CUSTO INTERNO	TOTAL DA CAMPANHA
LEI ROUANET	R\$ 439.391,02	R\$ 161.298,35	R\$ 61.903,82	R\$ 662.593,19
CULTURAS POPULARES	R\$ 187.394,83	R\$ 15.264,72	R\$ -	R\$ 202.659,55
COMISSÃO DE ÉTICA	R\$ -	R\$ 10.220,04	R\$ 7.033,74	R\$ 17.253,78
BIBLIOTECA DEMONSTRATIVA	R\$ -	R\$ 13.180,39	R\$ 1.111,90	R\$ 14.292,29
MANUAL OUVIDORIA	R\$ -	R\$ 7.398,00	R\$ -	R\$ 7.398,00
CARTA DE SERVIÇOS	R\$ -	R\$ 48.600,00	R\$ 21.483,25	R\$ 70.083,25
SISTEMA NACIONAL DE CULTURA	R\$ -	R\$ 9.709,63	R\$ 5.830,46	R\$ 15.540,09
VALE CULTURA	R\$ -	R\$ 11.517,12	R\$ -	R\$ 11.517,12
PROGRAMA NACIONAL DE AUDIOVISUAL	R\$ -	R\$ 1.257,12	R\$ -	R\$ 1.257,12
MICSUL	R\$ 201.032,82	R\$ 13.840,20	R\$ 56.639,24	R\$ 271.512,26
RIO DE JANEIRO A JANEIRO	R\$0,00	R\$ 5.305,50	R\$ -	R\$ 5.305,50
TOTAIS	R\$ 827.818,67	R\$ 297.591,07	R\$ 154.002,41	R\$ 1.279.412,15

(*) LISTA CEUs

UF	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	MODELO	INAUGURADO
AC	RIO BRANCO	Rua Uirapuru -Bairro Cadeia Nova - Rio Branco - AC. CEP: 69901530	3.000 m²	INAUGURADO
AM	MANACAPURU	Rua Itacoatiara limitando-se com a Rua Parintins - Bairro União - CEP: 69400000	3.000 m²	INAUGURADO
AP	MACAPÁ	Av. Carlos Lins Cortes - (Lot. Infraero II) Infraero - Macapá - AP. CEP: 68908078	3.000 m²	INAUGURADO
BA	ALAGOINHAS	Travessa Santa Terezinha-Bairro Santa Terezinha - Alagoinhas - BA. CEP: 48010660	3.000 m²	INAUGURADO
BA	EUCLIDES DA CUNHA	URBIS -Bairro Centro - Euclides da Cunha BA 48500000	3.000 m²	INAUGURADO
BA	FEIRA DE SANTANA	Rua Tafarel -Bairro Tomba - Feira de Santana - BA. CEP: 44090424	3.000 m²	INAUGURADO
BA	FEIRA DE SANTANA	Estrada Pau Pombo-Bairro Aviário - Feira de Santana - BA. CEP: 44096000	3.000 m²	INAUGURADO
BA	FEIRA DE SANTANA	Rua Pelé Cidade Nova - Feira de Santana - BA. CEP: 44053594	7.000 m²	INAUGURADO
BA	IRECÊ	Rua Zeca Batista -Bairro Coopirecê- Conquista Irecê BA 44900000	3.000 m²	INAUGURADO
BA	ITABERABA	BA 046 KM 01 RM Centro Itaberaba BA 46880000	3.000 m²	INAUGURADO
BA	ITABUNA	Rua A -Bairro Sival Palmeira - Itabuna - BA. CEP: 45609220	3.000 m²	INAUGURADO
BA	JACOBINA	Rua Florisvaldo Barberino, s/ nº - Bairro da Missão - Sede do Município - Jacobina. CEP: 44700-000	3.000 m²	INAUGURADO
BA	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	Rua Ibititá Quadra 134 -Bairro Santa Cruz -Luís Eduardo Magalhães BA 47850000	3.000 m²	INAUGURADO
BA	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	Area da Central de Abastecimento -Bairro Centro - São Sebastião do Passe - BA. CEP: 43850000	3.000 m²	INAUGURADO
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	Rua A S/N - Lot Santa Cecília -Bairro Alto Maron - Vitória da Conquista - BA. CEP: 45005374	3.000 m²	INAUGURADO
CE	BARBALHA	Av. Costa Cavalcante, s/nº - Centro - Barbalha CE 63180000	3.000 m²	INAUGURADO
CE	HORIZONTE	Rua Baturité, S/N - Centro - Horizonte - CE. CEP: 62880000	3.000 m²	INAUGURADO
CE	JUAZEIRO DO NORTE	Rua Joaquim Leandro de Souza - S/N - Pedrinhas - Juazeiro do Norte - CE. CEP: 63018100	3.000 m²	INAUGURADO
CE	RUSSAS	Av. Joaquim de Sousa Barreto - Centro - Russas CE 62900000	3.000 m²	INAUGURADO
DF	BRASILIA	Quadra Quadra 113 - Lote nº 09-Bairro Recanto das Emas - Recanto das Emas - DF. CEP: 72603100	3.000 m²	INAUGURADO
ES	COLATINA	Pardal - s/nº -Bairro Columbia - Colatina - ES. CEP: 29709330	3.000 m²	INAUGURADO
GO	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	Parque da Barragem - Lote 01-A AV-5 - Setor 11 - Águas Lindas de Goiás - GO. CEP: 72910000	3.000 m²	INAUGURADO
GO	ANÁPOLIS	Avenida Hong Kong c/ Avenida Jucelino Kubistchek c/ Avenida Varig - Área Pública Municipal - Jardim Alvorada - Anápolis - GO. CEP: 75104400	3.000 m²	INAUGURADO
GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	Praça Major Atanagildo de Queiroz França - Parque Flamboyant - Aparecida de Goiânia - GO. CEP: 74920793	7.000 m²	INAUGURADO
GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	Praça A-002 Cidade Vera Cruz - Aparecida de Goiânia - GO. CEP: 74935030	7.000 m²	INAUGURADO
GO	CATALÃO	Rua Araribá, s/ nº - Residencial Parque Imperial - Catalão/GO	3.000 m²	INAUGURADO
GO	FORMOSA	Rua 65 - Parque Lago - Formosa - GO. CEP: 73813812	3.000 m²	INAUGURADO
GO	GOIANÉSIA	Avenida Goiás - Bairro Carrilho - Goianésia - GO. CEP: 76380000	3.000 m²	INAUGURADO
GO	JATAÍ	Avenida 41 - Conjunto Residencial Mauro Antônio Bento - Jataí - GO. CEP: 75806677	3.000 m²	INAUGURADO
GO	RIO VERDE	Rua do Cisne - qd 17 ai b-2 - Céu Azul - Rio Verde - GO. CEP: 75910239	3.000 m²	INAUGURADO
GO	SENADOR CANEDO	Rua Pirarucu esquina com Avenida Senador Canedo, Residencial Rio Araguaia	3.000 m²	INAUGURADO
GO	TRINDADE	Rua M10 com a M4, Quadra 31 APM 02, Residencial Monte Cristo, CEP: 75380-000. Trindade/ MG.	3.000 m²	INAUGURADO
GO	VALPARAÍSO DE GOIÁS	Área Especial A - Etapa C - Valparaíso I, Valparaíso de Goiás - GO. CEP: 728706200	3.000 m²	INAUGURADO
MA	AÇAILÂNDIA	Avenida Kennedy, Quadra 73-A, Açailândia	3.000 m²	INAUGURADO
MA	CODÓ	Rua 07 - Conj. Cohab -Bairro Centro - Codó - MA. CEP: 65400000	3.000 m²	INAUGURADO
MA	IMPERATRIZ	Rua Bom Jesus -Bairro Parque Planalto - Imperatriz - MA. CEP: 65917090	3.000 m²	INAUGURADO
MG	ARAGUARI	Rua Dr Sebastião Campos, esquina com Rua L (Residencial Madrid) - Araguari - MG. CEP: 38441274	3.000 m²	INAUGURADO
MG	CAMPO BELO	Avenida Vanderlei Luis Maia s/n - Bairro Vila São João Centro - Campo Belo - MG. CEP: 37270000	3.000 m²	INAUGURADO
MG	CORONEL FABRICIANO	Avenida Geraldo Inácio - at 1383/1384 -Bairro Melo Viana - Coronel Fabriciano - MG. CEP: 35170150	3.000 m²	INAUGURADO
MG	FORMIGA	Rua Dico Lavinio Quinzinho - Formiga - MG. CEP: 35570000	3.000 m²	INAUGURADO

MG	ITUIUTABA	Rua Oito - Praça Mário Natal Guimarães Natal - Ituiutaba - MG. CEP: 38300058	3.000 m²	INAUGURADO
MG	JUIZ DE FORA	Praça Almirante Tamandaré, Av. Presidente Juscelino Kubitschek - Bairro Araújo. CEP: 36090-020 - Juiz de Fora/ MG	7.000 m²	INAUGURADO
MG	LAVRAS	Chagas Dória Centro - Lavras - MG. CEP: 37200000	3.000 m²	INAUGURADO
MG	PASSOS	Rua Itamogi-Bairro Nossa Senhora de Fátima - Passos - MG. CEP: 37904298	3.000 m²	INAUGURADO
MG	PATOS DE MINAS	Avenida dos Buritis-Bairro alto da Colina - Patos de Minas - MG. CEP: 38703664	3.000 m²	INAUGURADO
MG	PATROCÍNIO	Rua Elmiro Alves do Nascimento com Major Alvim Centro - Patrocínio - MG. CEP: 38740000	3.000 m²	INAUGURADO
MG	PEDRO LEOPOLDO	Rua Dama da Noite - Rua das Acacias -Bairro Centro - Pedro Leopoldo - MG. CEP: 33600000	3.000 m²	INAUGURADO
MG	SETE LAGOAS	Rua I, Bairro Jardim dos Peguis - Sete Lagoas. CEP: 35702-614	3.000 m²	INAUGURADO
MG	TIMÓTEO	Avenida Ana Moura - 1602/1603 ao fim Ana Moura - Timóteo - MG. CEP: 35183000	3.000 m²	INAUGURADO
MG	UBERABA	Rua Lourival Pedro de Couto, Bairro Residencial 2000 - Uberaba/ MG. CEP: 38038-364	3.000 m²	INAUGURADO
MG	UBERLÂNDIA	Rua Sueli Lopes da Silva - (Lot Res Campo Alegre)- Parque São Jorge I - Uberlândia - MG. CEP: 38410430	7.000 m²	INAUGURADO
MG	UBERLÂNDIA	Rua Juvenília Mota Leite -Bairro Shopping Park - Uberlândia - MG. CEP: 38411534	7.000 m²	INAUGURADO
MG	VARGINHA	Avenida Professor João Augusto de Carvalho- Jardim Estrela I - Varginha - MG. CEP: 37037000	3.000 m²	INAUGURADO
MG	VESPASIANO	Rua 2 -Bairro Morro Alto - Vespasiano - MG. CEP: 33200000	3.000 m²	INAUGURADO
MS	CORUMBÁ	Rua Marechal Deodoro - Jardim dos Estados - Corumbá - MS. CEP: 79321765	3.000 m²	INAUGURADO
MS	DOURADOS	Rua Filomeno João Pires - Vila Ubiratan - Dourados - MS. CEP: 79841150	3.000 m²	INAUGURADO
MT	SORRISO	Rua passo fundo - lote 16, 17,18 quadra 8 - Centro - Sorriso - MT. CEP: 78890000	3.000 m²	INAUGURADO
PA	ABAETETUBA	Bairro do São Sebastião -Abaetetuba - Abaetetuba - PA. CEP: 68440000	3.000 m²	INAUGURADO
PA	JACUNDÁ	Rua Tiradentes, S/N - Bairro Centro - Jacundá - PA. CEP: 68590000	3.000 m²	INAUGURADO
PA	SÃO FÉLIX DO XINGU	Avenida Xingu - Bairro Vila de Nereu - São Félix do Xingu - PA. 68380000	3.000 m²	INAUGURADO
PA	TUCURUÍ	Rua Dois - Av. Central/ Av. Veridian -Bairro Santa Mônica - Tucuruí - PA. CEP: 68455141	3.000 m²	INAUGURADO
PE	PETROLINA	Rua do Tamarindo - Rio Corrente - Petrolina - PE. CEP: 56312695	3.000 m²	INAUGURADO
PE	SALGUEIRO	Rua Luiz Pacífico da antiga Rua 05 - COHAB - Salgueiro. CEP: 56000-000	3.000 m²	INAUGURADO
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	Rua Jose Mendes Barros - Rua Josefa Mendes Barros - Centro - Santa Cruz do Capibaribe - PE. CEP: 55190000	3.000 m²	INAUGURADO
PE	SERRA TALHADA	Avenida Olympio de Menezes Leal - José Rufino Alves - Serra Talhada - PE. CEP: 56915000	3.000 m²	INAUGURADO
PI	TERESINA	Rua 13 cn , bairro Esplanada - Teresina - PI. CEP: 64040000	7.000 m²	INAUGURADO
PI	TERESINA	Avenida Sérgio Mota sn - Zona Norte - Teresina - PI. CEP: 64012780	7.000 m²	INAUGURADO
PR	APUCARANA	Lote de Terras sob nº ALL/A da Avenida Central do Paraná, Jardim Diamantina - Apucarana - PR. CEP: 86804000	3.000 m²	INAUGURADO
PR	ARAPONGAS	Rua Andorinha-do-rio - Bairro Parque Industrial III - Arapongas - PR. CEP: 86706695	3.000 m²	INAUGURADO
PR	ARAUCÁRIA	Rua Beija-flor - s/n - Bairro Capela Velha - Araucária - PR. CEP: 83706240	3.000 m²	INAUGURADO
PR	CAMBÉ	Rua João Fortunato s/n Jardim Tarobá Cambé PR 86191260	3.000 m²	INAUGURADO
PR	CAMPO LARGO	Rua Professor Ovídio Jorge Nogueira, B. Jardim Melyane - Campo Largo/ PR.	3.000 m²	INAUGURADO
PR	CASCADEL	Rua Caiçaras - Bairro: Santa Cruz - Cascavel - PR. CEP: 85806340	3.000 m²	INAUGURADO
PR	FAZENDA RIO GRANDE	Rua Paranapanema - - até 650 - lado par - Bairro: Iguacu - Fazenda Rio Grande - PR. CEP: 83833096	3.000 m²	INAUGURADO
PR	MARINGÁ	Avenida Vereador Antônio Bortolotto - - de 1001/1002 ao fim - Bairro: Conjunto Residencial Dona Angelina (Iguatemi) - Maringá - PR. CEP: 87103278	3.000 m²	INAUGURADO
PR	PATO BRANCO	Rua São Francisco Sudoeste Pato Branco PR 85507460	3.000 m²	INAUGURADO
PR	PINHAI	Rua Rio Trombetas - 828 - Bairro: Weissópolis - Pinhais - PR. CEP: 83322280	3.000 m²	INAUGURADO
PR	PONTA GROSSA	Rua Doutor José de Azevedo Macedo - Bairro: Uvaranas - Ponta Grossa - PR. CEP: 84026250	3.000 m²	INAUGURADO
PR	QUATRO BARRAS	Rua Santa Catarina - esquina com Rua João Pau - Bairro: Centro - Quatro Barras - PR. CEP: 83420000	3.000 m²	INAUGURADO
PR	TOLEDO	Ledi Fischer Maas - 00 - Bairro: Jardim Europa - Toledo - PR. CEP: 85907140	3.000 m²	INAUGURADO
RJ	MARICÁ	Rodovia Amaral Peixoto - s/nº Km28 - Centro - Maricá - RJ. CEP: 24900000	3.000 m²	INAUGURADO
RJ	NITERÓI	Avenida Carlos Ermelindo Marins - Terreo Jurujuba - Niterói - RJ. CEP: 24370195	3.000 m²	INAUGURADO
RJ	PETRÓPOLIS	Estrada União e Indústria - de 31015/31016 a 33372/33373 - Posse - Petrópolis - RJ. CEP: 25770470	3.000 m²	INAUGURADO
RJ	QUEIMADOS	Rua Pedro Lima - Cruz. Rua Nilópolis - Vila São Roque - Queimados - RJ. CEP: 26310055	3.000 m²	INAUGURADO
RN	CEARÁ-MIRIM	Rua Touros, S/N - Bairro Coqueiros - Ceará-Mirim - RN. CEP: 59570000	3.000 m²	INAUGURADO
RN	NATAL	Avenida Piloto Carlos Del Prete - Bairro: Lagoa Azul - Natal - RN. CEP: 59139400	3.000 m²	INAUGURADO
RO	PORTO VELHO	Rua Benedito Inocêncio - de 7885/7886 a 8093/8094 - Bairro: Juscelino Kubitschek - Porto Velho - RO. CEP: 76829426	3.000 m²	INAUGURADO
RS	CAMPO BOM	Avenida das Industrias, s/n - Bairro: Operaria Metzler - Campo Bom - RS. CEP: 93700000	3.000 m²	INAUGURADO
RS	CANOAS	Rua Montenegro, Bairro:Rio Branco - Canoas - RS. CEP: 92200450	3.000 m²	INAUGURADO
RS	ERECHIM	Rua Santa Bárbara, esquina com Rua São Martin, Bairro Progresso. CEP: 99700-000 - Erechim/ RS.	3.000 m²	INAUGURADO
RS	ESTEIO	Rua Rio Grande - - de 1684/1685 ao fim, Bairro: Centro - Esteio - RS. CEP: 93265001	3.000 m²	INAUGURADO
RS	URUGUAIANA	Rua Doutor Homero Tarrago - Bairro: Vila Julia Sub C2 Ipiranga - Uruguaiana - RS. CEP: 97500150	3.000 m²	INAUGURADO
SC	ÇAÇADOR	Rua José Loos Junior - Bairro Martello Centro - Caçador - SC. CEP: 89500000	3.000 m²	INAUGURADO
SC	CHAPECÓ	Rua Elói Ferreira de Souza - 000 - Bairro: Efapi - Chapecó - SC. CEP: 89809542	3.000 m²	INAUGURADO
SC	GASPAR	Rua Fernando Krauss - Loteamento da reconstrução Gasparino - Gaspar - SC. CEP: 89110000	3.000 m²	INAUGURADO
SC	IÇARA	Vila Nova s/nº - Içara - SC	3.000 m²	INAUGURADO
SC	JARAGUÁ DO SUL	Rua Marcelo Barbi, Bairro Vila Lenzi, Jaraguá do Sul. CEP: 89252-550	3.000 m²	INAUGURADO
SC	JOINVILLE	Rua Theonesto Westrupp - Bairro: Aventureiro - Joinville - SC. CEP: 89226340	7.000 m²	INAUGURADO
SC	NAVEGANTES	Rua José Flavio Soares Centro - Navegantes - SC. CEP: 88375000	3.000 m²	INAUGURADO
SC	SÃO BENTO DO SUL	Rua Otto Eduardo Lepper - Lado par Serra Alta - São Bento do Sul - SC. CEP: 89291665	3.000 m²	INAUGURADO
SE	ARACAJU	Praça entre acesso 8,30 E 11 E AV 02-Bairro Santa Maria - Aracaju - SE. CEP: 49044000	7.000 m²	INAUGURADO
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	Praça Getulio Vargas - (Conjunto Marcos Freire I)-Bairro Centro - Nossa Senhora do Socorro - SE. CEP: 49160000	3.000 m²	INAUGURADO
SP	ANDRADINA	Rua Abrão Buchala - Conjunto Habitacional Antônio Silvio da Cunha Bueno - Andradina - SP. CEP: 16900459	3.000 m²	INAUGURADO
SP	ARARAQUARA	Rua Cabo PM Benedito Vieira de Góes, 340, Jardim indaiá, Araraquara/SP CEP: 14806-475 .	3.000 m²	INAUGURADO
SP	ARARAS	Avenida Lourenço Batistella - Jardim José Ometto I - Araras - SP. CEP: 13606326	3.000 m²	INAUGURADO
SP	ASSIS	Rua José Maurício Nucci, 258 - Bairro Jardim Eldorado - Assis - SP. CEP: 19803504	3.000 m²	INAUGURADO
SP	BARRETOS	Rua São José Nova Esplanada - Barretos - SP. CEP: 14784321	3.000 m²	INAUGURADO
SP	BAURU	Avenida Lúcio Luciano - - de Quadra 1 a 6 - lado direito Conjunto Habitacional Pastor Arlindo Lopes Viana - Bauru - SP. CEP: 17031600	3.000 m²	INAUGURADO
SP	CARAPICUÍBA	Avenida Comendador Dante Carraro inac Cidade Ariston Estela Azevedo Carapicuíba SP CEP: 06396000	3.000 m²	INAUGURADO
SP	CATANDUVA	Rua Itacemópolis Jardim Eldorado - Catanduva - SP. CEP: 15808294	3.000 m²	INAUGURADO
SP	COSMÓPOLIS	Rua Narciso Dario Andretto - Esq. Benedito M.Machado Centro - Cosmópolis - SP. CEP: 13150000	3.000 m²	INAUGURADO
SP	DIADEMA	Avenida Afonso Monteiro da Cruz - s/nº Serraria - Diadema - SP. CEP: 09980550	3.000 m²	INAUGURADO
SP	EMBU	Rua Ursa Maior Jardim do Colégio - Embu - SP. CEP: 06815420	3.000 m²	INAUGURADO
SP	FERRAZ DE VASCONCELOS	Rua Francisco Sperandio, s/ nº - Bairro Jardim Luís Mauro, Ferraz de Vasconcelos. CEP: 08542-160	700 m²	INAUGURADO
SP	GUARATINGUETÁ	Avenida João Rodrigues Alckimim Parque do Sol - Guaratinguetá - SP. CEP: 12517475	3.000 m²	INAUGURADO
SP	INDAIATUBA	Rua Martinho Lutero Jardim Morada do Sol - Indaiatuba - SP. CEP: 13348070	3.000 m²	INAUGURADO
SP	ITAPETININGA	Rua Francisco Senger, s/ nº - Área Institucional - Parque São Bento, Itapetininga. CEP: 18207-843	3.000 m²	INAUGURADO
SP	ITAPIRA	Rua Benedito Antonio de Lima - Bairro José Tonolli - Itapira - SP. CEP: 13973817	3.000 m²	INAUGURADO
SP	JACAREÍ	Rua Joaquim Machado Gomes Sobrinho, loteamento Parque Meia Lua, Jacareí/SP.	3.000 m²	INAUGURADO

SP	JAÚ	Ruas Mauro Ardeu e Luiz Sanzovo, Jardim Dona Emília, Jaú/ SP. CEP: 17220-000	3.000 m²	INAUGURADO
SP	JUNDIAÍ	Rua Cabo Eivaldo Quirino Santana sn - Bairro Vista Alegre - Jundiaí, CEP 13214450	3.000 m²	INAUGURADO
SP	MATÃO	Rua Vanderlei Aparecido Pereira - Jardim Popular - Matão - SP. CEP: 15997178	3.000 m²	INAUGURADO
SP	MAUÁ	Rua América do Sul Parque das Américas - Mauá - SP. CEP: 09350580	3.000 m²	INAUGURADO
SP	MIRASSOL	Rua Irineu Anselmo Baitello - Mirassol - SP. CEP: 15130000	3.000 m²	INAUGURADO
SP	MOGI DAS CRUZES	Avenida Aurora Ariza Meloni e Avenida Hélio Borenstein, Mogi das Cruzes. CEP: 08790-350	3.000 m²	INAUGURADO
SP	OLÍMPIA	Rua Mario Riscali - Jardim Luiza - Bairro Centro - Olímpia - SP. CEP: 15400000	3.000 m²	INAUGURADO
SP	OSASCO	Avenida Herbert de Souza Jardim Primeiro de Maio (Chácara Fazendinha) - Osasco - SP. CEP: 06147001	7.000 m²	INAUGURADO
SP	OURINHOS	Rua Álvaro Dorigello - Sistema de Lazer 01, quadra O - Loteamento Residencial Recanto dos Pássaros	3.000 m²	INAUGURADO
SP	PENÁPOLIS	Rua Manoel Foz, entre as Avenidas Antônio Define e Eduardo de Castilho - Penápolis - SP. CEP: 16300000	3.000 m²	INAUGURADO
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	Avenida Tancredo Neves Vila Verinha - Presidente Prudente - SP. CEP: 19040520	3.000 m²	INAUGURADO
SP	REGISTRO	Rua Francisca Maria Lourenço - Centro - Registro - SP. CEP: 11900000	3.000 m²	INAUGURADO
SP	RIBEIRÃO PRETO	Rua Francisca Paula de Jesus - s/n. Jardim Florestan Fernandes - Ribeirão Preto - SP. CEP: 14079313	3.000 m²	INAUGURADO
SP	RIO CLARO	Avenida 1 MP - Parque Mãe Preta Parque Mãe Preta - Rio Claro - SP. CEP: 13506160	3.000 m²	INAUGURADO
SP	SANTA BÁRBARA D'OESTE	Avenida Alonso Keese Dodson Planalto do Sol II - Santa Bárbara D'Oeste - SP. CEP: 13453839	3.000 m²	INAUGURADO
SP	SANTANA DE PARNAÍBA	Rua Soldado Paulo Sérgio Romão Parque Santana - Santana de Parnaíba - SP. CEP: 06515006	3.000 m²	INAUGURADO
SP	SANTO ANDRÉ	Rua Engenheiro Alfredo Heitzmann Júnior Jardim Marek - Santo André - SP. CEP: 09111360	7.000 m²	INAUGURADO
SP	SÃO CARLOS	Rua Luiz Luchesi Filho - Bairro Dom Constantino Amstalden - CEP: 13560-000 - São Carlos/ SP	3.000 m²	INAUGURADO
SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Rua Robson Lopes de Aveiro (projetada 17) - s/n São José do Rio Preto - SP. CEP: 15047000	7.000 m²	INAUGURADO
SP	SERTÃOZINHO	Rua Pedro Montenegro - - até 638/639 Jardim Santa Marta - Sertãozinho - SP. CEP: 14165434	3.000 m²	INAUGURADO
SP	SOROCABA	Rua Washington Pensa - Casa Branca - Sorocaba. CEP: 18077-580	7.000 m²	INAUGURADO
SP	TATUÍ	Rua José Ribeiro de Menezes Vila Juca Menezes - Tatuí - SP. CEP: 18275160	3.000 m²	INAUGURADO
SP	VARGEM GRANDE PAULISTA	Rua Dr Renê Corrêa, centro - Vargem Grande Paulista - SP. CEP: 06730000	3.000 m²	INAUGURADO
TO	PALMAS	Avenida dos Navegantes - APM 12 - Setor Morada do Sol 2 (Taquaralto) - Palmas - TO. CEP: 77066104	3.000 m²	INAUGURADO
AL	MACEIÓ	Avenida Mundaú - s/n, Conjunto Frei Damião-Bairro Benedito Bentes - Maceió - AL. CEP: 57085778	700 m²	
AM	COARI	Rua Rodolfo Rodrigues Esq. c/ Rua Padre Mario - Bairro Chagas Aguiar - Coari - AM. CEP: 69460000	3.000 m²	
AM	ITACOA TIARA	Rua Terezinha Peixoto com Travessa Tapuá, s/ nº, Bairro São Francisco, Itacoatiara - AM. CEP: 69100000	3.000 m²	
AM	PARINTINS	Rua 13 Bairro União - Parintins - AM. CEP: 69152000	3.000 m²	
BA	BARREIRAS	Rua Otacílio Franca, 1014 - Vila Amorim - Barreiras/BA	3.000 m²	
BA	CAMAÇARI	Avenida Luiz Gonzaga, s/ nº, Phoc III, Logradouro 70235 - Camaçari - BA. CEP: 42804-660	3.000 m²	
BA	CRUZ DAS ALMAS	Bairro Areal, Miradouro, Cruz das Almas. CEP: 44380-000	3.000 m²	
BA	DIAS D'ÁVILA	Rua Milton Dias - Varginha - Centro - Dias D'Ávila - BA. CEP: 42850000	3.000 m²	
BA	EUNÁPOLIS	Avenida Nossa Senhora dos Navegantes - s/n -Bairro Itapuã - Eunápolis - BA. CEP: 45822340	3.000 m²	
BA	ILHÉUS	Rua São Jorge - Bairro Nossa Senhora da Vitória - Ilhéus - BA. CEP: 45655470	3.000 m²	
BA	JUAZEIRO	Rua C com rua Cam. 18, Bairro Dom José Rodrigues - Juazeiro - BA	3.000 m²	
BA	LAURO DE FREITAS	Rua do Paço - (Lot Jardim Nova) -Bairro Itinga - Lauro de Freitas - BA. CEP: 42700000	3.000 m²	
BA	PAULO AFONSO	Travessa Treze de Maio - PRAÇA DO FLAMENGO-Bairro Tancredo Neves I - Paulo Afonso - BA. CEP: 48609020	3.000 m²	
BA	PORTO SEGURO	Rua dos Pescadores - s/n -Bairro Baianão (Frei Calixto) - Porto Seguro - BA. CEP: 45810-000	3.000 m²	
BA	SALVADOR	Rua das Mangueiras-Bairro Canabrava - Salvador - BA. CEP: 41260330	3.000 m²	
BA	SALVADOR	Avenida Bronze sn Estrada BA 528, Bairro Valéria - Salvador - BA. CEP: 41307340	7.000 m²	
BA	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	Conjunto Urbis I - Av. Heitor Lirio Melo-Bairro Nossa Senhora das Graças - Santo Antônio de Jesus - BA. CEP: 44574285	3.000 m²	
BA	SERRINHA	Rua Projetada 3 - Bairro Cidade Nova -Centro - Serrinha - BA. CEP: 48700000	3.000 m²	
CE	ACOPIARA	Av. Lima Diniz - Centro - Acopiara CE 63560000	3.000 m²	
CE	CANINDÉ	Avenida Luciano Magalhaes, s/n - Bairro Bela Vista - Centro - Canindé - CE. CEP: 62700000	3.000 m²	
CE	CASCADEL	Rua José Augustinho, s/n - Alto Luminoso - Cascavel - CE. CEP: 62850000	3.000 m²	
CE	CAUCAIA	Avenida Central Oeste Bairro Araturi (Jurema) - Caucaia - CE. CEP: 61655040	3.000 m²	
CE	CRATEÚS	Rua Moreira da Rocha - Centro - Crateús - CE. CEP: 63700000	3.000 m²	
CE	CRATO	Avenida Projetada 2 - Centro - Crato - CE. CEP: 63100100	3.000 m²	
CE	FORTALEZA	Rua Veneza - S/N - Vicente Pinzon - Fortaleza - CE. CEP: 60184120	3.000 m²	
CE	FORTALEZA	Estrada do Ancuri - Bairro Novo (sem CEP) - Ancuri - Fortaleza - CE. CEP: 60873066	7.000 m²	
CE	FORTALEZA	Rua João Victor - S/N - Bom Jardim - Fortaleza - CE. CEP: 60546210	7.000 m²	
CE	IGUATU	Avenida Sabino Antunes com a rua Radialista Antônio Cavalcanti - Iguatu - CE. CEP: 63500000	3.000 m²	
CE	ITAPIPOCA	Rua Sebastião Gonçalves - Centro - Itapipoca - CE. CEP: 62500000	700 m²	
CE	MARACANAÚ	Rua Alencar César - Território de Maracanaú - Canindezinho - Fortaleza - CE. CEP: 60733115	700 m²	
CE	PACATUBA	Avenida Marginal Nordeste - Bairro Conjunto Jereissati	3.000 m²	
CE	QUIXADÁ	Rua Sigefredo Emilson Pinheiro, s/ nº, Renascer - Quixadá/ CE.	3.000 m²	
CE	QUIXERAMOBIM	Rua Luiz Girão, esquina com Wellington Lima - Centro - Quixeramobim - CE. CEP: 63800000	3.000 m²	
CE	TAUÁ	Avenida Pedro Inácio de Sousa s/n - Tauá CEP 63660000	3.000 m²	
DF	BRASILIA	Quadra QNM 28 - lote B-Bairro Ceilândia Norte - Ceilândia - DF. CEP: 72210280	7.000 m²	
DF	BRASILIA	QNR 2 Lote 2 Setor R Norte - Ceilândia - DF. CEP: 72275250	3.000 m²	
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	Rua Apóstolo Mateus-Bairro Rui Pinto Bandeira - Cachoeiro de Itapemirim - ES. CEP: 29315802	3.000 m²	
ES	CARIACICA	Rua Oitenta e Sete -Bairro Nova Rosa da Penha II - Cariacica - ES. CEP: 29157276	3.000 m²	
ES	GUARAPARI	Avenida Fortaleza - s/nº -Bairro Santa Mônica - Guarapari - ES. CEP: 29221750	3.000 m²	
ES	SÃO MATEUS	Rua Fernando Jogaib - Quadra 35-Bairro Ayrton Senna - São Mateus - ES. CEP: 29943450	3.000 m²	
ES	SERRA	Rua Domingos José Martins -Bairro Novo Porto Canoá - Serra - ES. CEP: 29167523	7.000 m²	
ES	VILA VELHA	Rua Zequinha de Abreu - praça-Bairro Ilha das Flores - Vila Velha - ES. CEP: 29115670	7.000 m²	
ES	VITÓRIA	Rua 23 de Abril - 101 -Bairro Santo André - Vitória - ES. CEP: 29032290	700 m²	
GO	GOIÂNIA	Rua Balduino Tacinto Freitas - e rua juliano rivas morai - Residencial Buena Vista IV - Goiânia - GO. CEP: 74394555	7.000 m²	
GO	GOIÂNIA	Rua Angra dos Reis - Residencial Jardins do Cerrado 1 - Goiânia - GO. CEP: 74491210	7.000 m²	
GO	PLANALTINA	Quadra Quadra 224 - Praça Dr. Luiz F. Eustaqu - Jardim Paquetá II - Planaltina de Goiás - GO. CEP: 73755224	3.000 m²	
MA	BACABAL	Estrada da Bela Vista, S/N - Frei Solano. CEP: 65700-000 - Bacabal/ MA	3.000 m²	
MA	BURITICUPU	Avenida João Castelo - Bairro Centro - Buriticupu - MA. CEP: 65393000	3.000 m²	
MA	SANTA INÊS	Av Brasil -Bairro Centro - Santa Inês - MA. CEP: 65300000	3.000 m²	
MA	SÃO LUÍS	Rua Almeida Garrett Coroado - São Luís - MA. CEP: 65042145	7.000 m²	
MG	BELO HORIZONTE	Rua Neblina-Bairro Paulo VI - Belo Horizonte - MG. CEP: 31998180	700 m²	
MG	BELO HORIZONTE	Rua JK com Geralda de Pinho Tavares, Setor 10 - Taquaril - Belo Horizonte - MG - CEP: 30290-680	700 m²	
MG	BETIM	Rua Israel -Bairro Petrovale - Betim - MG. CEP: 32668122	7.000 m²	
MG	BRUMADINHO	Rua A S/n - Terreno - B. COHAB- Bairro Centro - Brumadinho - MG. CEP: 35460000	3.000 m²	
MG	CAETÉ	Avenida Francisco de Paula Castro -Bairro Centro - Caeté - MG. CEP: 34800000	700 m²	
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	Rua Ito Alves com Rua José Perpétuo, Bairro Rochedo - Conselheiro Lafaiete/MG	3.000 m²	
MG	CONTAGEM	Rua Hibisco -Bairro Arvoredo - Contagem - MG. CEP: 32113150	7.000 m²	

MG	CONTAGEM	Rua Hércules -Bairro Nova Contagem - Contagem - MG. CEP: 32050096	3.000 m²
MG	DIVINÓPOLIS	Rua José Afonso Micheline-Bairro Nossa Senhora das Graças - Divinópolis - MG. CEP: 35501051	700 m²
MG	GOVERNADOR VALADARES	Avenida Presidente Tancredo Neves s/n Bairro Santa Efigênia - Governador Valadares - MG. CEP: 35060000	3.000 m²
MG	ITABIRA	Avenida Jorge Ferraz - Antiga Rua D e Avenida Um-Bairro Fênix - Itabira - MG. CEP: 35901229	3.000 m²
MG	JANAÚBA	Rua J, 45 (Esquina com a Rua L), Bairro Izaías Pereira - Janaúba. CEP: 39440-000	3.000 m²
MG	MONTES CLAROS	Rua Augita, Rua H - Bairro Santa Lúcia (prolongamento entre ruas 5 e 8) - Montes Claros - MG. CEP: 39402073	3.000 m²
MG	PARACATU	Rua Mahatma Gandhi - Bairro: S.João Evangelista Bela Vista - Paracatu - MG. CEP: 38600000	3.000 m²
MG	POÇOS DE CALDAS	Rua 5, Loteamento Jardim Itamaraty V, s/n - Poços de Caldas - MG.	3.000 m²
MG	POUSO ALEGRE	Avenida Pinto Cobra, s/ nº, Bairro Centro - Pouso Alegre/ MG	3.000 m²
MG	RIBEIRÃO DAS NEVES	Alameda Cegonhas- Jardim Colonial - Ribeirão das Neves - MG. CEP: 33809022	3.000 m²
MG	SABARÁ	Rua Amazonas nº15, Bairro Vila Rica - Sabará - MG. CEP: 34580600	700 m²
MG	TEÓFILO OTONI	Avenida Alfredo Sá - de 3588 ao fim - lado par -Bairro São Cristóvão - Teófilo Otoni - MG. CEP: 39800307	3.000 m²
MG	UBÁ	Rua Otacílio Coutinho - S/N Centro - Ubá - MG. CEP: 36500000	3.000 m²
MS	CAMPO GRANDE	Rua Maria Del Horno Samper - Parque do Sol - Parque do Lageado - Campo Grande - MS. CEP: 79075108	7.000 m²
MS	CAMPO GRANDE	Rua Frei Caneca - Jardim Noroeste - Campo Grande - MS. CEP: 79045140	7.000 m²
MS	PONTA PORÃ	Rua Moacir A B Derzi esquina com a Rua Glauce Rocha - Quadra 20 - Parque dos Ipês - CEP: 79900-000 - Ponta Porã/ MS	3.000 m²
MT	CUIABÁ	Travessa 22, Bairro Jardim Passaredo - Cuiabá - MT. CEP: 78088000	7.000 m²
MT	RONDONÓPOLIS	Avenida C - esquina com Rua C - Residencial Margarida - Rondonópolis - MT. CEP: 78717788	3.000 m²
PA	ANANINDEUA	Rua Onze (Júlia Seffer) -Bairro Águas Lindas - Ananindeua - PA. CEP: 67020490	3.000 m²
PA	ANANINDEUA	Passagem São Benedito - Esquina com Passagem Uniã- Bairro Coqueiro - Ananindeua - PA. CEP: 67113230	7.000 m²
PA	BARCARENA	Rua Padre Raimundo Avelino de Matos - Bairro Pioneiro (Vila dos Cabanos) - Barcarena - PA, 68447-000	3.000 m²
PA	BRAGANÇA	Rua João Paulo Ribeiro -Bairro Centro - Bragança - PA. CEP: 68600000	3.000 m²
PA	BREVES	Vila de Antônio Lemos - Próximo a Duque de Caxia -Bairro Centro - Breves - PA. CEP: 68800000	3.000 m²
PA	CAMETÁ	Avenida Santos Dumont, Bairro Centro - Cametá/ PA	3.000 m²
PA	ITAITUBA	Avenida Nova de Santana - atras do tradição -Bairro Comércio - Itaituba - PA. CEP: 68180030	3.000 m²
PA	MARABÁ	AC Marabá - Rua VP-6 -Bairro Nova Marabá - Marabá - PA. CEP: 68508970	3.000 m²
PA	SANTARÉM	Rua das Nações Unidas - esq. C av. Tupayulândia- Bairro São José Operário - Santarém - PA. CEP: 68000100	3.000 m²
PA	TAILÂNDIA	Avenida do Campo s/n - Piçarraireira - Bairro Tailândia - Tailândia - PA. CEP: 68695000	700 m²
PB	CAMPINA GRANDE	Rua das Jabuticabeiras - de 100/101 ao fim - Malvinas - Campina Grande - PB. CEP: 58432705	3.000 m²
PB	JOÃO PESSOA	Rua Venâncio Gonçalves de Oliveira - Gramame - João Pessoa - PB. CEP: 58069610	3.000 m²
PB	JOÃO PESSOA	Rua Comerciarío Antônio Manoel de Sousa - Cristo Redentor - João Pessoa - PB. CEP: 58071585	3.000 m²
PB	SANTA RITA	Rua São Pedro - Terreno Bairro Popular - Santa Rita - PB. CEP: 58301250	3.000 m²
PE	ABREU E LIMA	Rua do Campo, Centro, Abreu e Lima. CEP: 53580-020	3.000 m²
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	Rodovia BR-101 Sul - - do km 29,000 ao km 100,000 - Centro - Cabo de Santo Agostinho - PE. CEP: 54510000	3.000 m²
PE	CARUARU	Avenida Zé Tatu - antiga av projetada 02 - Boa Vista - Caruaru - PE. CEP: 55038200	3.000 m²
PE	GOIANA	Rua Projetada, s/ nº, Praia de Pontas de Pedra, Distrito de Pontas de Pedra - Goiana/ PE. CEP: 55900-000.	700 m²
PE	ILHA DE ITAMARACÁ	Rua Antônio Leitão - Baixa Verde - Ilha de Itamaracá - PE. CEP: 53900000	3.000 m²
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	Avenida Manuel Carneiro Leão - s/n - Dois Carneiros - Jaboatão dos Guararapes - PE. CEP: 54280530	3.000 m²
PE	OURICURI	Rua Altemar Dutra Povoado de Santa Rita - Ouricuri - PE 56200000	3.000 m²
PE	RECIFE	Avenida Caxangá - - até 1219 - lado ímpar - Madalena - Recife - PE. CEP: 50720000	7.000 m²
PE	SÃO LOURENÇO DA MATA	Rua Doutor Pedro Augusto Correia de Araújo - Centro - São Lourenço da Mata - PE. CEP: 54735110	700 m²
PE	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	Avenida Henrique de Holanda - - até 1925/1926 - Matriz - Vitória de Santo Antão - PE. CEP: 55602000	3.000 m²
PI	FLORIANO	Praça Viviane Wanderley Tenório Conj. Pedro Símplicio - Irapuá - Floriano - PI 64800000	3.000 m²
PI	PARNAÍBA	Rua Osvaldo Cruz - - de 1467/1468 ao fim - Piauí - Parnaíba - PI. CEP: 64208355	3.000 m²
PI	PICOS	Praça Josino Ferreira - Centro - Picos - PI. CEP: 64600000	3.000 m²
PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	Rua Filipinas - Bairro Vila Graziela - Almirante Tamandaré - PR. CEP: 83505260	700 m²
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	Rua Miguel Thomeu nº 674, Jardim Flórida, Campina Grande do Sul. CEP: 83430-000	3.000 m²
PR	COLOMBO	Rua Professora Otília de Souza Ferrarini - Bairro: Maracanã - Colombo - PR. CEP: 83408547	3.000 m²
PR	GUARAPUAVA	Rua Jorge Silveira do Amaral - Bairro: Jardim das Américas - Guarapuava - PR. CEP: 85040530	3.000 m²
PR	IRATI	Rua 02, Cj Hab Daniel Bini Bairro Vila São João Centro Irati PR 84500000	3.000 m²
PR	LONDRINA	Rua Ângelo Gaiotto - Bairro: Santa Rita 1 - Londrina - PR. CEP: 86072260	3.000 m²
PR	PARANAGUÁ	Rua dos Jatobás - Bairro: Jardim Iguaçú - Paranaguá - PR. CEP: 83210016	700 m²
PR	PIRAQUARA	Rua Juri Danilenko - Bairro: Planta Santa Lúcia - Piraquara - PR. CEP: 83311090	3.000 m²
PR	SARANDI	Rua Bogotá Parque São Pedro Sarandi PR 87112540	3.000 m²
RJ	ARARUAMA	Av. Protogenes Guimaraes - Bairro Praça da Bandeira - Praia Seca - Araruama - RJ. CEP: 28970000	3.000 m²
RJ	BELFORD ROXO	Avenida Retiro da Imprensa - Areia Branca - Belford Roxo - RJ. CEP: 26112180	700 m²
RJ	BELFORD ROXO	Rua Bernardo Vaena - Esq c a Rua Lamartine Jr - Jardim Patricia - Belford Roxo - RJ. CEP: 26182020	3.000 m²
RJ	CABO FRIO	Rua Dois - Reserva do Peró - Cabo Frio - RJ. CEP: 28921605	3.000 m²
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	Rua Maria Gizete Pontos - Campos dos Goytacazes - RJ. CEP: 28090190	7.000 m²
RJ	ITABORAÍ	Rua Hilda Araújo, S/N - Bairro Nova Cidade - Itaboraí - RJ.	3.000 m²
RJ	ITAGUAÍ	Rua Décio Muniz da Silva Filho - (Gleba B) Chaperó - Itaguaí - RJ. CEP: 23831300	3.000 m²
RJ	MACAÉ	Rua Maria José Mahon Santos - 1500 - Malvinas - Macaé - RJ. CEP: 27946240	3.000 m²
RJ	MAGÉ	Rua Expedicionário Otacílio de Souza - Antiga Rua Fragoso - Inhomirim - Magé -RJ. CEP: 25935000	3.000 m²
RJ	MESQUITA	Rua Cesário - de 258 ao fim - lado par - Banco de Areia - Mesquita -RJ. CEP: 26570442	3.000 m²
RJ	NILÓPOLIS	Rua Luís Gonzaga - Gericinó Cabral - Nilópolis - RJ. CEP: 26515190	3.000 m²
RJ	NOVA FRIBURGO	Avenida José Pires Barroso - Olaria - Nova Friburgo - RJ. CEP: 28620075	3.000 m²
RJ	NOVA IGUAÇU	Rua Saturno - Paraíso - Nova Iguaçu - RJ. CEP: 26297228	7.000 m²
RJ	NOVA IGUAÇU	Rua Leocádio Melo - Jardim Nova Era - Nova Iguaçu - RJ. CEP: 26272060	3.000 m²
RJ	RESENDE	Rua J, Quadra 14, s/ nº - Bairo Morada da Montanha - Resende/RJ	3.000 m²
RJ	SÃO GONÇALO	Avenida José de Mendonça Campos - lado par - Colubande - São Gonçalo - RJ. CEP: 24450700	7.000 m²
RJ	SÃO JOÃO DE MERITI	Rua La Paz - Vilar dos Teles - São João de Meriti - RJ. CEP: 25560352	700 m²
RJ	TANGUÁ	Avenida do Areal - quadra 57 - Ampliação - Tanguá - RJ. CEP: 24890000	3.000 m²
RJ	TRÊS RIOS	Rua Professor Moreira, Praça Arsonval Macedo, Bairro Vila Isabel, Três Rios. CEP: 25812-075	3.000 m²
RJ	VOLTA REDONDA	Rua Dezesseis - Jardim Vila Rica - Tiradentes - Volta Redonda - RJ. CEP: 27259190	700 m²
RN	NATAL	Rua Manágua - Bairro: Cidade da Esperança - Natal - RN. CEP: 59072120	3.000 m²
RN	PARNAMIRIM	Rua Mar Morto - Bairro: Vida Nova - Parnamirim - RN. CEP: 59147490	3.000 m²
RO	ARIQUEMES	Rua Elis Regina - Quadra Comunitária - Bairro: Setor 08 - Ariquemes - RO. CEP: 76873360	3.000 m²
RO	CACOAL	Avenida Primavera - de 2080 a 2316 - lado par - Bairro: Parque Fortaleza - Cacoal - RO. CEP: 76961780	3.000 m²
RO	ROLIM DE MOURA	Avenida 25 de Agosto - Bairro Centro - Rolim de Moura - RO. CEP: 76940000	3.000 m²
RR	BOA VISTA	Rua Delman Veras, s/ nº - Bairro: Dr. Sívlio Botelho (Parque Germano Augusto Sampaio) - Boa Vista. CEP: 69300-000	3.000 m²

RS	ALVORADA	Rua Santa Catarina – 80, Bairro: Vila da Figueira - Alvorada - RS. CEP: 94824100	700 m ²
RS	BAGÉ	Rua Érico Silveira - (Núcleo Ivo Ferronato), Bairro: Industrial I - Bagé - RS. CEP: 96413532	3.000 m ²
RS	BENTO GONÇALVES	Rua Avelino Menegotto, Bairro Ouro Verde - Bento Gonçalves - RS. CEP: 95700000	3.000 m ²
RS	CACHOEIRINHA	Rua Estrela, Bairro: Vila Anair - Cachoeirinha - RS. CEP: 94955150	3.000 m ²
RS	CAXIAS DO SUL	Rua Raimundo Magnabosco, Bairro: Desvio Rizzo - Caxias do Sul - RS. CEP: 95112200	7.000 m ²
RS	CHARQUEADAS	Avenida Brasil, s/ nº - Super Quadra 01 - Bairro Sul América - Charqueadas. CEP: 96745-000	3.000 m ²
RS	DOIS IRMÃOS	Rua Fortaleza – S/N, Bairro: Centro - Dois Irmãos - RS. CEP: 93950000	3.000 m ²
RS	IJUÍ	Av. 21 de Abril esquina com Rua dos Tamoios, Bairro Thomé de Souza - Ijuí/RS	3.000 m ²
RS	NOVO HAMBURGO	Rua do Bosque, s/ nº - Novo Hamburgo. CEP: 93347-020	3.000 m ²
RS	PELOTAS	Avenida Ulysses Silveira Guimarães - (Lot Dunas), Bairro: Areal - Pelotas - RS. CEP: 96081150	3.000 m ²
RS	PORTO ALEGRE	Estrada João de Oliveira Remião - - de 4000/4001 a 8016/8017, Bairro: Lomba do Pinheiro - Porto Alegre - RS. CEP: 91560000	3.000 m ²
RS	PORTO ALEGRE	Rua Doutor Arno Horn, Bairro: Restinga - Porto Alegre - RS. CEP: 91790845	3.000 m ²
RS	RIO GRANDE	Rua Pedro de Sá Freitas, nº 270, Bairro São Miguel - Rio Grande/ RS	3.000 m ²
RS	SANTA MARIA	Avenida Manoel Mallmann, Bairro: Nova Santa Marta - Santa Maria - RS. CEP: 97037000	3.000 m ²
RS	SANTA ROSA	Av. Firmino de Paula esquina com Rua São João - Santa Rosa/RS	3.000 m ²
RS	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	Rua Fernando A. Lemos, Bairro: Catanduva Grande (Distrito) - Santo Antônio da Patrulha - RS. CEP: 95500000	3.000 m ²
RS	SAPUCAIA DO SUL	Avenida Valdemimo Rodrigues Machado – S/N, Bairro: Vargas - Sapucaia do Sul - RS. CEP: 93222630	3.000 m ²
SC	CRICIÚMA	Rua Karl Marx - Bairro: Progresso - Criciúma - SC. CEP: 88806718	3.000 m ²
SC	ITAJAÍ	Avenida Ministro Luiz Gallotti - de 1063/1064 ao fim - Bairro: Cidade Nova - Itajaí - SC. CEP: 88308601	3.000 m ²
SC	LAGES	Rua Archelau Batista do Amaral - Lado Gin. Jones Minosso - Bairro: Universitário - Lages - SC. CEP: 88511095	3.000 m ²
SC	PALHOÇA	Rua Neri dos Santos - Área Institucional - Bairro: Jardim Coqueiros - Palhoça - SC. CEP: 88133250	3.000 m ²
SC	SÃO JOSÉ	Rua José Antônio Pereira - Bairro: Ipiranga - São José - SC. CEP: 88111490	3.000 m ²
SE	ARACAJU	Rua Evangelino da Paixão - TV. Sta Maria-Bairro Olaria - Aracaju - SE. CEP: 49092510	3.000 m ²
SE	ESTÂNCIA	Av Jornalista Augusto Gomes -Bairro Cidade Nova- Estância SE 49200000	3.000 m ²
SP	AMERICANA	Rua Rio Jari - Jardim da Balsa II - Americana - SP. CEP: 13470758	3.000 m ²
SP	ARAÇATUBA	Rua Elza Almeida Lemos - - de 745/746 ao fim Residencial Jardim Atlântico - Araçatuba - SP. CEP: 16058733	3.000 m ²
SP	ARTUR NOGUEIRA	Rua Ricardo Tagliari Vila Queiroz - Artur Nogueira - SP. CEP: 13160000	3.000 m ²
SP	ARUJÁ	Rua C - Jardim das Cerejeiras, Arujá/ SP - CEP: 07400-000.	3.000 m ²
SP	BIRIGUI	Rua das Margaridas, esquina com rua das Acácias e Rua dos Jasmins, equina com a Rua das Acácias, Bairro Cidade Jardim- SP. CEP: 16202000	3.000 m ²
SP	CAEIRAS	Rua dos Cravos - Caieiras - SP. CEP: 07700000	700 m ²
SP	CAJAMAR	Rua Constantino F. de Almeida - Dsrto do Polvilho Parque Empresarial - Cajamar - SP. CEP: 07750000	3.000 m ²
SP	CAMPINAS	Rua André Grabois, Rua 1, próximo a estação Vó Pureza - equipamento público nº3 - Jardim Yeda - Campinas - SP. CEP: 13086601	7.000 m ²
SP	CAMPINAS	Rua Lasar Segal Jardim Florence - Campinas - SP. CEP: 13059016	7.000 m ²
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	Avenida Bragantina, 1961 – Área 3, Conjunto Habitacional São José - Campo Limpo Paulista - SP. CEP: 13232297	700 m ²
SP	CUBATÃO	Rua Jorge Farah - s/n Jardim Nova República - Cubatão - SP. CEP: 11534110	3.000 m ²
SP	FERNANDÓPOLIS	Rua Pastor Alcides Pereira de Souza - Esquina com a Rua 8 - Conj. Hab. Albino Mininel -Bairro Centro -Fernandópolis - SP. CEP: 15600000	3.000 m ²
SP	FRANCA	Avenida José Lourenço Parque Vicente Leporace I - Franca - SP. CEP: 14407040	3.000 m ²
SP	FRANCISCO MORATO	Rua São Domingos Jardim Vassouras - Francisco Morato - SP. CEP: 07950095	3.000 m ²
SP	ITANHAÉM	Rua Américo Nicolini Vila São Paulo - Itanhaém - SP. CEP: 11740000	3.000 m ²
SP	ITAPECERICA DA SERRA	Rua Álvaro de Almeida Leme Jardim Paraíso - Itapecerica da Serra - SP. CEP: 06851000	3.000 m ²
SP	ITAQUAQUECETUBA	Rua Padre Cícero Jardim Carolina - Itaquaquecetuba - SP. CEP: 08588324	3.000 m ²
SP	ITU	Rua Professora Ruth Amorim Alves Parque das Rosas - Itu - SP. CEP: 13310520	3.000 m ²
SP	JUQUITIBA	Avenida Tancredo de Almeida Neves - Centro - Juquitiba - SP	3.000 m ²
SP	LIMEIRA	Rua Prefeito Doutor Alberto Ferreira 179 Prefeitura Municipal de Limeira Centro - Limeira - SP. CEP: 13481900	3.000 m ²
SP	PINDAMONHANGABA	Avenida das Orquídeas - esquina com Avenida 1 - Loteamento de Interesse Social Liberdade - Pindamonhangaba - SP. CEP: 12440410	3.000 m ²
SP	RIBEIRÃO PIRES	Estrada de Sapopemba - - de 5001/5002 a 6689/6690 Quarta Divisão - Ribeirão Pires - SP. CEP: 09434630	3.000 m ²
SP	SANTO ANDRÉ	Avenida Nestor de Barros Jardim Ana Maria - Santo André - SP. CEP: 09260520	7.000 m ²
SP	SANTOS	Praça Paz Universal Castelo - Santos - SP. CEP: 11087350	7.000 m ²
SP	SÃO LOURENÇO DA SERRA	Rua Ivone Pires Guimarães Centro - São Lourenço da Serra - SP. CEP: 06890000	3.000 m ²
SP	SÃO VICENTE	Rua Cinquenta e Oito - Esquina Conjunto Residencial Humaitá - São Vicente - SP. CEP: 11349110	3.000 m ²
SP	SUMARÉ	Rua Sete Jardim Recanto dos Sonhos - Sumaré - SP. CEP: 13178730	3.000 m ²
SP	SUZANO	Rua Teruo Nishikawa Jardim Gardénia Azul - Suzano - SP. CEP: 08696370	3.000 m ²
SP	VÁRZEA PAULISTA	Avenida Ipiranga Vila Santa Terezinha - Várzea Paulista - SP. CEP: 13220210	3.000 m ²
SP	VOTORANTIM	Rua Anália Pereira Vila Pedroso - Votorantim - SP. CEP: 18117670	3.000 m ²
TO	ARAGUAÍNA	Rua das Acácias - Qd D-10 - Loteamento Araguaína Sul - Araguaína - TO. CEP: 77827380	3.000 m ²

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

Qualificação

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Telefone: (____) _____ Razão social: _____

OUTORGADO:

Representante devidamente qualificado

OBJETO:

Representar a outorgante na **Concorrência nº XX / 2018**.

PODERES:

Apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentos de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso, renunciar a recurso interposto, negociar novos preços e condições, firmar termos de compromisso e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Local e data.

NOME COMPLETO DA LICITANTE
NOME, CARGO E ASSINATURA DOS REPRESENTANTES LEGAIS

Observação: se particular, a procuração será elaborada em papel timbrado da licitante e assinada por representantes legais ou pessoa devidamente autorizada, sendo necessário comprovar os poderes do outorgante para a presente delegação>

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

Comissão Especial de Licitação.

Referente Concorrência nº XX / 2018 – MINC

1. Preços sujeitos a valoração**1.1.** Declaramos que, na vigência do contrato, adotaremos os seguintes preços para os serviços descritos:

a) Desconto, a ser concedido ao ANUNCIANTE, sobre os custos internos dos serviços executados por esta licitante, baseados na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda de Brasília, referentes a peça e ou material cuja distribuição não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965:% (.....por cento);

b) Honorários, a serem cobrados do ANUNCIANTE, incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados contratados junto a fornecedores, com a intermediação e supervisão desta licitante, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965:% (.....por cento);

c) Honorários, a serem cobrados do ANUNCIANTE, incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados contratados junto a fornecedores, com a intermediação e supervisão desta licitante, referentes aos serviços descritos nas alíneas abaixo:% (.....por cento);

i) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do contrato;

ii) à renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando a sua distribuição/veiculação não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

iii) à reimpressão de peças publicitárias.

d) honorários, a serem cobrados do ANUNCIANTE, incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados contratados junto a fornecedores, com a intermediação e supervisão desta licitante, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja contratação não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965:% (.....por cento)

1.2. Os preços propostos são de nossa exclusiva responsabilidade e não nos assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato, nenhuma alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

1.3. O prazo de validade desta Proposta de Preços é de ... (...) dias corridos, contados de sua apresentação, em consonância com o disposto no subitem 13.3 do Edital.

2. Outras declarações

- 2.4. Estamos cientes e de acordo com as disposições alusivas à direitos patrimoniais de autor e conexos, estabelecidas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato (Anexo IV).
- 2.5. Estamos cientes de que o ANUNCIANTE procederá à retenção de tributos e contribuições nas situações previstas em lei.
- 2.6. Comprometemo-nos a envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação, transferindo ao ANUNCIANTE as vantagens obtidas, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 15 da Lei n.º 12.232/2010.
- 2.7. Garantimos o pagamento integral dos valores devidos aos fornecedores de bens e de serviços especializados e aos veículos de divulgação, após a liquidação das despesas e o pagamento a cargo do ANUNCIANTE, nos termos da Cláusula Décima Primeira da Minuta de Contrato (Anexo IV).
- 2.8. Esta Proposta de Preços está em conformidade com o Edital da concorrência em referência.

Local e data

NOME COMPLETO DA LICITANTE
NOME, CARGO E ASSINATURA DOS REPRESENTANTES LEGAIS

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA	LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS VINCULADOS
CLÁUSULA SEGUNDA	OBJETO
CLÁUSULA TERCEIRA	VIGÊNCIA
CLÁUSULA QUARTA	VALOR CONTRATUAL E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
CLÁUSULA QUINTA	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA SEXTA	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
CLÁUSULA SÉTIMA	FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO
CLÁUSULA OITAVA	REMUNERAÇÃO
CLÁUSULA NONA	DESCONTO DE AGÊNCIA
CLÁUSULA DÉCIMA	DIREITOS AUTORAIS
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA	LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA	GARANTIA
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA	RESCISÃO
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA	DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA	FORO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE QUE, ENTRE SI, FAZEM O MINISTÉRIO DA CULTURA, POR INTERMÉDIO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, E A EMPRESA (AGENCIA CONTRATADA)

CONTRATO Nº XX/2018

A **UNIÃO**, por intermédio do MINISTÉRIO DA CULTURA, CNPJ nº, sediado em, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo, CPF nº, residente e domiciliado nesta cidade, de acordo com a competência prevista no art. da Portaria nº, de, publicada no Diário Oficial da União de, e a empresa, CNPJ nº, estabelecida no, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por, portador da Carteira de Identidade nº..... e CPF nº, residente e domiciliado em, têm, entre si, acordado os termos deste contrato, objeto da Concorrência nº XX / 2018, Processo nº, mediante os termos e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS VINCULADOS

1.1 O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei nº 12.232/2010, e, de forma complementar, das Leis nº 4.680/1965, e nº 8.666/1993.

1.1.1 Aplicam-se também a este contrato as disposições do Decreto nº 6.555/2008, do Decreto nº 57.690/1966, do Decreto nº 4.563/2002, do Decreto nº 3.722/2001, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2010 e as Instruções Normativas SECOM.

1.2 Independentemente de transcrição, fazem parte deste contrato o Edital da Concorrência nº XX/2018, seus Anexos, bem como as Propostas Técnica e de Preços da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 Prestação de serviços de publicidade, por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceitualização, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a compra de espaços e tempos publicitários para distribuição da publicidade de competência da **CONTRATANTE**, junto aos veículos de divulgação.

2.1.1 Também integram o objeto deste contrato, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

a) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, relacionados à execução do contrato;

b) à produção e à execução técnica de peças, materiais e projetos publicitários, de mídia e não mídia, criados no âmbito do contrato;

c) à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias.

2.1.1.1 A contratação dos serviços, elencados no subitem 2.1, tem como objetivo o atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à informação, por meio de ações que visam difundir ideias e princípios, posicionar instituições e programas, disseminar iniciativas e políticas públicas, ou informar e orientar o público em geral.

2.1.1.2 O estudo e o planejamento, previstos no subitem 2.1, objetivam subsidiar a proposição estratégica das ações publicitárias, tanto nos meios de comunicação tradicionais (*off-line*) como digitais (*on-line*), para alcance dos objetivos de comunicação e superação dos desafios apresentados e devem prever, sempre que possível, os indicadores e métricas para aferição, análise e otimização de resultados.

2.1.1.3 As pesquisas e os outros instrumentos de avaliação previstos na alínea 'b' do subitem 2.1.1 terão a finalidade de:

a) gerar conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios para divulgação das peças ou campanhas publicitárias;

b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a adequação das mensagens a serem divulgadas;

c) possibilitar a mensuração e avaliação dos resultados das campanhas publicitárias, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação de publicidade.

2.1.2 Os serviços previstos nos subitens 2.1 e 2.1.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio, de relações públicas, de assessoria de comunicação e de imprensa e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

2.1.2.1 Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem precedente, os projetos de veiculação em mídia ou em plataformas que funcionem como veículo de divulgação.

2.2 A **CONTRATADA** atuará por ordem e conta da **CONTRATANTE**, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, para a execução das atividades complementares de que trata o subitem 2.1.1, e de veículos de divulgação, para a transmissão de mensagens publicitárias.

2.3 A **CONTRATADA** não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução de serviços previstos nesta Cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 O presente contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir do dia da sua assinatura.

3.1.1 A **CONTRATANTE** poderá optar pela prorrogação desse prazo, mediante acordo entre as partes, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.1.2 A prorrogação será instruída mediante avaliação de desempenho da **CONTRATADA**, a ser efetuada pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR CONTRATUAL E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 O valor deste contrato, decorrente da Concorrência nº XX/2018, que deu origem a este instrumento, está estimado em **R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)**, pelos primeiros 12 (doze) meses.

4.2 A previsão de recursos orçamentários para a execução dos serviços durante o exercício de 2018 consta da Lei Orçamentária Anual - 2018, nas seguintes funcionais programáticas: 2107.4641.0001.-.0000 – Publicidade de Utilidade Pública.

4.3 Se a **CONTRATANTE** optar pela prorrogação deste contrato, serão consignadas nos próximos exercícios, na Lei Orçamentária Anual, as dotações necessárias ao atendimento dos pagamentos previstos.

4.4 A **CONTRATANTE** se reserva o direito de, a seu juízo, executar ou não a totalidade do valor contratual.

4.5 No interesse da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, nas mesmas condições contratuais, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:

5.1.1 Operar como organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade.

5.1.2 Centralizar o comando da publicidade da **CONTRATANTE** em Brasília, onde, para esse fim, manterá escritório, sucursal ou filial. A seu juízo, a **CONTRATADA** poderá utilizar-se de sua matriz ou de seus representantes em outros Estados para serviços de criação e de produção ou outros complementares ou acessórios que venham a ser necessários, desde que garantidas as condições previamente acordadas.

5.1.2.1 A **CONTRATADA** deverá comprovar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data da assinatura deste instrumento, que possui, em Brasília, estrutura de atendimento compatível com o volume e a característica dos serviços a serem prestados à **CONTRATANTE**, representada, no mínimo, pelos seguinte profissionais e respectivas qualificações:

a) 01 (um) Diretor Geral: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 03 (três) anos, em gestão de equipes;

b) 01 (um) Diretor de Atendimento: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 03 (três) anos, na função;

c) 02 (dois) profissionais de atendimento: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 01 (um) ano, em atendimento de publicidade;

d) 01 (um) profissional de atendimento para o meio internet: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 01 (um) ano, em atendimento de publicidade digital;

e) 01 (um) profissional de planejamento e pesquisa: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 03 (três) anos, em planejamento de comunicação e marketing;

f) 01 (um) Diretor de Criação: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 03 (três) anos, na direção de criação publicitária;

g) 02 (duas) duplas de criação: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 02 (dois) anos, na criação/redação publicitária;

h) 01 (uma) dupla de criação para o meio digital: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 01 (um) ano, na criação/redação publicitária;

i) 02 (dois) profissionais de produção (impressa, eletrônica, digital e de design/computação gráfica): possuir experiência comprovada, de no mínimo 02 (dois) anos, em produção;

j) 01 (um) Diretor de Mídia: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 03 (três) anos, em planejamento e execução de mídia;

k) 02 (dois) profissionais de mídia: possuir formação acadêmica e experiência comprovada em planejamento e execução de mídia;

l) 01 (um) profissional de mídia: possuir formação acadêmica e experiência comprovada em planejamento e execução de mídia digital.

5.1.3 Executar – com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados e de veículos de divulgação – todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela **CONTRATANTE**.

5.1.4 Utilizar, na elaboração dos serviços objeto deste contrato, os profissionais indicados na Proposta Técnica da concorrência que deu origem a este instrumento, para fins de comprovação da Capacidade de Atendimento, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante comunicação formal à **CONTRATANTE**.

5.1.5 Evitar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação e transferir à **CONTRATANTE** todas as vantagens obtidas.

5.1.5.1 Pertencem à **CONTRATANTE** as vantagens obtidas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio da **CONTRATADA**, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de espaço, tempo ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de divulgação.

5.1.5.1.1 O disposto no subitem 5.1.5.1 não abrange os planos de incentivo concedidos por veículos de divulgação à **CONTRATADA**, nos termos do art. 18 da Lei nº 12.232/2010.

5.1.5.2 O desconto de antecipação de pagamento será igualmente transferido à **CONTRATANTE**, caso esta venha a saldar compromisso antes do prazo estipulado.

5.1.5.3 A **CONTRATADA** não poderá, em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivo aos interesses da **CONTRATANTE**, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados.

5.1.5.3.1 O desrespeito ao disposto no subitem 5.1.5.3 constituirá grave violação aos deveres contratuais por parte da **CONTRATADA** e a submeterá a processo administrativo em que, comprovado o comportamento injustificado, implicará a aplicação das sanções previstas neste contrato.

5.1.6 Negociar sempre as melhores condições de preço, até os percentuais máximos constantes dos subitens 10.2.1.1 e 10.2.2, no tocante aos direitos patrimoniais sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos e aos direitos patrimoniais sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias da **CONTRATANTE**.

5.1.7 Observar as seguintes condições para o fornecimento de bens e de serviços especializados à **CONTRATANTE**:

I - Fazer cotações prévias de preços para todos os bens e serviços especializados a serem contratados junto aos fornecedores;

II - Só apresentar cotações de preços obtidas junto a fornecedores previamente cadastrados no Sistema de Referências de Custos (SIREF), mantido pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, de que trata o art. 20 da Instrução Normativa SECOM nº 7/2014, aptos a fornecer à **CONTRATADA** bens e serviços especializados, relacionados com as atividades complementares da execução do objeto deste contrato;

III - Apresentar, no mínimo, 03 (três) cotações coletadas entre fornecedores de bens e de serviços especializados cadastrados no SIREF que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido;

IV - Exigir dos fornecedores que constem da cotação de bens e de serviços especializados, o detalhamento das especificações que compõem seus preços unitários e total;

V - A cotação deverá ser apresentada em via original, em papel timbrado, com a identificação do fornecedor (nome empresarial completo, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação (nome completo, cargo na empresa, RG e CPF) e assinatura do responsável pela cotação;

VI - Juntamente com a cotação deverão ser apresentados comprovantes de que o fornecedor está inscrito – e em atividade – CNPJ ou no CPF e no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se for o caso, relativos ao seu domicílio ou sede, pertinentes a seu ramo de atividade e compatíveis com o serviço a ser fornecido;

VII - para cada orçamento encaminhado, deve ser observada a presença da seguinte declaração, assinada por funcionário da **CONTRATADA** responsável pela documentação:

“atestamos que este orçamento e seus anexos foram conferidos e estão de acordo com a especificação técnica aprovada e as exigências contratuais”.

5.1.7.1 Quando o fornecimento de bens ou de serviços especializados tiver valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global deste contrato, a **CONTRATADA** coletará orçamentos dos fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob a fiscalização da **CONTRATANTE**.

5.1.7.2 A **CONTRATANTE** procederá à verificação prévia da adequação dos preços dos bens e dos serviços especializados cotados em relação aos do mercado, podendo para isso recorrer às informações disponíveis no SIREF, ou realizar cotação de preços diretamente junto a outros fornecedores.

5.1.7.3 Se não houver possibilidade de obter 03 (três) cotações, a **CONTRATADA** deverá apresentar as justificativas pertinentes, por escrito, para prévia decisão da **CONTRATANTE**.

5.1.7.4 Se e quando julgar conveniente, a **CONTRATANTE** poderá supervisionar o processo de seleção dos fornecedores, realizado pela **CONTRATADA**, quando o fornecimento de bens ou de serviços especializados tiver valor igual ou inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global deste contrato.

5.1.7.5 A **CONTRATADA** está ciente de que deverá incluir cláusula de alerta em seus pedidos de cotação junto a fornecedores de bens e de serviços especializados, quando pertinente, no sentido de que, na produção de peças publicitárias destinadas à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, seja considerado o disposto nos arts. 44 a 46 da Lei nº 12.288/2010.

5.1.7.6 Cabe à **CONTRATADA** informar, por escrito, aos fornecedores de bens e de serviços especializados, acerca das condições estabelecidas na Cláusula Décima para a reutilização de peças e materiais publicitários, especialmente no tocante aos direitos patrimoniais de autor e conexos.

5.1.7.7 As disposições dos subitens 5.1.7 e 5.1.7.4 não se aplicam à compra de mídia.

5.1.8 Submeter a contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, para a execução do objeto deste contrato, à prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

5.1.8.1 É vedada a cotação prévia de preços para o fornecimento de bens ou de serviços especializados junto a fornecedores em que:

I - Um mesmo sócio ou cotista participe de mais de um fornecedor em um mesmo procedimento de cotação;

II – Algum dirigente ou empregado da **CONTRATADA** tenha participação societária ou vínculo comercial ou de parentesco até o terceiro grau.

5.1.9 Obter a autorização prévia da **CONTRATANTE**, por escrito, para realizar despesas com bens e serviços especializados prestados por fornecedores, com veiculação e com qualquer outra despesa relacionada com este contrato.

5.1.9.1 A **CONTRATADA** só poderá reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos de divulgação, por ordem e conta da **CONTRATANTE**, se previamente tiver sido por ela expressamente autorizada.

5.1.9.1.1 A autorização a que se refere o subitem precedente não exige da **CONTRATADA** sua responsabilidade pela escolha e inclusão de veículos de divulgação nos planejamentos de mídia por ela apresentados, para as ações publicitárias a serem executadas durante a vigência deste contrato.

5.1.9.1.2 Quando da programação de veículo de divulgação *on-line*, a **CONTRATADA** obriga-se a providenciar Termo de Conduta, segundo o qual o veículo se responsabiliza pelos seus conteúdos ou de sites parceiros, declarando estar de acordo com os termos do Marco Civil da Internet, de forma a evitar ações publicitárias da **CONTRATANTE** em veículos de divulgação que promovam conteúdos ou atividades ilegais.

5.1.10 Apresentar à **CONTRATANTE**, para autorização do plano de mídia de cada ação ou campanha publicitária, relação dos meios, praças e veículos de divulgação dos quais será possível e dos quais se revela impossível obter o relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, para fins do disposto no subitem 11.5, e a(s) justificativa(s) que demonstre(m) tal impossibilidade, com o fim de atender ao disposto no art. 15 da Lei nº 12.232/2010.

5.1.11 Apresentar à **CONTRATANTE**, como alternativa ao subitem 5.1.10, estudo prévio sobre os meios, praças e veículos de divulgação dos quais será possível e dos quais se revela impossível obter o relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, para fins do disposto no subitem 11.5, e a(s) justificativa(s) que demonstre(m) tal impossibilidade, com o fim de atender ao disposto no art. 15 da Lei nº 12.232/2010.

5.1.11.1 O estudo de que trata o subitem 5.1.11 deve levar em conta os meios de comunicação, praças e veículos de divulgação habitualmente programados nos esforços de publicidade da **CONTRATANTE**, com vistas à realização de negociação global entre as partes sobre o que seja oneroso e o que seja suportável para a **CONTRATADA**.

5.1.11.1.1 O resultado da negociação global entre as partes prevista no subitem 5.1.11.1 vigorará para os planos de mídia que vierem a ser aprovados em até 12 (doze) meses da data de assinatura deste contrato.

5.1.11.1.2 Ao final do período de 12 (doze) meses, a **CONTRATADA** apresentará novo estudo, que vigorará durante os 12 (doze) meses seguintes e assim sucessivamente.

5.1.11.1.3 Se fato superveniente alterar significativamente as análises e conclusões do estudo mencionado no subitem 5.1.11, a **CONTRATANTE** poderá solicitar novo estudo à **CONTRATADA** e, em decorrência, poderá promover nova negociação global e determinar seu novo período de vigência.

5.1.12 Encaminhar, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, sem ônus para esta, cópia de peças produzidas, desde que não seja para uso em veiculação em mídia paga, nos seguintes formatos:

a) TV e Cinema: cópias em XDCAN, DVD ou arquivos digitais;

b) Internet: arquivos digitais;

c) Rádio: arquivos digitais;

d) Mídia impressa e material publicitário: arquivos digitais em alta resolução, abertos ou finalizados.

5.1.12.1 As peças poderão ser agrupadas em um mesmo DVD, caso atenda à solicitação da **CONTRATANTE**.

5.1.13 Manter, independentemente do disposto nos subitens 5.1.12, durante o período de, no mínimo, 05 (cinco) anos após a extinção deste contrato, acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados, compreendendo as peças e os materiais produzidos, com informações relativas aos prazos de cessão dos direitos autorais vinculados,

5.1.14 Orientar a produção e a impressão das peças gráficas aprovadas pela **CONTRATANTE**.

- 5.1.15 Entregar à **CONTRATANTE**, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, relatório das despesas de produção e veiculação autorizadas no mês anterior e relatório dos serviços em andamento, estes com os dados mais relevantes para avaliação de seu estágio.
- 5.1.16 Registrar em relatórios de atendimento todas as reuniões de serviço realizadas com a **CONTRATADA** e as mensagens eletrônicas mais relevantes sobre as demandas de serviços, permutadas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, com o objetivo de tornar transparentes os entendimentos havidos e também para que ambos tomem as providências necessárias ao desempenho de suas tarefas e responsabilidades.
- 5.1.17.1 O relatório sobre reunião de serviço será enviado pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** após sua realização e o relatório com o teor das mensagens eletrônicas mais relevantes serão enviado quinzenalmente.
- 5.1.17.2 Se houver incorreção no registro dos assuntos tratados, a **CONTRATANTE** solicitará a necessária correção, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo relatório.
- 5.1.17 Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da **CONTRATANTE**, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com fornecedores de bens e de serviços especializados e com veículos de divulgação, bem como os honorários da **CONTRATADA** pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria **CONTRATADA** ou pelos fornecedores e veículos por ela contratados.
- 5.1.18 Não divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato, que envolvam o nome da **CONTRATANTE**, sem sua prévia e expressa autorização.
- 5.1.19 Prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a **CONTRATADA**, independentemente de solicitação.
- 5.1.20 Não caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.
- 5.1.21 Manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação, exigidas na concorrência que deu origem a este instrumento, incluída a certificação de qualificação técnica de funcionamento de que trata o § 1º do art. 4º da Lei nº 12.232/2010.
- 5.1.22 Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa, bem assim, quando for o caso, a legislação estrangeira com relação a trabalhos realizados ou distribuídos no exterior.
- 5.1.23 Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação aos empregados de fornecedores de bens e de serviços especializados contratados.
- 5.1.24 Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos Poderes Públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
- 5.1.25 Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.
- 5.1.26 Apresentar, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.
- 5.1.27 Executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com fornecedores de bens e de serviços especializados e com veículos de divulgação, bem como responder por todos os efeitos desses contratos, perante seus signatários e a própria **CONTRATANTE**.
- 5.1.28 Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da **CONTRATANTE**.
- 5.1.29 Responder perante a **CONTRATANTE** e fornecedores de bens e de serviços especializados por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou em quaisquer serviços objeto deste contrato.
- 5.1.30 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para a **CONTRATANTE**.
- 5.1.31 Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa, dolo ou omissão de seus empregados, prepostos ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações administrativas ou judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.
- 5.1.31.1 Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a **CONTRATADA** adotará as providências necessárias no sentido de preservar a **CONTRATANTE** e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará à **CONTRATANTE** as importâncias que este tenha sido obrigado a pagar, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.
- 5.1.32 Responder por qualquer ação administrativa ou judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto deste contrato.

5.1.33 Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e regulamentado pelo Decreto nº 7.746/2012.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:

- a) cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **CONTRATADA**;
- b) fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA** todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- c) proporcionar condições para a boa execução dos serviços;
- d) verificar o cumprimento das cláusulas contratuais relativas aos honorários devidos à **CONTRATADA** e às condições de contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, pela **CONTRATADA**;
- e) notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
- f) notificar a **CONTRATADA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- g) efetuar os pagamentos à **CONTRATADA** nas condições e preços pactuados.

6.2 A juízo da **CONTRATANTE**, a campanha publicitária integrante da Proposta Técnica que a **CONTRATADA** apresentou na concorrência que deu origem a este instrumento poderá vir a ser produzida e distribuída durante sua vigência, com ou sem modificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO

7.1 A **CONTRATANTE** fiscalizará a execução dos serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao solicitado ou especificado.

7.1.1 Será nomeado um gestor e um fiscal, titular e substituto, para acompanharem e fiscalizarem a execução deste contrato e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos serviços e terá poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA**, objetivando sua imediata correção.

7.2 A fiscalização pela **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da **CONTRATADA** pela perfeita execução dos serviços objeto deste contrato.

7.3 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da **CONTRATANTE**.

7.4 A **CONTRATADA** adotará as providências necessárias para que qualquer execução, referente à produção, distribuição ou veiculação, considerada não aceitável, no todo ou em parte, seja refeita ou reparada, nos prazos estipulados pela fiscalização, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

7.5 A autorização, pela **CONTRATANTE**, dos planos de mídia e dos serviços executados pela **CONTRATADA** ou por seus fornecedores de bens e de serviços especializados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução técnica e comprovação das veiculações e dos serviços.

7.6 A ausência de comunicação por parte da **CONTRATANTE**, referente a irregularidade ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

7.7 A **CONTRATADA** permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

7.8 A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna da **CONTRATANTE** ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados à **CONTRATANTE**.

7.9 À **CONTRATANTE** é facultado o acompanhamento de todos os serviços objeto deste contrato, juntamente com representante credenciado pela **CONTRATADA**.

7.10 A **CONTRATANTE** avaliará os serviços prestados pela **CONTRATADA**, pelo menos, dois meses antes do encerramento de cada período contratual de 12 (doze) meses..

7.10.1 A avaliação será considerada pela **CONTRATANTE** para: apurar a necessidade de solicitar da **CONTRATADA**, correções que visem maior qualidade dos serviços prestados; decidir sobre prorrogação de vigência ou rescisão contratual; e fornecer, quando solicitado pela **CONTRATADA**, declarações sobre seu desempenho

para servir de prova de capacitação técnica em licitações.

7.10.2 Cópia do instrumento de avaliação de desempenho será encaminhada ao gestor deste contrato e ficará à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA OITAVA - REMUNERAÇÃO

8.1 Pelos serviços prestados, a **CONTRATADA** será remunerada conforme disposto nesta Cláusula.

8.1.1% (..... por cento) dos valores previstos na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda de Brasília, a título de ressarcimento dos custos internos dos serviços executados pela **CONTRATADA**, referentes a peça e ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

8.1.1.1 Os leiautes, roteiros e similares reprovados não serão cobrados pela **CONTRATADA**.

8.1.1.2 A **CONTRATADA** se compromete a apresentar, antes do início dos serviços, planilha detalhada com os valores previstos na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda de Brasília e com os preços correspondentes a serem cobrados do **CONTRATANTE**, conforme previsto no subitem 8.1.1, acompanhada de exemplar da referida tabela impressa pelo Sindicato ou autenticada por ele.

8.1.2 Honorários de% (..... por cento), incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados contratados junto a fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de comunicação e divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

8.1.3 Honorários de% (..... por cento), incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados contratados junto a fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes:

I) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do contrato.

II) à renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando sua distribuição/veiculação não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

III) à reimpressão de peças publicitárias.

8.1.3.1 Para fins do disposto no inciso "III" do subitem anterior, entende-se por reimpressão a nova tiragem de peça publicitária que não apresente modificações no conteúdo ou na apresentação, em relação à edição anterior, exceto eventuais correções tipográficas ou pequenas atualizações de marcas e datas.

8.1.4 Honorários de% (..... por cento), incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados contratados junto a fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja contratação não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

8.2 Os honorários de que tratam os subitens 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4 serão calculados sobre o preço efetivamente faturado, a ele não acrescido o valor dos tributos cujo recolhimento seja de competência da **CONTRATADA**.

8.3 A **CONTRATADA** não fará jus:

a) a honorários ou a qualquer outra remuneração incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de comunicação e divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

b) a honorários ou a qualquer outra remuneração incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referente à renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, quando sua distribuição/veiculação lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

c) a honorários ou a qualquer outra remuneração incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja contratação lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

d) a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pela **CONTRATANTE**, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente a este contrato.

8.4 Despesas com deslocamento e diárias de profissionais da **CONTRATADA**, de seus representantes ou de fornecedores de bens e de serviços especializados por ela contratados são de sua exclusiva responsabilidade.

8.4.1 Quando houver a autorização excepcional da **CONTRATANTE** para o ressarcimento dessas despesas, deverão ser apresentados todos os comprovantes de pagamento dos deslocamentos e diárias, a fim de aferir a execução e assegurar o reembolso pelo valor líquido, sem a incidência de honorários.

8.5 As formas de remuneração estabelecidas nesta cláusula poderão ser renegociadas, no interesse da **CONTRATANTE**, quando da renovação ou da prorrogação deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DESCONTO DE AGÊNCIA

9.1 Além da remuneração prevista na Cláusula Oitava, a **CONTRATADA** fará jus ao desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 4.680/1965 e com o art. 7º do Regulamento para Execução da Lei nº 4.680/1965, aprovado pelo Decreto nº 57.690/1966.

9.1.1 O desconto de que trata o subitem precedente é concedido à **CONTRATADA** pela concepção, execução e distribuição de publicidade, por ordem e conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.232/2010.

9.2 A **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE** 1/4 (um quarto) do valor correspondente ao desconto de agência a que faz jus, calculado sobre o valor acertado para cada veiculação.

9.2.1 Nas veiculações realizadas no exterior, a **CONTRATADA** apresentará, juntamente com as tabelas de preços dos veículos de divulgação programados, declaração expressa desses veículos nas quais seja explicitada sua política de preços no que diz respeito à remuneração da agência.

9.2.1.1 Se a **CONTRATADA** fizer jus a benefício similar ao desconto de agência de que trata o subitem 9.1, repassará à **CONTRATANTE** o equivalente a 1/4 (um quarto) do desconto que obtiver de cada veículo de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITOS AUTORAIS

10.1 Os direitos patrimoniais do autor das ideias, campanhas, peças e materiais publicitários concebidos pela **CONTRATADA**, por meio de seus empregados ou prepostos, em decorrência deste contrato passam a ser integralmente da **CONTRATANTE**, bem como os estudos, análises e planos vinculados a essas atividades.

10.1.1 Consideram-se incluídos os valores equivalentes à remuneração desses direitos patrimoniais, mencionados no subitem anterior, nas modalidades de remuneração e desconto de agência dispostas nas Cláusulas Oitava e Nona, respectivamente.

10.1.2 A **CONTRATANTE** poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por meio de terceiros, durante a vigência deste contrato, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a **CONTRATADA**, seus empregados e prepostos.

10.1.3 A juízo da **CONTRATANTE**, as peças criadas pela **CONTRATADA** poderão ser reutilizadas por outros órgãos ou entidades do Poder Executivo federal, sem que caiba a eles ou à **CONTRATANTE** qualquer ônus perante a **CONTRATADA**.

10.1.3.1 Caberá a esses órgãos ou entidades, diretamente ou por intermédio das agências de propaganda com que mantenham contrato, quando couber, efetuar o acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos de autor e conexos relacionados com a produção externa das peças a serem reutilizadas.

10.2 Com vistas às contratações relacionadas a bens e serviços especializados que envolvam direitos de autor e conexos, nos termos da Lei nº 9.610/1998, a **CONTRATADA** solicitará, dos fornecedores, orçamentos que prevejam a cessão dos respectivos direitos patrimoniais pelo prazo definido pela **CONTRATANTE**.

10.2.1 A **CONTRATADA** utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionará a contratação ao estabelecimento, no ato de cessão, orçamento ou contrato, de cláusulas em que o fornecedor dos bens e dos serviços especializados garanta a cessão pelo prazo definido pela **CONTRATANTE**, em cada caso, e se declare ciente e de acordo com as condições estabelecidas nos subitens 10.2.1.1 e 10.2.2.

10.2.1.1 Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual a ser pago pela **CONTRATANTE** em relação ao valor original dos direitos patrimoniais de autor e conexos será de no máximo 50% (cinquenta por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

10.2.1.1.1 O valor inicialmente contratado poderá ser reajustado tendo como parâmetros básicos os preços vigentes no mercado, aplicando-se, em tal caso, no máximo, a variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) Coluna 7, publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, ocorrida no período, ou por outro índice que o venha a substituir, desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos.

10.2.2 Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual em relação ao valor original da cessão de uso de obras consagradas incorporadas a essas peças, a ser pago pela **CONTRATANTE** aos detentores dos direitos patrimoniais de autor e conexos dessas obras, será de no máximo 50% (cinquenta por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

10.2.2.1 O valor inicialmente contratado poderá ser reajustado tendo como parâmetros básicos os preços vigentes no mercado, aplicando-se, em tal caso, no máximo, a variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) Coluna 7, publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, ocorrida no período, ou por outro índice que o venha a substituir, desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos.

10.2.3 Quando da reutilização de quaisquer peças publicitárias, conforme previsto nos subitens 10.2.1.1 e 10.2.2, o valor a ser pago pela **CONTRATANTE** será negociado caso a caso, tendo como parâmetros básicos a qualidade e os preços praticados no mercado, obedecidos os percentuais máximos definidos neste contrato.

10.3 Qualquer remuneração, devida em decorrência da cessão dos direitos patrimoniais de autor e conexos, será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

10.4 A **CONTRATADA** se obriga a fazer constar, em destaque, os preços dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos patrimoniais de autor e conexos, nos orçamentos de produção aprovados pela **CONTRATANTE**, após os procedimentos previstos no subitem 5.1.7.

10.5 A **CONTRATADA** se obriga a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com fornecedores de bens e de serviços especializados, nos casos de tomadas de imagens que não impliquem direitos de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

I - a cessão dos direitos patrimoniais do autor desse material à **CONTRATANTE**, que poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados da data do pagamento do bem ou do serviço especializado, pela **CONTRATADA** ao fornecedor, sem que caiba à **CONTRATANTE** qualquer ônus adicional perante os cedentes desses direitos;

II - que, em decorrência da cessão prevista no inciso anterior, a **CONTRATANTE** poderá solicitar cópia de imagens contidas no material bruto produzido, em mídia compatível com seu uso e destinação, por intermédio da **CONTRATADA** ou de outra empresa com que venha a manter contrato para prestação de serviços;

III - que qualquer remuneração devida em decorrência da cessão referida nas alíneas anteriores será considerada como já incluída no custo de produção.

10.5.1 Se a **CONTRATANTE** pretender utilizar imagens que impliquem direitos de imagem e som de voz, constantes da cópia mencionada no inciso "II" do subitem 10.5, adotará as medidas cabíveis para a remuneração dos detentores desses direitos, nos termos da legislação.

10.6 A **CONTRATANTE** poderá aproveitar, para veiculação, peças produzidas para outros órgãos e entidades do Poder Executivo federal. Nesses casos, quando couber, a **CONTRATADA** ficará responsável pelo acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos patrimoniais de autor e conexos das peças e o submeterá previamente à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS

11.1 Para a liquidação e pagamento de despesas referentes a bens e serviços especializados, previamente autorizados pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá apresentar:

I - a correspondente nota fiscal que será emitida sem rasura, em letra legível, em nome da **CONTRATANTE**, CNPJ/MF nº 01.264.142/0001-29, da qual constará o número deste contrato e as informações para crédito em conta corrente: nome e número do Banco, nome e número da Agência e número da conta;

II - a primeira via do documento fiscal do fornecedor de bens e de serviços especializados ou do veículo de divulgação, que será emitido em nome da **CONTRATANTE**;

III - os documentos de comprovação da veiculação, da execução dos serviços e, quando for o caso, da sua entrega.

11.1.1 Os documentos de cobrança e demais informações necessários à comprovação da execução e entrega dos serviços para a liquidação e pagamento de despesas deverão ser encaminhados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

11.1.2 O fiscal deste contrato somente atestará os documentos para pagamento quando cumpridas pela **CONTRATADA** todas as condições pactuadas.

11.1.3 As notas fiscais emitidas pela **CONTRATADA** devem ter em seu verso a seguinte declaração, assinada por funcionário da agência responsável pela documentação:

"Atestamos que todos os bens e serviços especializados descritos no presente documento, prestados por fornecedores ou por veículos de divulgação, foram entregues/realizados conforme autorizados pela contratante, sendo observados ainda os procedimentos previstos no contrato quanto à regularidade de contratação e de comprovação de execução."

11.2 A liquidação de despesas será precedida das seguintes providências a cargo da **CONTRATADA**:

I – execução de serviços internos: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I e III do subitem 11.1

II – intermediação e supervisão, pela **CONTRATADA**, de bens e de serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos "I", "II" e "III" do subitem 11.1;

III - bens e serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos "I", "II" e "III" do subitem 11.1;

IV - veiculação: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos "I", "II" e "III" do subitem 11.1, da demonstração do valor devido ao veículo de divulgação, dos correspondentes pedidos de inserção e, sempre que possível, do respectivo relatório de checagem, a cargo de empresa independente, nos termos do inciso "III" do subitem 11.5.

11.2.1 Na ocorrência de falha local em uma programação em rede nacional de mídia eletrônica, além das providências previstas no inciso "III" do subitem anterior, a **CONTRATADA** deverá apresentar documento do veículo de divulgação com a descrição da falha e do respectivo valor a ser abatido na liquidação.

11.2.2 A conferência dos preços de tabela de cada inserção e dos respectivos descontos, de que trata o art. 15 da Lei nº 12.232/2010, compete à **CONTRATADA**, por ocasião da apresentação dos planos de mídia à **CONTRATANTE**.

11.3 O pagamento das despesas será feito fora o mês de produção ou veiculação, em até 30 (trinta) dias após a apresentação dos documentos previstos nos subitens 11.1 e 11.2.

11.4 Nos casos de veiculação no exterior, as condições de liquidação e pagamento serão adaptadas às praxes de cada país e deverão levar em conta as disposições dos subitens 9.2.1 e 9.2.1.1.

11.5 No tocante à veiculação, além do previsto no inciso "III" do subitem 11.2, a **CONTRATADA** fica obrigada a apresentar, sem ônus para a **CONTRATANTE**, os seguintes comprovantes:

I - Revista: exemplar original;

II - Jornal: exemplar ou a página com o anúncio, da qual devem constar as informações sobre período ou data de circulação, nome do Jornal e praça;

III - demais meios: relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, se não restar demonstrada, nos termos dos subitens 5.1.10 ou 5.1.11, perante a **CONTRATANTE**, a impossibilidade de fazê-lo.

11.5.1 Nos casos em que restar demonstrada, nos termos dos subitens 5.1.10 ou 5.1.11, a impossibilidade de obter o relatório de checagem, a cargo de empresa independente, a **CONTRATADA** deverá apresentar:

a) TV, Rádio e Cinema: documento usualmente emitido pelo veículo de divulgação (mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) e declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local, data, nome do programa, quando for o caso, dia e horário da veiculação;

a1) como alternativa ao procedimento previsto na alínea 'a', a **CONTRATADA** poderá apresentar documento usualmente emitido pelo veículo de divulgação (mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) em que figure a declaração prevista na alínea 'a' deste subitem, na frente ou no verso desse documento, mediante impressão eletrônica ou a carimbo, desde que essa declaração seja assinada e que esse documento 'composto' contenha todas as informações previstas na alínea 'a' deste subitem;

a2) como alternativa ao conjunto de documentos previstos nas alíneas 'a' e "a1" deste subitem, a **CONTRATADA** poderá apresentar declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, emitida pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local, data, nome do programa, quando for o caso, dia e horário da veiculação;

b) Mídia Exterior:

b1) Mídia *Out Off Home*: relatório de exibição fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar as fotos, período de veiculação, local e nome da campanha, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

b2) Mídia *Digital Out Off Home*: relatório de exibição, fornecido pela empresa que veiculou a peça, ou por empresa de checagem contratada, de que devem constar fotos por amostragem de no mínimo 20% (vinte por cento) dos monitores/displays programados, identificação do local da veiculação, quantidade de inserções, nome da campanha, período de veiculação, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

b3) Carro de Som: relatório de veiculação fornecido pela empresa que veiculou a peça, com relatório de GPS e fotos de todos os carros contratados, com imagem de fundo que comprove a cidade em que a ação foi realizada, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

b3.1) Além disso, deverá ser encaminhada filmagem de aproximadamente 01 (um) minuto, de pelo menos 30% (trinta por cento) do total de veículos de divulgação contratados. O vídeo deve conter imagens dos veículos de som, onde seja possível identificar nome da campanha, áudio da peça veiculada e local popular que comprove a cidade onde foi realizada a veiculação;

c) Internet: relatório de gerenciamento fornecido por empresas de tecnologia ou relatório de veiculação emitido, sob as penas do art. 299 do Código Penal, pela empresa que veiculou a peça, dependendo do que constar na relação/estudo citados nos subitens 5.1.10 ou 5.1.11.

11.5.2 As formas de comprovação de veiculação em mídias não previstas nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do subitem 11.5.1 serão estabelecidas formalmente pela **CONTRATANTE**, antes da autorização do respectivo plano de mídia.

11.6 Antes da efetivação dos pagamentos será realizada a comprovação de regularidade da **CONTRATADA** no SICAF, mediante consulta *on-line*.

11.6.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar, conforme a situação abaixo, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com jurisdição sobre o local da sede da **CONTRATADA**:

I – se não estiver cadastrada no SICAF;

II - se sua situação no SICAF apresentar documentação obrigatória vencida.

11.7 Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, a **CONTRATANTE**, a seu juízo, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

11.7.1 Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

11.8 No caso de eventual falta de pagamento pela **CONTRATANTE** nos prazos previstos, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, mediante solicitação expressa da **CONTRATADA**, desde o dia de seu vencimento até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$AF = [(1 + IPCA/100)^{N/30} - 1] \times VP$, na qual:

- IPCA: Percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;
- AF: Atualização financeira;
- VP: Valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste;
- N: Número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento.

11.8.1 Considera-se etapa, para fins do subitem 11.8, os serviços prestados pela **CONTRATADA** relativo aos os bens e serviços especializados prestados por fornecedores e as contratações de espaços ou tempos publicitários, junto a veículos de divulgação.

11.8.2 A **CONTRATANTE** não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da **CONTRATADA**, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

11.9 A **CONTRATANTE** não pagará nenhum compromisso, assumido pela **CONTRATADA**, que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros.

11.10 Cabe à **CONTRATADA** efetuar os pagamentos a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação em até 10 (dez) dias após o recebimento da ordem bancária da **CONTRATANTE**, pela agência bancária pagadora.

11.10.1 A **CONTRATADA** informará à **CONTRATANTE** os pagamentos efetuados a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação a cada ordem bancária de pagamento emitida pela **CONTRATANTE** e encaminhará relatório até o décimo dia de cada mês com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior.

11.10.1.1 Os dados e formato dos controles serão definidos pela **CONTRATANTE**, e os relatórios deverão conter pelos menos as seguintes informações: data do pagamento da **CONTRATANTE**, data do pagamento da **CONTRATADA**, número da nota fiscal, valor pago e nome do favorecido.

11.10.2 O não cumprimento do disposto nos subitens 11.10 e 11.10.1 ou a falta de apresentação de justificativa plausível para o não pagamento no prazo estipulado poderá implicar a suspensão da liquidação das despesas da **CONTRATADA**, até que seja resolvida a pendência.

11.10.2.1 Não solucionada a pendência no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da **CONTRATANTE**, ficará caracterizada a inexecução contratual por parte da **CONTRATADA**.

11.10.2.2 Caracterizada a inexecução contratual pelos motivos expressos no subitem 11.10.2, a **CONTRATANTE**, nos termos da Cláusula Décima Quarta, poderá optar pela rescisão deste contrato ou, em caráter excepcional, liquidar despesas e efetuar os respectivos pagamentos diretamente aos fornecedores ou aos veículos de divulgação, conforme o caso.

11.10.2.3 Para preservar o direito dos fornecedores e veículos de divulgação em receber com regularidade pelos bens e serviços especializados prestados e pela venda de espaço ou tempo, a **CONTRATANTE** poderá instituir procedimento alternativo de controle para efetuar os pagamentos mediante repasse, pela **CONTRATADA**, dos valores correspondentes aos fornecedores e veículos de divulgação, em operações bancárias concomitantes.

11.10.3 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela **CONTRATADA**, de prazos de pagamento serão de sua exclusiva responsabilidade.

11.11 A **CONTRATANTE**, na condição de fonte retentora, fará o desconto e o recolhimento dos tributos e contribuições a que esteja obrigado pela legislação vigente ou superveniente, referente aos pagamentos que efetuar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA

12.1 A **CONTRATADA**, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de assinatura deste contrato, prestará garantia de cumprimento das obrigações contratuais, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado para a execução dos serviços, conforme disposto no subitem 4.1 deste contrato.

12.1.1 Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, a juízo da **CONTRATANTE**, à vista das justificativas que lhe forem apresentadas pela **CONTRATADA**.

12.1.2 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa, nos termos do inciso “III” do subitem 13.5 da Cláusula Décima Terceira.

12.1.3 O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após os prazos previstos nos subitens 12.1 e 12.1.1, autoriza o **CONTRATANTE** a promover a rescisão deste contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei e neste contrato.

12.2 Caberá à **CONTRATADA** escolher uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993:

- Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- Seguro-garantia;
- Fiança bancária.

12.3 Em se tratando de garantia prestada por meio de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal, conforme determina o art. 82 do Decreto nº 93.872/1986, a qual será devolvida atualizada monetariamente, nos termos do § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

12.4 Se a opção for pelo seguro-garantia:

a) a apólice indicará a **CONTRATANTE** como beneficiária e deve ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de direção fiscal, intervenção, liquidação extrajudicial ou fiscalização especial e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela autarquia;

b) seu prazo de validade deverá corresponder ao período de vigência deste contrato, acrescido de 90 (noventa) dias para apuração de eventual inadimplemento da **CONTRATADA** – ocorrido durante a vigência contratual – e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro à instituição emitente, observados os prazos prescricionais pertinentes;

c) a apólice deve prever expressamente responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

12.5 Se a opção for pela fiança bancária, o instrumento de fiança deve:

a) ser emitido por instituição financeira que esteja autorizada pelo Banco Central do Brasil a funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção da autarquia;

b) ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de 90 (noventa) dias para apuração de eventual inadimplemento da **CONTRATADA** – ocorrido durante a vigência contratual – e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes;

c) ter afirmação expressa do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

d) ter renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro.

12.6 Se a opção for pelo título da dívida pública, este deverá:

a) ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;

b) ser avaliado por seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

12.7 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto deste contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II) prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste contrato;

III) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e

IV) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

12.7.1 A modalidade seguro garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 12.7.

12.8 Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da **CONTRATANTE**.

12.9 Sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste contrato, a não prestação da garantia exigida implicará sua imediata rescisão.

12.10 Se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a **CONTRATADA** deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da **CONTRATANTE**.

12.11 Se houver acréscimo ao valor deste contrato, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da **CONTRATANTE**.

12.12 Na hipótese de prorrogação deste contrato, a **CONTRATANTE** exigirá nova garantia, escolhida pela **CONTRATADA** entre as modalidades previstas na Lei nº 8.666/1993.

12.13 O documento de constituição da nova garantia deverá ser entregue à **CONTRATANTE** no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do respectivo termo aditivo.

12.14 A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, a pedido da **CONTRATADA**, no prazo de 30 (trinta) dias após o término do prazo de vigência deste contrato, mediante certificação, por seu Gestor, de que os serviços foram realizados a contento e desde tenham sido cumpridas todas as obrigações aqui assumidas.

12.14.1 Na restituição de garantia realizada em dinheiro, seu valor ou saldo será corrigido com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) Coluna 7, publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, ocorrida no período, ou por outro índice que o venha a substituir.

12.15 A qualquer tempo, mediante entendimento prévio com a **CONTRATANTE**, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no subitem 12.2 deste contrato.

12.15.1 Aceita pela **CONTRATANTE**, substituição da garantia será registrada no processo administrativo por meio de apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 O descumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções administrativas:

I – Advertência;

II – Multa de mora e multa compensatória;

III - Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

13.1.1 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

13.1.2 As sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado da autoridade competente.

13.1.3 As sanções aplicadas serão registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF pela **CONTRATANTE**.

13.1.3.1 A **CONTRATANTE** comunicará, por escrito, à **CONTRATADA** que a sanção foi registrada no SICAF.

13.2 A aplicação das sanções observará as seguintes disposições:

I - As multas e a advertência serão aplicadas pela autoridade competente deste Contrato;

II - Caberá ao autoridade competente aplicar a suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Administração e propor a declaração de inidoneidade;

III - A aplicação da declaração de inidoneidade compete privativamente ao Ministro do Ministério da Cultura.

13.3 A sanção de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente;

II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços, a juízo da **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

13.3.1 A falha na execução contratual restará configurada quando:

13.3.1.1 A **CONTRATADA** cometer, nos últimos 12 (doze) meses contínuos de execução contratual, uma quantidade de infrações cujo somatório de pontos correspondentes, conforme a Tabela 1, atinja ou ultrapasse 10 (dez) pontos:

Tabela 1 – Correspondência entre Grau da Infração e Quantidade de Pontos.

Grau da infração	Quantidade de pontos atribuídos
Leve	1 ponto por infração
Média	2 pontos por infração
Grave	3 pontos por infração

13.3.1.2 Comprovadas as falhas e atingida a pontuação estabelecida no subitem 13.3.1.1, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as sanções, por infração, conforme os graus, as correspondências, as descrições e as incidências estabelecidas na Tabela 2 e na Tabela 3, apresentadas a seguir:

Tabela 2 – Grau e correspondência de cada infração.

Grau da infração	Correspondência
Leve	Advertência (na primeira infração)
	Multa no valor de 0,025 %, por incidência, sobre o valor total do Contrato ou valor do serviço (após a primeira infração).
Média	Multa no valor de 0,1 %, por incidência, sobre o valor total do Contrato ou valor do serviço.
Grave	Multa no valor de 0,5 %, por incidência, sobre o valor total do Contrato ou valor do serviço.

Tabela 3 – Infrações

Item	Descrição	Grau	Incidência
	Não operar como organização completa prejudicando o fornecimento dos serviços com elevada qualidade.	Média (passível de correção)	Semestral
2.	Demora para centralizar o comando da publicidade da CONTRATANTE no estado, onde, para esse fim, manterá escritório, sucursal ou filial.	Média (passível de correção)	Por ocorrência.
3.	Não executar, com seus próprios recursos, todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, mediante demanda da CONTRATANTE .	Grave	Semestral
	Não utilizar, na elaboração dos serviços objeto deste contrato, os profissionais indicados na Proposta Técnica da concorrência que deu origem a este instrumento, para fins de comprovação da Capacidade de Atendimento.	Leve (passível de correção)	Semestral
5.	Substituir os profissionais envolvidos na execução contratual sem o conhecimento e anuência da CONTRATANTE .	Leve (passível de correção)	Por ocorrência
6.	Não envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação ou não transferir à CONTRATANTE todas as vantagens obtidas.	Grave	Por ocorrência.
7.	Não observar rigorosamente as especificações estipuladas pela CONTRATANTE no fornecimento de produtos e serviços relacionados com o objeto deste contrato.	Grave	Por ocorrência.

	Não exercer o controle de qualidade na execução dos serviços prestados, com base nos parâmetros determinados pela CONTRATANTE .	Grave	Por ocorrência.
	Não atuar com atenção e responsabilidade na elaboração de estimativa de custos dos produtos e serviços objeto deste contrato.	Grave	Por ocorrência
10.	Não observar as condições estabelecidas no contrato para o fornecimento de bens e de serviços especializados à CONTRATANTE	Média (passível de correção)	Semestral
	Não observar os prazos estabelecidos pela CONTRATANTE na condução dos serviços objeto do contrato.	Média (passível de correção)	Por ocorrência
12.	Provocar prejuízos e danos à CONTRATANTE devido a sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços objeto deste contrato.	Grave	Por ocorrência
	Não tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da CONTRATANTE .	Grave	Por ocorrência.
14.	Não repassar à CONTRATANTE todas as vantagens obtidas em negociação de compra de mídia, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de espaço, tempo ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de divulgação.	Grave	Por ocorrência.
15.	Não repassar à CONTRATANTE o desconto de antecipação de pagamento, caso esta venha a saldar compromisso antes do prazo estipulado.	Grave	Por ocorrência.
16.	Sobrepor os planos de incentivo aos interesses da CONTRATANTE , preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam.	Grave	Por ocorrência.
17.	Não negociar as melhores condições de preço, até os percentuais máximos estabelecidos no contrato, no tocante aos direitos patrimoniais sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos e aos direitos patrimoniais sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias da CONTRATANTE .	Grave	Por ocorrência.
18.	Não incluir cláusula de alerta em seus pedidos de cotação junto a fornecedores de bens e de serviços especializados, quando pertinente, no sentido de que, na produção de peças publicitárias destinadas à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, seja considerado o disposto nos arts. 44 a 46 da Lei nº 12.288/2010. (Igualdade racial)	Média (passível de correção)	Por ocorrência.
	Contratar fornecedores de bens e de serviços especializados ou reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos de divulgação, relacionados à execução do contrato, sem a autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE .	Grave	Por ocorrência.
20.	Não providenciar Termo de Conduta, segundo o qual o veículo se responsabiliza pelos seus conteúdos ou de sites parceiros, declarando estar de acordo com os termos do Marco Civil da Internet, de forma a evitar ações publicitárias da CONTRATANTE em veículos de divulgação que promovam conteúdos ou atividades ilegais.	Leve (passível de correção)	Por ocorrência.
21.	Não apresentar à CONTRATANTE , para autorização do plano de mídia de cada ação ou campanha publicitária, relação dos meios, praças e veículos de divulgação dos quais será possível e dos quais se revela impossível obter o relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente.	Leve (passível de correção)	Por ocorrência.
22.	Cotar preços para o fornecimento de bens ou de serviços especializados junto a fornecedores em que: um mesmo sócio ou cotista participe de mais de um fornecedor em um mesmo procedimento de cotação; e que algum dirigente ou empregado da CONTRATADA tenha participação societária ou vínculo comercial ou de parentesco até o terceiro grau.	Grave	Por ocorrência.
23.	Realizar despesas com bens e serviços especializados prestados por fornecedores, com veiculação e com qualquer outra despesa relacionada com este contrato, sem a autorização prévia da CONTRATANTE .	Grave	Por ocorrência.
24.	Recusar a encaminhar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE , sem ônus para esta, cópia de peças produzidas, desde que não seja para uso em veiculação em mídia paga, nos seguintes formatos.	Leve (passível de correção)	Por ocorrência.
	Não zelar pelo irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos em decorrência da execução contratual, sobretudo quanto à estratégia de atuação da CONTRATANTE .	Grave	Por ocorrência
	Divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato, mesmo que acidentalmente, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE .	Grave	Por ocorrência.
27.	Manter, durante a vigência do contrato, a prestação de serviços de publicidade à empresa concorrente ou incompatível com a área de atuação da CONTRATANTE .	Grave	Por ocorrência
	Recusar o ressarcimento à CONTRATANTE de qualquer dano ou prejuízo oriundo de eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.	Grave	Por ocorrência.
29.	Não prestar o devido esclarecimento à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a CONTRATADA .	Grave	Por ocorrência
30.	Caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.	Grave	Por ocorrência
	Não cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes ao objeto do contrato.	Média (passível de correção)	Por ocorrência.

	Não cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados.	Média (passível de correção)	Por ocorrência
	Não manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na concorrência que deu origem a este instrumento.	Média (passível de correção)	Semestral
	Não apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE , a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.	Leve (passível de correção)	Por ocorrência
35.	Gerar prejuízos e infrações à CONTRATANTE na prestação dos serviços objeto deste contrato.	Grave	Por ocorrência
	Não realizar de forma devida o pagamento de tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos Poderes Públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.	Média (passível de correção)	Por ocorrência.
	Não observar na execução dos serviços as boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.	Leve (passível de correção)	Semestral

13.3.1.2.1 As penalidades decorrentes das condutas tipificadas acima podem ser aplicadas cumulativamente entre si, desde que seu somatório não ultrapasse 10% (dez por cento) do valor atualizado da contratação, sem prejuízo das demais sanções dispostas no subitem 13.1.

13.3.2 No ato de advertência, a **CONTRATANTE** estipulará prazo para o cumprimento da obrigação ou responsabilidade mencionadas no inciso "I" e para a correção das ocorrências de que trata o inciso "II", ambos do subitem 13.3.

13.4 A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado no cumprimento do objeto ou de prazos estipulados.

13.4.1 O atraso sujeitará a **CONTRATADA** à multa de:

I – 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviço, a contar do primeiro dia útil da respectiva data fixada, até o limite de 30 (trinta) dias úteis, calculada sobre o valor correspondente à obrigação não cumprida;

II – 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviço, a contar do primeiro dia útil da respectiva data fixada, calculada sobre o valor correspondente à obrigação não cumprida, em caráter excepcional, se houve justificativa plausível, a juízo da **CONTRATANTE**, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias.

13.4.2 O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias na entrega de material ou execução de serviço poderá caracterizar a inexecução total deste contrato, a juízo da **CONTRATANTE**.

13.5 A **CONTRATADA** estará sujeita à multa compensatória de:

I - 1% (um por cento), calculada sobre o valor da nota fiscal correspondente ao material ou ao serviço em que tenha ocorrida a falta, quando caracterizada a inexecução parcial ou a execução insatisfatória deste contrato;

II – 1% (um por cento), calculada sobre o valor que reste executar deste contrato ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pela:

a) inexecução total deste contrato;

b) pela interrupção da execução deste contrato, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**.

III – 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) do valor deste contrato ou do valor da dotação orçamentária, o que for menor, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento) pela recusa injustificada em apresentar a garantia prevista no subitem 12.1 deste contrato;

IV – até 1% (um por cento) sobre o valor que reste executar deste contrato ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, respeitado o acima disposto neste subitem.

13.6 A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à **CONTRATADA** se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

I - Por até 06 (seis) meses:

a) atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para a **CONTRATANTE**;

b) execução insatisfatória do objeto deste contrato, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa, na forma dos subitens 13.3, 13.4 e 13.5;

II - Por até 02 (dois) anos:

- a) não conclusão dos serviços contratados;
- b) prestação do serviço em desacordo com as especificações constantes da Planilha de Autorização de Produção (PAP) ou da Planilha de Autorização de Veiculação (PAV) ou documento equivalente, depois da solicitação de correção efetuada pela **CONTRATANTE**;
- c) cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo à **CONTRATANTE**, ensejando a rescisão deste contrato por sua culpa;
- d) condenação definitiva por fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos e contribuições, praticada por meios dolosos;
- e) apresentação, à **CONTRATANTE**, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação que deu origem a este contrato, que venha ao conhecimento da **CONTRATANTE** após a assinatura deste contrato, ou para comprovar, durante sua execução, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/1993, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da **CONTRATANTE** após a assinatura deste contrato;
- g) reprodução, divulgação ou utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

13.7 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo da **CONTRATANTE**, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo à **CONTRATANTE** ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções.

13.7.1 A declaração de inidoneidade será aplicada à **CONTRATADA** se, entre outros casos:

I - sofrer condenação definitiva por fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, praticada por meios dolosos;

II - demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a **CONTRATANTE**, em virtude de atos ilícitos praticados;

III - reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da **CONTRATANTE**.

13.7.2 A declaração de inidoneidade implica proibição da **CONTRATADA** de transacionar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

13.8 Da aplicação das sanções de advertência, multa e suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da comunicação.

13.8.1 O recurso referente à aplicação de sanções deverá ser dirigido à autoridade imediatamente superior, por intermédio daquela responsável pela sua aplicação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, enviá-lo à instância superior, devidamente motivado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, conforme especificado a seguir:

a) a advertência e a multa: ao Subsecretário de Orçamento, Planejamento e Administração, por intermédio do gestor;

b) suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração: ao Ministro do Ministério da Cultura.

13.9 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, respondendo ainda a **CONTRATADA** por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do parágrafo único do art. 416 do Código Civil Brasileiro.

13.10 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993, incluída a responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à **CONTRATANTE**.

13.11 O valor das multas poderá ser descontado da garantia constituída, do valor da fatura de quaisquer serviços referentes ao presente contrato, cobrado diretamente ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente da **CONTRATADA**.

13.11.1 O valor das multas deverá ser recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

14.1 O presente contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos art. 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº 8.666/1993.

14.1.1 Este contrato também poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando a **CONTRATADA**:

- a) for atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;
- b) for envolvida em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;
- d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais;
- e) não prestar garantia suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais;
- f) der motivo à suspensão dos serviços por parte de autoridades competentes, caso em que responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que a **CONTRATANTE**, como consequência, venha a sofrer;
- g) deixar de comprovar sua regularidade fiscal, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados, na forma definida neste contrato;
- h) vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública;
- i) não mantiver suas condições de habilitação, incluída a comprovação da qualificação técnica de funcionamento prevista no art. 4º da Lei nº 12.232/2010;
- j) deixar de atender ao disposto nos subitens 5.1.5.3, 11.10, 11.10.1 e 11.10.2.1.

14.1.2 Exceto quando se tratar de caso fortuito, força maior ou razões de interesse público, a rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**, ou a execução da garantia contratual, para ressarcimento dos valores das multas e indenizações a ele devidos.

14.1.2.1 Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista no subitem 14.1.2, a **CONTRATADA** será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em agência bancária a ser indicada pela **CONTRATANTE**.

14.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.2.1 A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.3 Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela **CONTRATANTE** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**, previstas no presente contrato.

14.4 Em caso de alteração das condições de habilitação jurídica da **CONTRATADA**, em razão de fusão, cisão, incorporação, associação, cessão ou transferência, total ou parcial, este contrato poderá ser ratificado e sub-rogado para a nova empresa, sem ônus para a **CONTRATANTE**, e com a concordância desta, com transferência de todas as obrigações aqui assumidas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

14.4.1 A **CONTRATANTE** se reserva o direito de continuar ou não com a execução deste contrato com a empresa resultante da alteração social.

14.4.2 Em caso de cisão, a **CONTRATANTE** poderá rescindir este contrato ou continuar sua execução, em relação ao prazo restante deste contrato, pela empresa que, entre as surgidas da cisão, melhor atenda às condições inicialmente pactuadas.

14.4.3 Em qualquer das hipóteses previstas no subitem 14.4, a ocorrência deverá ser formalmente comunicada à **CONTRATANTE**, anexando-se o documento comprobatório da alteração social, devidamente registrada.

14.4.3.1 A não apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social poderá implicar a aplicação das sanções previstas neste contrato e em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 A **CONTRATADA** guiar-se-á pelo Código de Ética dos profissionais de propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de produzir publicidade que esteja de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e demais leis vigentes, a moral e os bons costumes.

15.2 É vedada a utilização, na execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na **CONTRATANTE**, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

15.3 A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União, a suas expensas, na forma prevista no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993.

15.4 Constituem direitos e prerrogativas da **CONTRATANTE**, além dos previstos em outras leis, os constantes da Lei nº 8.666/1993, que a **CONTRATADA** aceita e a eles se submete.

15.5 A omissão ou tolerância das partes – em exigir o estrito cumprimento das disposições deste contrato ou em exercer prerrogativa dele decorrente – não constituirá novação ou renúncia nem lhes afetarão o direito de, a qualquer tempo, exigirem o fiel cumprimento do avençado.

15.6 As informações sobre a execução deste contrato, com os nomes dos fornecedores de bens e de serviços especializados e dos veículos de divulgação, serão publicadas no sítio da **CONTRATANTE** na internet.

15.6.1 As informações sobre valores pagos pelos bens e serviços especializados contratados serão divulgadas pelos totais destinados para cada tipo de fornecedor e para cada meio de comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 As questões decorrentes da execução deste contrato que não puderem ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Juízo da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias.

Brasília/DF, dia de mês de 2018.

AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO/ENTIDADE

REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA